



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL

**FOTO-GRAFIA DO EU: MEMÓRIAS DE UM SOBREVIVENTE DO SISTEMA
PRISIONAL DO RIO DE JANEIRO**

Paula Jardim Duarte

Rio de Janeiro
2020

PAULA JARDIM DUARTE

Foto-grafia do eu: memórias de um sobrevivente do sistema prisional do Rio de Janeiro¹

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social, do Centro de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Memória Social.

Área de Concentração: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

Linha de Pesquisa: Memória, Subjetividade e Criação

Orientador: Prof.º Dr.º Francisco Ramos de Farias

Rio de Janeiro, 2020

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Catálogo informatizado pelo(a) autor(a)

D812	Duarte, Paula Jardim Foto-grafia do eu: memórias de um sobrevivente do sistema prisional do Rio de Janeiro / Paula Jardim Duarte. -- Rio de Janeiro, 2020. 117
	Orientador: Francisco Ramos de Farias. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Memória Social, 2020.
	1. Sistema Prisional. 2. Egressos do Sistema Prisional. 3. Memória Social do Cárcere. 4. Prisionização. 5. Estigma. I. Farias, Francisco Ramos de , orient. II. Título.

PAULA JARDIM DUARTE

Foto-grafia do eu: memórias de um sobrevivente do sistema prisional do Rio de Janeiro

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social, do Centro de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Memória Social.

Área de Concentração: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

Linha de Pesquisa: Memória, Subjetividade e Criação

Banca Examinadora

Francisco Ramos de Farias (Orientador) – UNIRIO

Gláucia Regina Vianna – UNIRIO

Lobélia da Silva Faceira – UNIRIO

Ana Luiza Gonçalves dos Santos – UNESA/SEAP

Aprovada em: 31/ 03 / 2020

DEDICATÓRIA

A todos aqueles que sofrem. Em especial, aqueles que desceram ao abismo.

Às pessoas presas e àquelas em liberdade.

Ao meu irmão Roberto.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é um ato de reconhecer que não estamos sós, e que as ações e construções diárias que fazemos neste mundo se interconectam com todos os seres. A máxima “nascemos sós” é um modo de dizer da responsabilidade que temos no compromisso diário com a nossa vida, mas também com a do outro, e por causa do outro. Nascer, a primeira grande ação neste mundo, é o primeiro ato de existência de que tomamos parte. Pelo menos no meu caso, já que me esforcei para ajudar minha mãe a fazer um parto normal. Sem ela e sem meu pai, hoje eu não existiria - razão pela qual meu primeiro agradecimento é dirigido a eles, Aparecida e Olmar, que, num ato de amor, me conceberam e me colocaram neste planeta Brasil e, desde então, seguem na parceria comigo, me ensinando a ser filha, a ser e estar no mundo. Honro meus pais pela existência e pelo apoio constante; pelos ensinamentos e trocas que podemos construir, desfazendo e refazendo, remendando e criando, sempre, movidos pelo amor. Nessa família, não nasci sozinha, e já me esperavam em casa meus irmãos Denise, Roberto e Ângela. Como temporã, fui recebida de braços abertos por eles: meus amigos, confidentes, pecinhas de um mesmo quebra-cabeças.

Tios e primos também ajudaram a formar quem sou. De modo especial, agradeço aos meus padrinhos Regina e Maurício, a quem devo em grande parte o aprendizado sobre a importância dos sorrisos e dos abraços como forma de expressão do amor. Um amor que sai de mim e transborda para os meus sobrinhos Vitor e André, cujo crescimento acompanho, entre curiosa e orgulhosa. Ao Mauro,, que se tornou irmão. À Gil, que cuida de mim e da minha família com tanto afeto.

Às amigas! Aos meus amigos, muitos, na sua ampla diversidade, agradeço pela presença e lembranças em momentos conturbados e felizes. Encaro os amigos como irmãos que escolhi. Impossível nomeá-los, porque não se trata de uma lista compacta : esse meu coração amplo vai acolhendo tantos por aí, e não quero magoar aqueles de quem porventura me esquecer. Um agradecimento especial aos meus grupos de do amigos colégio e da faculdade, pessoas que vi e que me viram crescer, e que estarão comigo até meus últimos dias. Muito do que sou se deve a eles. Agradeço também aos amigos do Rio, onde fui acolhida junto com a brisa do mar, numa amizade leve e responsável. Aos amigos de todos os lugares em que trabalhei.

Ao meu parceiro Rafael e ao destino, por ter nos reposicionado de maneira tão certa, fazendo do inesperado um encontro mágico, que desperta o que há de melhor em mim.

À Mariana Leiras e Lobélia Faceira, assistentes sociais que admiro e que me incentivaram na busca por este Mestrado. À Eliene Vieira, Olívia Franço, Shana Santos, Roberto Amado, Helena Mendonça, Bernardo Guerra, Suellen Guariento, Cristina Marques, Aline Lessa, Aline Monteiro - minhas descobertas fluminenses, e à Arine Martins e Nadja Polisseni - meus reencontros felizes.

Ao Pedro Strozenberg, que gentilmente me trouxe à ‘Cidade Maravilhosa’, para que eu pudesse ver suas facetas nada belas, e aquelas ainda mais belas do que poderia imaginar. À toda equipe do ISER: Clemir Fernandes, Natasha Neri, Luna, Cuíca, Ailton, Lillian, Anita, Carô, Lucas Pedretti, Carol Cooper, Bel Couto, Fernando Souza, Rafaela Albergaria, Nina Zur e tantos outros. À equipe do NAPAVE: Janne Calhau, Cristiane, Gabriela Serfaty, Tânia Kolker, e os colegas da Casa Fluminense, com quem tive a honra de conviver. À Defensoria Pública do Rio de Janeiro: Emanuel Queiroz Rangel, Caroline Tassara, Carolina Haber, Ricardo André, João Gustavo, Daniel Lozoya, Leonardo Rosa, Lívia Casseres, Arlanza Rebello, dentre outros tão brilhantes. Às Juízas Raquel Chrispino e Daniella Prado, duas mulheres admiráveis. À Promotora Janaína Pagan, que realiza o verdadeiro trabalho de promover justiça. À Luciana Simas, minha parceira num dos trabalhos mais desafiadores da minha vida. Ao ‘Coletivo Eu Sou Eu: somos a ferrugem’, pelo potente encontro.

Aos meus afilhados André, Thom e Benjamin, pelas fagulhas de luz.

À tia Edith, minha bruxinha, que me sugeriu o caminho do Yoga.

À Lêda Guimarães, por me ajudar no conhecimento e reconhecimento do meu desejo.

Ao Cristiano Silva, pela oportunidade do encontro e parceria na construção desse projeto de pesquisa, e pela amizade que se fortaleceu.

À Karuna, por aquilo que é, e pelos ensinamentos de Iyengar.

À UNIRIO, Universidade pública gratuita e de qualidade (que assim seja sempre!), e a todos os professores do PPGMS-UNIRIO, que me possibilitaram abrir e fazer conexões mentais e ajudaram a ampliar as perguntas.

Ao meu orientador Francisco, que nas entrelinhas me ensinou modos de ser e de viver de um professor-doutor dedicado que acredita e exercita, nas atitudes cotidianas, o compromisso responsável com seu desejo investidos na Academia.

Ao Chito, meu primeiro amor felino, à Lis (in memoriam) e Isa, *Canis familiaris* da melhor categoria: animais são seres fundamentais; aprendo com eles que quanto menos humana sou, mais humana me torno. Voltar a ser bicho, eis uma busca!

À natureza inteira e ao samba - que também “é uma forma de oração” - e me ajuda no jeito de corpo pro jogo da vida. Muito Obrigada.

RESUMO

O presente estudo se debruça sobre a produção de memórias de uma pessoa egressa do sistema prisional carioca, utilizando-se de fotografias pessoais como dispositivo disparador de lembranças e histórias, revelando a fala do próprio egresso por ele mesmo, sem significá-lo por meio de conceitos ou pré-conceitos. Também visa a observar, por meio do discurso, a relação com o passado, presente e futuro, e sua possibilidade de ressignificação das situações traumáticas vividas, partindo do pressuposto dos efeitos da prisão e do assujeitamento, bem como do universo do cárcere como produtor de subjetividades nas pessoas privadas de liberdade. Assim, parte-se da aposta na possibilidade do (re) surgimento de outras memórias e sentidos, em direção à renovação de processos de singularização, por meio do relato de um egresso, lido aqui como testemunho, que experimentou a privação da liberdade como condição de vida durante mais de 5 anos. A pesquisa tem como campo de estudos a Memória Social, como recorte, o universo da prisão e, como subcampo específico, a pessoa egressa do cárcere e a sua produção de memórias. Como método, a Cartografia dá a ancoragem, partindo do *rastreio* ao *reconhecimento atento*, passando pela escuta da pessoa egressa no encontro e reencontro com suas memórias, evocadas pelas imagens por ela selecionadas. A pesquisa também se utiliza do conceito da *Teoria Ator-Rede*, considerando, para a leitura dos fenômenos sociais, a equanimidade e contribuição mútua entre todos os atores envolvidos durante o processo. Por intermédio de uma leitura do cenário do superencarceramento de corpos pretos e pobres no sistema prisional brasileiro, que configura parte do projeto necropolítico endereçado a estes segmentos da população, parte-se para o desenvolvimento das consequências subjetivas da privação de liberdade num contexto de péssimas condições de vida, retirada de direitos fundamentais e desequilibradas relações de poder com as quais convivem aqueles privados de liberdade. Partindo-se, pois, do princípio de que o encarceramento interfere nas subjetividades do sujeitos presos, como ficaria a percepção de si mesmo após a aquisição do status de egresso? Apesar dos estigmas enfrentados por aqueles que deixam o cárcere, é possível que o sujeito conserve algo de si, de sua identidade, resistindo à lógica do poder? Para chegar a essas respostas, tomamos a trajetória de vida de C. como caso central deste estudo, transcrito na íntegra seu testemunho, desde sua vida anterior ao contato com o sistema de justiça criminal, passando pelo cárcere, até a conquista de sua liberdade civil.

PALAVRAS-CHAVE: Egressos do Sistema Prisional. Prisão. Estigma. Sobrevivente. Memória. Contramemória.

ABSTRACT

The present study focuses on the production of memories from a person egressed from the Rio prison system, using personal photographs as a triggering device for memories and stories, revealing the speech of the egressed by himself, without signifying him through concepts or preconceptions. It also aims to observe, through the discourse, the relationship with the past, present and future, and its possibilities of re-signifying the traumatic situations experienced, based on the assumption of the effects of prisonization and subjection, as well as the universe of prison as a producer of subjectivities on people deprived of their liberty. Thus, we start from the bet on the possibility of the (re)emergence of other memories and meanings, towards the renewal of singularization processes, through the report of an egress, read here as a testimony, who experienced the deprivation of freedom as a condition of life for more than 5 years. The research has as its field of study, Social Memory; as an approach, the universe of prison, and, as a specific subfield, the person egressed from prison and their production of memories. As a method, Cartography anchors, starting from tracking to attentive recognition through listening to the person egressed in the encounter and reencounter with their memories, evoked by the images they selected. The research also uses the concept of the Actor-Network Theory, considering, for the reading of social phenomena, the equanimity and mutual contribution between all the actors involved during the process. Through a reading of the scenario of the super incarceration of black and poor bodies in the Brazilian prison system, which configures part of the necropolitical project addressed to these segments of the population, one begins to develop the subjective consequences of deprivation of liberty in a context of terrible conditions of life, withdrawal of fundamental rights and unbalanced power relations with which those deprived of freedom live. Assuming that incarceration interferes in the subjectivities of prisoners, how would the perception of oneself be after acquiring the status of egress? Despite the stigmas faced by those who leave prison, is it possible for the subject to preserve something about themselves, their identity, resisting against the logic of power? To get these answers, we take C.'s life trajectory as the central case of this study, transcribed in full his testimony, from his life prior to his passage through the criminal justice system, including his prison, to the conquest of his civil freedom.

KEYWORDS: Graduates of the Prison System. Prisonization. Stigma. Survivor. Memory. Countermemory.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fotografia 1. Local: UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Local onde o participante da pesquisa, Cristiano, cursa a faculdade de História.

Fotografia 2. Local: CAARJ - Caixa de Assistência da Advocacia do Estado do Rio de Janeiro. Ocasão da conclusão de projeto “Cumprindo Pena, Exercendo Direitos”, realizado por um Coletivo de Egressos do Sistema Prisional, em parceria com o Instituto de Estudos da Religião – ISER - e apoio do Fundo Brasil de Direitos Humanos – FBDH.

SUMÁRIO

1 PRÓLOGO	12
2 INTRODUÇÃO	14
3 SISTEMA PRISIONAL: CONTEXTO E EFEITOS SOBRE AS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE E EGRESSAS.....	26
3.1 O encarceramento em massa	26
3.2 Prisão, sujeição e prisonização	38
4 SAÍDAS POSSÍVEIS: A RESISTÊNCIA AO PODER	44
4.1 O estigma como ponto de inflexão	47
5 INCURSÃO EM SITUAÇÃO DE CAMPO	52
5.1 O relato do sujeito egresso do sistema prisional: testemunho e sobrevivência	52
5.2 Foto-Grafas e memórias	57
5.3 Testemunho de um sobrevivente	59
6 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO: NAS VEREDAS DA INTERVENÇÃO	98
6.1 Sobre viver: sobreviver, sobras, viver!.....	104
7 CONSIDERAÇÕES	108
REFERÊNCIAS.....	111

1 PRÓLOGO

A escrita desta dissertação não é apenas uma grafia que se inscreveu a partir de mim e de meu orientador, Francisco, mas uma “Grafia do eu” que tem como ponto de partida as falas de Cristiano, um ativista social e egresso do sistema prisional com quem estabeleci a parceria que deu origem a este trabalho. Neste registro, atuei como pesquisadora e testemunha fiel das histórias e memórias por ele lembradas, sentidas, e verbalizadas. De algum modo escrevemos juntos este texto, que já não é somente meu, mas dele, e também de Francisco; dos autores nesta dissertação citados. de meus antepassados e meus professores de Mestrado e da Faculdade de Psicologia. Ele é fruto do dinamismo de minha mãe e do foco pontiagudo de meu pai; das aventuras e aprendizados com minhas irmãs e irmão; da partida repentina e dolorida deste ; do amor dos padrinhos; das diferenças presentes em cada um dos muitos amigos e de todos aqueles com quem convivi, e também da delicadeza e sensibilidade de Chito e do estabano de Isa. Esta escrita é produto de todas as pessoas egressas com as quais dialoguei ao longo de quase 20 anos de trabalho e estudo acerca desta população. Pertence às cidades do Rio de Janeiro e de Belo Horizonte, minha cidade natal, passando por Januária, onde meu avô paterno atuou como juiz criminal. Evoca o sofá de minha casa, as taças de vinho e canecas de chá que sorvi enquanto clamava pela chama da inspiração. É, ainda, resultado da depressão que vivenciei logo ao iniciar a pós-graduação na UNIRIO; dos tempos da paralisação e do medo, e depois, do impulso da força e da coragem; é de Nossa Senhora de Lourdes, de Oxossi e Nanã; é das matas e do barro; é de Aquário com Câncer: é do ar. Contribuem com ela o Instituto Albam e o ISER, ONGs nas quais atuei. De todos os meus parceiros de trabalho; das mães de pessoas presas e egressas com as quais convivi e dialoguei; das dores e delícias dessa vida é feito este texto. Ele é do cárcere e da rua; atravessa os muros, dá a volta e passa, então, pelas fendas dos mesmos muros que agora já não são os mesmos, pelo percurso realizado. É um desfecho das minhas postergações, das noites bem viradas e mal dormidas, da minha indisciplina e também disciplina, da personalidade organizada-desorganizada; das cervejas nas mesas dos botecos, dos livros, papéis, abajur e do computador na mesa de casa. Passa, ainda, pelas conversas fortuitas entabuladas na rua, com estranhos; é de asfalto, de morro, de corpo de gente, de areia e mar, e montanha e cerrado; é de goiabada com queijo e perfume de café. Pode se sentir também coautora a jovem senhora de 92 anos que me ensinou, sem saber, que mexer o corpo e se relacionar com o outro são antídotos contra uma velhice decrépita. À minha análise e ao meu desassossego; ao meu coração indócil às voltas com as profundezas do mundo e à inconformidade com os modos de se fazer justiça

neste meu país, devo este trabalho, uma elegia a todos os seres que sofrem, vítimas e algozes da existência neste Planeta. Ele é inspirado pela união entre a perspicácia da brisa belorizontina e a audacidade do calor carioca, responsáveis pelo parto desta dissertação suada. Agradeço a tudo e a todos os seres envolvidos, *humanos e não-humanos*. Consciente do antes e do durante, me lanço confiante no futuro (porém, nem tanto, pois certos medos podem servir de proteção). E avanço rumo a novos desconhecidos.

2. INTRODUÇÃO

A presente proposta surgiu a partir da minha trajetória profissional desenvolvendo trabalhos e projetos durante quase vinte anos na área dos direitos humanos, com foco no público submetido ao sistema de justiça criminal: pessoas privadas de liberdade, em situação de cumprimento de alternativas penais, e egressos do sistema prisional. Durante dez anos, trabalhei na Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais, nas políticas públicas de acompanhamento às alternativas penais e inclusão social do egresso do sistema prisional, inicialmente como técnica social e, posteriormente, como gestora. No campo da pesquisa, durante três anos desenvolvi e coordenei projetos na área de Justiça Criminal e Sistema Prisional, em uma organização não governamental, o Instituto de Estudos da Religião (ISER). Destaco a pesquisa produzida neste período, “Imparcialidade ou Cegueira: um estudo sobre prisões provisórias e alternativas penais no Rio de Janeiro”, que aborda a baixa adesão a modelos alternativos de responsabilização penal, bem como denuncia o amplo e desnecessário encarceramento provisório e seu impacto na vida dos sujeitos privados de liberdade, assim como suas famílias e círculo social. Pelo chamado método das Histórias de Vida, egressos do regime provisório relataram, para esta pesquisa, situações vivenciadas no período pós-cárcere, como por exemplo a perda de emprego, interrupção escolar, fragilização e rompimento de relações familiares e outras relações afetivas, surgimento ou agravamento de doenças físicas e/ou psicológicas, perturbações do sono, da vida afetivo-sexual e outras questões de ordem subjetiva, como as relacionadas às vivências e dimensões do tempo e espaço ou relativas à percepção de si mesmos e de suas identidades. Das 12 pessoas entrevistadas, nenhuma havia sido condenada à pena privativa de liberdade, sendo que duas delas tinham sido absolvidos ao final do processo, após meses de prisão.

No decorrer deste percurso, dentre muitas interrogações consequentes das múltiplas experiências vividas, aquilo que me capturava a atenção era o modo singular construído por todos esses sujeitos para resistir e existir, mesmo diante das maiores adversidades e dos mecanismos massificadores próprios da prisão. Assim, pode-se dizer que há mais do que “egressos prisionais”: há sujeitos que se fazem e refazem, ultrapassando as grades e as barreiras físicas e simbólicas. Nesse sentido, os presos sempre escapam! E é desse modo que a escolha pela dedicação ao estudo, escuta e escrita com base na fala de egressos do sistema prisional aqui se materializa e se inscreve em forma de dissertação de mestrado, tendo como força e peso a palavra de uma pessoa que, após o enfrentamento da privação de liberdade, dá

o seu testemunho e revela, por meio de suas memórias, o trabalho singular e diário de se fazer sujeito no pretense mundo da liberdade.

O campo da memória social abriga o presente estudo, que se dedica a depreender estes processos de construção e reconstrução, por intermédio do contato e da escuta de uma pessoa que passou pela experiência do cárcere, com base em seu inventário de pensamentos, sentimentos, palavras ditas e não ditas: o saber se mostra presente nela e em suas memórias (as do cárcere, aquelas anteriores ao cárcere e as presentes). Segundo Faceira (2016, p.323), a memória social pode ser lida como “um campo de estudo dos processos dinâmicos e contraditórios da vida social, sendo perpassado pelas redes de poderes, pela produção da lembrança e do esquecimento dos sujeitos, pela identidade e diferença dos grupos sociais”. Ainda segundo a autora (2016, p. 341):

A memória social integra as condições de vida em sociedade, constituindo as produções e construções realizadas pelo sujeito no âmbito de suas relações sociais, significando e ressignificando fatos vividos coletivamente e os processos de criação. Nesse sentido, a memória social do cárcere consiste em processos de complementariedade entre as relações indivíduo/sociedade, continuidade/descontinuidade e lembrança/esquecimento. Em outras palavras, a memória social é um instrumento e meio para a produção e reprodução de conhecimentos, a partir do movimento de apreender a realidade, desvelando o nível de aparência dos fenômenos sociais, compreendendo sua essência e contraditórios sentidos.

Um ponto importante sublinhado neste estudo é o caráter de singularidade das experiências e memórias da pessoa egressa prisional; contudo, ao dar o seu testemunho, ela se refere não somente a si mesma, mas a um contexto, um coletivo de egressos, uma situação histórica das prisões, rememorando cenas cujos acontecimentos não são apenas individuais, mas coletivos. A memória é individual, mas também coletiva - e as memórias do egresso do sistema prisional estão impregnadas de outras memórias: do cárcere, da família, de outros grupos e vivências. Segundo Halbwachs (2006, p. 23), “Não é o indivíduo em si ou alguma entidade social que recorda, mas ninguém pode se lembrar (...) a não ser em sociedade, recorrendo aos outros ou a suas obras”.

Feitas estas primeiras considerações, pensemos agora os egressos do sistema prisional como sujeitos que se submetem ao poder, e não apenas como sujeitos submetidos ao poder do cárcere. Este é um ponto reflexivo que marca uma grande diferença no desenvolvimento de uma pesquisa sobre essas pessoas, e em conjunto com elas... Tal reflexão marca uma posição ética desses sujeitos não necessariamente assujeitados, mas que se assujeitam devido à sua

condição de presos, e por necessidade acionam um mecanismo de defesa e , marcando uma ação ativa, e não passiva. O assujeitamento é uma decisão.

Em seu cotidiano, nas diferentes situações em que é preciso demonstrar obediência e submissão, as pessoas privadas de liberdade produzem, mesmo que minimamente, rastros de resistência para não acederem completamente ao processo de aplainamento que, com o passar do tempo, praticamente nivela suas diferenças subjetivas, de modo a transformá-las em espécimes que conformam uma série. Trata-se de uma árdua tarefa conservar singularidades em um ambiente que prima pela equiparação de subjetividades pulsantes, de modo a anular qualquer indício de expressão. Por outro lado, ainda que esta subordinação lhes seja desagradável e traga consequências nefastas, afirmam sua existência na medida em que produzem, pela resistência, dobras de memória, ou seja, como afirma Butler (2017, p. 90) em uma releitura do pensamento de Foucault:

[...] o prisioneiro não é regulado por uma relação exterior de poder, segundo a qual as instituições tomam como alvo de seus objetivos de subordinação um indivíduo preexistente. Pelo contrário, o indivíduo se forma – ou melhor, formula-se – como prisioneiro por meio de sua “identidade” constituída discursivamente. A sujeição é, literalmente, a *feitura* de um sujeito. O princípio de regulação segundo o qual um sujeito é formulado ou produzido. Essa sujeição é um tipo de poder que não só unilateralmente *age sobre* determinado indivíduo como uma forma de dominação, mas também ativa ou *forma* o sujeito.

Considerando que a vivência do cárcere produz consequências na vida dos sujeitos presos e, posteriormente, egressos, a experiência da escuta destas pessoas abre caminho para o encontro de histórias e singularidades que trazem um algo a mais além do proposto pelo massificador sistema penal, e que apontam em direção às saídas singulares que cada sujeito é capaz de construir.

Partindo do pressuposto de que a prisão mortifica o eu, mas não o anula, este estudo se baseia nas concepções de memória e sua relação com a identidade, para verificar o surgimento de outras memórias e identidades – além daquelas que dizem respeito ao cárcere -, favorecendo a ampliação dos repertórios dos sujeitos egressos diante das demandas internas e externas, quando do retorno à liberdade. Assim, pretende-se oferecer contribuição para reflexões sobre o sujeito egresso do sistema prisional a partir de narrativas suscitadas pelas suas próprias memórias, que surgem, aqui neste estudo, evocadas por imagens fotográficas.

O senso comum tem produzido concepções tantas vezes estigmatizantes sobre a pessoa egressa, posicionando-a como algoz ou como vítima e, em ambas as situações, como

objeto: ou objeto produtor de crimes e violências ou objeto passivo do resultado das opressões da Sociedade e do Sistema. A oscilação entre estes binarismos produz olhares viciados e que nublam as respostas, múltiplas, sobre quem são estes sujeitos e, ainda, influencia o direcionamento das políticas públicas quanto à sua estrutura na atenção às diversidades e multiplicidades de identidades, saberes e desejos deste público. Para evitar os estigmas, há que escutá-lo em suas singularidades.

Partindo desta premissa da escuta do sujeito egresso a partir de suas memórias - e não de um conhecimento pré-determinado sobre ele - , propõe-se , neste trabalho, uma reflexão em torno do seu papel ativo na produção de subjetividades outras que propiciem o descolamento das identificações com o cárcere e a desconstrução dos processos de assujeitamento, em um processo de micropolítica inventiva, oferecendo meios de trabalhar a singularização. Conforme nos indica Farias (2015, p. 80):

[...] é preciso contribuir de forma significativa para a diminuição dos impactos subjetivos decorrentes do processo de prisão, seja pela construção de novos arranjos identitários, seja pelo abandono dos traços de identidade de criminoso e preso, contribuindo para que o egresso possa produzir novos significados para a sua história de vida descolados daqueles que concernem à prisão e ao crime. Para tanto, deve-se realizar um mapeamento das trajetórias de vida do egresso antes do crime, da prisão e depois da prisão, considerando o impacto da prisão.

No processo de desvelamento das memórias de um sujeito egresso do sistema prisional, busca-se revelar, nas linhas e entrelinhas, os sonhos, a criação, os desejos, medos, etc., possibilitando novos processos de singularização, ainda que as subjetividades estejam impregnadas dos efeitos mortificadores decorrentes da vivência do aprisionamento. Essa diretriz é de fundamental importância na convocação dos interrogantes que nos auxiliarão no acompanhamento da escuta do relato desse sujeito. Ou seja, falamos de uma experiência pautada em um encontro singular a partir do qual uma pessoa egressa se dispõe a descortinar seu universo, reunindo filigranas para dar sentido ao seu percurso de vida em três temporalidades distintas e estanques: o tempo antes da prisão, o tempo da prisão e o tempo após a saída dos muros prisionais.

O *corpus* teórico utilizado para a construção deste estudo é composto fundamentalmente por Goffman e Foucault – estudiosos das prisões, seus mecanismos e efeitos sobre os internos deste sistema -, bem como outros autores que se dedicaram ao tema, entre os quais Thompson, Farias, etc; Deleuze e Guattari - pensadores que apontam para a dimensão ética e

política do desejo e a prática da (re)criação das singularidades, passando por Butler e Mbembe - que trazem reflexões sobre as segregações humanas –, o que leva a pensar no desafio que representa para uma pessoa egressa do cárcere a retomada do contato com o mundo em liberdade. Semprún, Canetti e outros autores auxiliam no desenvolvimento dos conceitos de testemunho e sobrevivente, termos fundantes para a compreensão do relato da pessoa egressa nesta pesquisa. No campo da Memória Social, Halbwachs traz importantes contribuições acerca das memórias individuais e coletivas; Bergson e Pollak contribuem com as relações entre memória, consciência e criação e com a compreensão da memória e sua relação com a identidade – pontos estruturantes para se pensar este trabalho.

Orientando-nos pelas pegadas deixadas por esses pensadores, trazemos para o recorte deste trabalho a contribuição da constatação de que as formas de singularização e de (re)criação de si mesmo, a partir do desvelamento de memórias, pressupõe a pessoa egressa como sujeito ativo nesse processo. O papel da memória, aqui, é compreendido no sentido de estar atrelado à consciência, conforme assinala Bergson (2009, p. 05):

Consciência significa primeiramente memória. A memória pode ter pouca amplitude, pode não abarcar mais que uma pequena parte do passado, pode não reter mais do que aquilo que acaba de acontecer; mas a memória está aí, ou então a consciência não está. Uma consciência que nada conserve de seu passado, que incessantemente esquecesse de si mesma pereceria e renasceria a cada instante: como definir de outro modo a inconsciência? (...) Portanto toda consciência é memória – conservação e acumulação do passado no presente. Sobre esse passado estamos apoiados, sobre esse futuro estamos debruçados. Apoiar-se e debruçar-se assim é específico de um ser consciente. Podemos dizer, portanto, que a consciência é um traço de união entre o que foi e o que será, uma ponte lançada entre o passado e o futuro.

Esta é uma pesquisa qualitativa, cuja base metodológica é a cartografia proposta por Deleuze e Guattari (1995), e que faz uso das fotografias pessoais como elementos disparadores dos processos mnêmicos de uma pessoa egressa do sistema prisional. O método cartográfico foi escolhido para este trabalho por permitir procedimentos abertos e inventivos, e pela possibilidade de valorizar o caráter processual daquilo que se pretende investigar: o campo das memórias de egressos do sistema prisional. Em vez de privilegiar um saber prévio à pesquisa, uma hipótese clara sobre o que se pretende encontrar, o método escolhido descortina a intenção de permitir uma reversão dessa lógica em que o saber sobre o campo não é dado a priori, mas a partir das experiências, das vivências ao longo do processo.

A cartografia é um método [...] que visa acompanhar um processo, e não representar um objeto. Em linhas gerais, trata-se sempre de investigar um

processo de produção. De saída, a ideia de desenvolver o método cartográfico para utilização em pesquisas de campo no estudo da subjetividade se afasta do objetivo de definir um conjunto de regras abstratas para serem aplicadas. Não se busca estabelecer um caminho linear para atingir um fim. A cartografia é sempre um método ad hoc. Todavia, sua construção caso a caso não impede que se procurem estabelecer algumas pistas que têm em vista descrever, discutir e, sobretudo, coletivizar a experiência do cartógrafo. (KASTRUP, 2015, p. 32)

Desta maneira, o presente estudo não define o egresso prisional como seu objeto, nem tampouco possui, a princípio, uma hipótese, mas se baseia em uma experimentação, que se dá a partir dos processos vivenciados na relação entre dois sujeitos: o sujeito pesquisador e o sujeito pesquisado.

A metodologia, quando se impõe como palavra de ordem, define-se por regras previamente estabelecidas. Daí o sentido tradicional de metodologia que está impresso na própria etimologia da palavra: *metá-hódos*. Com essa direção, a pesquisa é definida como um caminho (*hódos*) predeterminado pelas metas dadas de partida. Por sua vez, a cartografia propõe uma reversão metodológica: transformar o *metá-hódos* em *hódos-metá*. Essa reversão consiste numa aposta na experimentação do pensamento – um método não para ser aplicado, mas para ser experimentado e assumido como atitude. Com isso não se abre mão do rigor, mas esse é ressignificado. O rigor do caminho, sua precisão, está mais próximo dos movimentos da vida ou da normatividade do vivo, de que fala Canguilhem. A precisão não é tomada como exatidão, mas como compromisso e interesse, como implicação na realidade, como intervenção. (PASSOS, KASTRUP, ESCÓSSIA, 2015, p. 10)

As atividades de campo, em sintonia com o método cartográfico, também seguiram como orientação a Teoria-Ator-Rede (LATOUR, 2012), apresentada pelo acrônimo ANT – Actor-Network-Theory - a palavra inglesa ‘ant’ se traduz como ‘formiga’ para a língua portuguesa. Por esta metáfora, Latour (2012, p. 28) define o cientista como o “viajante cego, míope, viciado em trabalho, farejador e gregário”. Em um desdobramento dessa indicação, Abrahão (2018, p. 68) assim descreve:

Tomemos cada uma dessas palavras para explicar o nosso encaminhamento: a ideia de viajante cego nos reporta à possibilidade de agirmos, de uma forma descompromissada, sem focos delimitados *a priori*, pois qualquer nuance que emergir durante o processo deve ser considerada. No tocante à miopia, a palavra nos remete à possibilidade de termos de nos aproximar, ao máximo, em interação simultânea com atores humanos e não humanos indistintamente, sem privilegiar qualquer um que seja, visto que, ao invés de nos concentrarmos em um ponto específico, adotamos a postura de atenção flutuante que considera todos os

aspectos possíveis sem se deter em nenhum. A expressão “viciado em trabalho” que aparece na exortação indica o nosso compromisso e a nossa disponibilidade ao entrar em campo imbuídos do espírito de se deixar levar pelas circunstâncias que se configuram no decorrer do traçado. A entrada no campo, na medida em que acontece, nos coloca forçosamente em ação de trabalho constante. Quanto ao quarto elemento, farejador, a analogia nos serve muito bem quando dispomos escavar os escombros (...) Por fim, o termo gregário serve de contorno para situar o nosso posicionamento ético com relação ao trabalho em realização: a ação que empreendemos é resultado de um conjunto de forças de todos os atores que participaram, foram afetados e contribuíram na sua realização, sugerindo que o trabalho é de um agrupamento de atores em situação de simetria, pois não adotamos, em nossa cartografia, qualquer configuração hierárquica.

Dentre todos estes aspectos descritos da ANT, dois se destacam especialmente pela sua importância para o desenvolvimento da pesquisa: a atenção flutuante e a não definição de um foco já delimitado - o que permitiu que o trabalho de campo fluísse de maneira a suscitar elementos novos, trazendo à tona desenhos e formas a partir da narrativa das memórias do egresso do sistema prisional. Nesse sentido, a Teoria Ator-Rede se aproxima da Cartografia: “[...] onde o pensamento é chamado menos a representar do que a acompanhar o engendramento daquilo que ele pensa. Eis, então, o sentido da cartografia: acompanhamento de percursos, implicação em processos de produção, conexão de redes ou rizomas.” (PASSOS; KASTRUP; ESCÓCIA, 2015, p. 09)

A consideração da ação de todos os atores - humanos e não humanos - em equidade também é um ponto a ser enfatizado neste percurso, e norteou a interação entre a figura do pesquisador e a do pesquisado, possibilitando a troca e a produção de saberes advindas da teia - ou rizoma -, que é acêntrica. Pesquisador e pesquisado possuem a mesma importância num processo de percepção e análise do campo social, que dispensa o uso de hierarquias no modo de se fazer pesquisa. Segundo Passos; Kastrup & da Escócia (2015, p. 18):

Considerando que objeto, sujeito e conhecimento são efeitos coemergentes do processo de pesquisar, não se pode orientar a pesquisa pelo que se suporia saber de antemão acerca da realidade: o *know what* da pesquisa. Mergulhados na experiência do pesquisar, não havendo nenhuma garantia ou ponto de referência exterior a esse plano, apoiamos a investigação no seu modo de fazer: o *know how* da pesquisa. O ponto de apoio é a experiência entendida como um saber fazer, isto é, um saber que vem, que emerge do fazer. Tal primado da experiência direciona o trabalho da pesquisa do saber-fazer ao fazer-saber, do saber na experiência à experiência do saber. Eis aí o “caminho” metodológico.

Novamente podemos traçar uma aproximação do método cartográfico de Deleuze e Guatarri com a Teoria Ator-Rede de Latour: “Tomando uma metáfora da cartografia, eu diria

que a ANT procurou tornar o mundo social o mais achatado possível para garantir a total visibilidade de qualquer vínculo novo.” (LATOURE, 2012, p. 37).

Certas questões aparentemente insolúveis, tais como a natureza da ação e o embate entre micro e macrosociologia, que há muito alimentam os debates sociológicos, encontram aqui soluções satisfatórias e assaz instigantes. Mas ele não faz um inventário de respostas e sim uma lista de incertezas às quais devemos atentar se pretendemos fazer ciência social no estilo ANT: incerteza quanto à natureza dos grupos, da ação, das coisas, dos fatos e sobre o modo de conhecer e escrever sobre o social. Ao optar por falar sobre incertezas, Latour não revela apenas sua intenção de nos tragar para fora de nossa zona de conforto intelectual; pretende também desestabilizar o cientista social e retirá-lo da posição privilegiada que lhe permite dizer que os atores não sabem o que fazem, mas eles, cientistas, sim, sabem. Sendo assim, a ciência social é inútil porque os atores já sabem tudo? Latour não tem como intenção simplesmente inverter a balança. Seu argumento é que ambos, atores e cientistas, estão intrigados por questões relativas a identidade, participação, coletivo etc. (SOUZA; SALES JUNIOR, 2012, p. 14).

Outro aspecto da Teoria Ator-Rede de relevância para a condução deste trabalho é a constatação de que, qualquer que seja o tema da pesquisa a ser desenvolvida, há situações, forças, fatores humanos e não humanos que interferem no contexto que se deseja estudar. E mais: a inserção do pesquisador no campo e a relação que se estabelece com ele não são inócuas e imparciais; elas possuem causas e produzem seus efeitos – o que dá origem a um rico material e compõe o tecido da pesquisa, juntamente com os elementos teóricos e práticos.

Todo cientista social sabe muito bem que as interações locais não são um bom lugar para descansar. Quando, por alguma razão ou outra, você vai para o palco, não tarda a perceber que a maioria dos ingredientes que compõem a cena não foi levada para ali por você, e que muitos deles foram improvisados no local pelos demais participantes. Um bebê que aprende a falar encontra a sua língua já pronta, no uso competente que sua mãe faz dela. Um queixoso intimado a comparecer perante o juiz encontra o edifício da lei firmemente instalado e o edifício Old Bailey tão antigo quanto Londres. Um operário que trabalha o dia inteiro num dos andares de uma fábrica que explora os empregados não tarda a descobrir que seu destino foi determinado por agentes invisíveis que estão escondidos atrás das paredes do escritório na outra extremidade do estabelecimento. Uma pedestre com luxação no tornozelo aprende no consultório médico sobre seu esqueleto e sua fisiologia, coisas que pré-datam o momento de seu acidente. Um "informante" local, estimulado pelas perguntas de um etnógrafo visitante, compreende que a maior parte dos seus hábitos de pensamento provém de lugares e agências sobre os quais não tem nenhum controle. E assim por diante. Interações não são como um piquenique onde todo o alimento é reunido no local pelos participantes, mas sim uma recepção dada por alguns patrocinadores desconhecidos que prepararam tudo nos mínimos detalhes –

até o lugar para sentar-se já foi pré-inscrito por um encarregado atento. (LATOUR, 2012, p. 240).

Um outro ponto de apoio teórico, ainda no mesmo autor, parte da crítica que este faz à modernidade como etapa histórica, generalizada, que englobaria a todos os seres como sendo modernos, que é representada pela *purificação*: dicotomia entre natureza e cultura, onde caberia à ciência o mundo dos objetos, e à política o mundo dos homens (social), e que separaria os humanos/não humanos, como se de um lado estivesse o conhecimento do mundos das coisas e de outro, a política e o mundo dos homens. Assim, o autor propõe a antropologia simétrica, que dialoga entre as áreas do conhecimento e os mundos diversos, rompendo com o binarismo natureza/cultura, permitindo um conhecimento antropológico em rede. Segundo LATOUR (1994, p. 95):

É preciso que a antropologia absorva aquilo que Michel Callon chama de princípio de simetria generalizada: o antropólogo deve estar situado no ponto médio, de onde pode acompanhar, ao mesmo tempo, a atribuição de propriedades não humanas e de propriedades humanas (Callon, 1986). Para que a antropologia se torne simétrica, portanto, não basta que acoplemos a ela o primeiro princípio de simetria - que só dá cabo das injustiças mais óbvias da epistemologia. É preciso que a antropologia absorva aquilo que Michel Callon chama de princípio de simetria generalizada: O antropólogo deve estar situado no ponto médio, de onde pode acompanhar, ao mesmo tempo, a atribuição de propriedades não humanas e de propriedades humanas (Callon, 1986). Não lhe é permitido usar a realidade exterior para explicar a sociedade, nem tampouco usar os jogos de poder para dar conta daquilo que molda a realidade externa. Também não lhe é permitido alternar entre o realismo natural e o realismo sociológico, usando "não apenas" a natureza, "mas também" a sociedade, a fim de conservar as duas assimetrias iniciais, ao mesmo tempo em que dissimula as fraquezas de uma sob as fraquezas da outra (Latour, 1989a). Enquanto éramos modernos, era impossível ocupar este lugar, já que ele não existia! A única posição central que a Constituição reconhecia, como vimos anteriormente, era o fenômeno, ponto de encontro onde convergem os dois pólos da natureza e do sujeito. Mas este ponto permanecia terra de ninguém, um não-lugar. Tudo muda de figura, conforme descobrimos, quando, ao alternar sempre entre os dois pólos da dimensão moderna, apenas, nós descemos ao longo da dimensão não moderna. O não lugar impensável torna-se o ponto de irrupção, na Constituição, do trabalho de mediação. Longe de estar vazio, é lá que os quase-objetos, quase-sujeitos proliferam. Longe de ser impensável, torna-se o terreno de todos os estudos empíricos realizados sobre as redes. (LATOUR, 1994, p.95)

Esta pequena introdução ao pensamento de Latour pode se aplicar ao presente estudo no que tange ao seu fazer metodológico, que se inspira pelo olhar múltiplo, que valoriza a complementaridade e as diferenças, e busca a inclusão de aspectos humanos e não humanos

para a enunciação do sujeito egresso, que se faz na mistura do político, econômico, social, filosófico, psicológico, das letras, da matemática e também da intuição e do senso comum. Tal aspiração utópica de fluidez e harmonia entre todas estas faces do mesmo universo não é alcançada - mas considerada – no desenvolvimento de cada etapa deste processo, desde a escolha pelo estudo ser acolhido pelo campo da Memória Social, que, até o método cartográfico, considerando a pluralidade, as ações humanas e não humanas no decorrer deste processo.

Apresentados os caminhos teórico-metodológicos que compõem este estudo, que tem por universo o sistema prisional, é a vez de descrever seu recorte: uma pessoa egressa do sistema prisional, do sexo masculino, que foi privada de liberdade por mais de cinco anos, entre regime fechado e semiaberto, e que hoje encontra-se em livramento condicional, cujo relato, motivado pela observação de duas fotografias pessoais, escolhidas pelo próprio, será descrito em capítulo específico, onde será explicada a metodologia utilizada e desenvolvida neste trabalho de campo.

A fotografia, neste projeto, foi escolhida como recurso metodológico devido à aposta na potência da imagem como elemento disparador de memórias capaz de suscitar narrativas, lembranças ou novas grafias do eu. Segundo Silva (2016, p. 309):

O campo da cultura visual e da memória tem fortalecido esse laço interdisciplinar por intermédio de outros artefatos visuais que vão além da pintura. A fotografia, em especial, tem sido cada vez mais apresentada como representações de artefatos visuais de memória, e, com isso, tem estabelecido um valor documental para o campo da memória visual. [...]. Esse é um argumento que justifica que a fotografia pode ser visualizada como um pedaço de memória ou um ‘sociograma’.

A opção pelas fotografias pessoais se explica pelo fato de estas poderem representar cenas relacionadas à pessoa entrevistada, funcionando como disparadores de memórias, sentimentos, pensamentos, reflexões... A orientação para a seleção das imagens foi a seguinte: “escolha aquelas que mais lhe toquem”. Este direcionamento prévio está ancorado naquilo que Barthes nomeou de *punctum*, sendo este conceito explicado como as sensações pungentes despertadas pela imagem, no espectador, enquanto o conceito de *studium* estaria ligado ao visível, à racionalidade e à análise técnica. “Por mais fulgurante que seja, o *punctum* tem, mais ou menos virtualmente, uma força de expansão. Essa força é frequentemente metonímica.” (BARTHES, 1980, p.73).

Os riscos envolvidos nesta pesquisa foram analisados levando em consideração a possibilidade de desistência do(a) participante, uma vez que foi explicitado o caráter voluntário da adesão, sendo livre a escolha de desistência da participação a qualquer tempo, durante a pesquisa, conforme desejo. Assim, o convidado disponibilizou o contato de outra pessoa egressa, que se prontificaria a participar, caso houvesse necessidade.

Um outro risco envolvido seria o surgimento de algum incômodo de ordem emocional, decorrente do surgimento das memórias de sofrimento possivelmente trazidas à tona no momento das falas do entrevistado. Para diminuir o impacto desta hipótese, a pesquisadora fez o convite a pessoas egressas vinculadas a algum tipo de suporte psicossocial, como é o caso dos integrantes do Coletivo Eu Sou Eu: reflexos de uma vida na prisão, cujo envolvimento em atividades, como membros de um grupo de ativistas de Direitos Humanos, lhes confere maior autonomia e suporte emocional, sendo que alguns deles, como é o caso de Cristiano, estiveram acolhidos pelo Núcleo de Atenção Psicossocial a Afetados pela Violência de Estado – NAPAVE², grupo formado por atores psi, que realizam atendimentos, individuais e em grupo, a pessoas afetadas pelas violências institucionais, destacando-se aquelas exercidas pelas polícias e Sistema de Justiça Criminal.

O texto que engloba todo este trabalho de pesquisa - teoria-campo-análise - consta das seguintes partes: uma seção introdutória, que apresenta a questão e os possíveis encaminhamentos teóricos e metodológicos necessários à sua abordagem e a focalização, em seguida, de um aspecto peculiar do sistema prisional brasileiro, o encarceramento em massa, a partir de argumentos baseados em dados estatísticos do DEPEN e de resultados de outras pesquisas, atentando para o fato de que, no último relatório de 2016, o Brasil aparece como o terceiro país com o maior número de pessoas encarceradas no mundo. Feita esta contextualização, o texto aborda também os processos de sujeição e prisionização, decorrentes do encarceramento, vivenciados pelas pessoas privadas de liberdade, e traz, num capítulo posterior, reflexões sobre saídas construídas pelos sujeitos ao se depararem com estas situações - frente aos jogos de poder, há possibilidade de resistência e criação. É introduzida, então, a questão do estigma, embasada na leitura de Goffman, com o apoio do conceito psicanalítico freudiano de *projeção* – mecanismo de defesa inconsciente que diminui as

² O Núcleo de Atenção Psicossocial a Afetados pela Violência de Estado (NAPAVE) acolhe pessoas que tenham passado por situação de tortura ou outras graves violações de direitos humanos perpetradas por agentes de Estado. Projeto desenvolvido pela Equipe Clínico-Política do Rio de Janeiro, em parceria com o Instituto de Estudos da Religião - ISER e a Fundação FORD.

Fonte: <http://www.iser.org.br/site/portfolio-item/projetos/>. Acessado em: 12 de fev. 2020.

tensões emocionais do sujeito consigo mesmo, na medida em que há a transferência, para o outro, de conteúdos repugnantes oriundos de si mesmo. O conceito de estigma será lido como um mecanismo de projeção quando a sua rejeição ao outro esconde aquilo que rejeita em si. Esta articulação traz, para além de uma constatação, um desafio: se é possível que o estigma engendre efeitos negativos, como o afastamento do estigmatizado pelos ditos “normais”, por outro lado, pelo mecanismo de projeção, poderia haver, via apreensão da própria “miséria”, a apreensão da “miséria” no outro, o que geraria um reconhecimento mútuo, base de uma relação de reciprocidade. A reflexão, ao final, apresenta o estigma como *ponto de inflexão* - conceito emprestado da matemática (Cálculo) que trata da mudança de comportamento de uma curva, em um gráfico, numa determinada circunstância -, para dizer do momento decisivo entre a sujeição ao estigma ou sua superação, tanto por parte do próprio estigmatizado quanto pelo outro que o estigmatiza.

Por fim, são apresentadas considerações sobre o percurso realizado a partir dos interrogantes teóricos e das incursões efetuadas com a participação de uma pessoa egressa, as quais, por sua vez, possibilitaram a construção do material em situação de campo e, como acompanhantes e contribuintes em nossa viagem investigativa, nos permitiram adentrar, pelo processo de construção de memória, no universo sombrio das instituições prisionais, conforme pontua Coelho (2005) em sua obra *A oficina do Diabo*.

O trabalho finaliza com uma análise do testemunho apresentado pela pessoa egressa participante da pesquisa, trazendo, nas considerações finais, reflexões acerca da importância do fomento e do fortalecimento de programas, projetos e políticas públicas de atenção aos sujeitos egressos prisionais, sendo a singularização da escuta desses sujeitos uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento e sustentação de suas propostas e ações.

3 SISTEMA PRISIONAL: CONTEXTO E EFEITOS SOBRE AS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE E EGRESSAS

Esta seção tem o objetivo de contextualizar o sistema prisional brasileiro, buscando demonstrar seus objetivos, estrutura, funcionamento e efeitos para a população presa e egressa, bem como trazer reflexões sobre os campos de possibilidades para as pessoas que passam por este sistema. Primeiramente, iremos abordar o encarceramento em massa como estratégia política estruturada na herança escravocrata que, desde o século XVII captura parte da população negra, jovem e pobre do nosso país, reforçando estigmas e vulnerabilidades sociais que dificultam a retomada da vida em liberdade pela pessoa egressa, não somente ao que concerne aos aspectos materiais e objetivos, como a regularização de documentação e a obtenção de renda, bem como aos aspectos subjetivos, que afetam a percepção de si mesmo e do mundo externo. Em seguida, alguns autores como Goffman e Thompson darão suporte a uma reflexão sobre a construção de campos de possibilidades para as pessoas egressas, considerando que a prisão como Instituição total que mortifica o eu mas não o anula.

3.1 O encarceramento em massa

Em junho de 2016, a população prisional brasileira somava mais de 726.000 pessoas³, elevando o Brasil à posição de terceiro país no mundo com o maior contingente prisional, atrás da China e dos Estados Unidos. De 2000 a 2016, a população carcerária cresceu, em média, 7,3% ao ano - um aumento da ordem de 707% em relação aos registros do início da década de 1990. A alta taxa de ocupação do sistema prisional brasileiro (197,4%) é impactante e bem maior do que o limite máximo de “tolerância” de 137%, previsto em tratados internacionais (INFOPEN, 2016).

Com a terceira maior população prisional do mundo em números absolutos, o Brasil tem investido muito no aprisionamento, muito pouco na qualidade das prisões e, menos ainda, em respostas alternativas ao encarceramento e programas de apoio ao público egresso do sistema prisional. Ao Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) cabem, dentre outras atribuições, a “implementação de políticas de educação, saúde, trabalho, assistência social, cultural, jurídica e o respeito à diversidade e questões de gênero, para promoção de direitos

³ INFOPEN, 2016, p. 08. Fonte: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/Infopenjun2016.pdf>. Acessado em: 7 de março de 2020.

das pessoas privadas de liberdade e dos egressos do sistema prisional” (DEPEN, 2018)⁴. Contudo, a Política Nacional destinada ao público egresso, que iniciou seus esforços em 2017, ainda não se consolidou. Existem algumas experiências, pulverizadas em alguns estados como Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Espírito Santo, Paraná e Paraíba, que desenvolvem programas e projetos destinados a esse público sem, contudo, efetuar um atendimento de parâmetros de uma política macro. Em seis estados brasileiros, nem chega a haver qualquer tipo de atendimento aos egressos⁵.

Os programas presentes nos EUA apresentam práticas de auxílio aos indivíduos que passaram pela privação de liberdade, pautando-se, sobretudo, na maximização do distanciamento de qualquer oportunidade ou facilidade que pode levá-los ao cometimento de novas práticas criminosas. No Brasil, as iniciativas voltadas para esse público podem ser categorizadas em programas que se baseiam, principalmente, no apoio psicossocial e jurídico, inserção no mercado de trabalho e incentivo à qualificação profissional. (SILVEIRA; Souza, 2015, p. 163)

Assim, as pessoas que passam pelo sistema prisional enfrentam grandes dificuldades de retorno à sociedade. Dentre os entraves percebidos, que ilustram o difícil caminho a ser trilhado por esses sujeitos, se destacam a falta de documentos pessoais; a baixa escolaridade e/ou quase nenhuma qualificação profissional; a ausência de assistência jurídica adequada; o desencadeamento ou potencialização de transtornos psíquicos ocasionados pela experiência prisional, somado ao tratamento precário nas unidades prisionais; o uso e abuso de álcool e outras drogas; a precariedade de apoio comunitário/institucional; a escassez de moradia (já que alguns egressos vivem em situação de rua) e, por fim, as dificuldades de inserção no mercado de trabalho atreladas ao estigma e ao preconceito. A LEP (1984)⁶ prevê, em seus artigos 10 e 11:

A assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade.
Parágrafo único. A assistência estende-se ao egresso.

Art. 11. A assistência será: I - material; II - à saúde; III - jurídica; IV - educacional; V - social; VI - religiosa.

⁴ Ministério da Segurança Pública/Gabinete do Ministro

Portaria nº 199, de 9 de novembro de 2018. Publicado em: 13/11/2018 | Edição: 218 | Seção: 1 | Página: 56

⁵ Fonte: <https://justica.gov.br/news/depen-faz-mapeamento-para-desenhar-politica-destinada-a-egressos-do-sistema-penitenciario>. Acessado em: 07 de março de 2020.

⁶ Lei de nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que institui a Lei de Execução Penal no Brasil. Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm. Acessado em: 16 de fevereiro de 2020.

Mais adiante, na Seção VIII, o texto da Lei dispõe, em seu art. 25, da assistência ao egresso, que consiste:

I - na orientação e apoio para reintegrá-lo à vida em liberdade;

II - na concessão, se necessário, de alojamento e alimentação, em estabelecimento adequado, pelo prazo de 2 (dois) meses.

Parágrafo único. O prazo estabelecido no inciso II poderá ser prorrogado uma única vez, comprovado, por declaração do assistente social, o empenho na obtenção de emprego.

Além disso, em seu art. 27, estabelece: “O serviço de assistência social colaborará com o egresso para a obtenção de trabalho”. Atentemos para o fato de que a legislação prevê, em favor do egresso prisional, assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa, não incluindo a assistência psicológica. Poderíamos depreender que a assistência psicológica estaria implícita no campo da assistência à saúde, o que não se percebe quando recorremos ao texto da Seção III da referida Lei no art. 14:

A assistência à saúde do preso e do internado, de caráter preventivo e curativo, compreenderá atendimento médico, farmacêutico e odontológico.

§ 1º (Vetado).

§ 2º Quando o estabelecimento penal não estiver aparelhado para prover a assistência médica necessária, esta será prestada em outro local, mediante autorização da direção do estabelecimento.

§ 3º Será assegurado acompanhamento médico à mulher, principalmente no pré-natal e no pós-parto, extensivo ao recém-nascido. ([Incluído pela Lei nº 11.942, de 2009](#)).

Podemos inferir que, embora o Sistema Prisional afete as subjetividades das pessoas privadas de liberdade, após a saída dos estabelecimentos prisionais não se verifica, na previsão legal, a atenção psicológica voltada para estes sujeitos. Sem dúvida, os tipos de assistência elencados no texto da Lei são vitais para o processo de retomada da vida em liberdade e do exercício da cidadania da pessoa egressa. Conforme relata Farias (2015, p. 99-100):

[...] a desinstitucionalização do egresso do ambiente prisional consiste em um processo com várias etapas: a) a ruptura com o passado da prisão e, conseqüentemente, o desamparo em razão do estranhamento decorrente da saída da prisão. Há que se considerar que “todo recomeço tem elemento de recordação do passado, da memória; nesse caso específico, das memórias do cárcere”(CARVALHO FILHO, 2012, p. 180); c) familiarização com o ambiente físico, que, em se tratando das grandes cidades, passa por inúmeras transformações,

eliminando marcos de referência; d) ruptura com a temporalidade do ambiente prisional, aliada à produção de mecanismos de gerenciamento da vida direcionados ao futuro e à construção de novas possibilidades de identificação; e) dificuldades de desapego à prisão diante da incerteza em relação às condições de vida no espaço fora da prisão e também a construção de novos vínculos sociais da mesma forma que ocorre também a elaboração da perda dos vínculos com outros presos; f) dificuldade de abrir mão das referências relacionadas às autoridades prisionais que são evidências do aprisionamento e g) retomada das estratégias de convivência no contexto familiar, no trabalho, no lazer, em função da nova identidade de criminoso e ex-presidiário. [...] Contudo, apesar de serem tomadas essas medidas, muitas vezes o preso encontra dificuldades para abrir mão da privação de liberdade, devido à impregnação dos padrões e valores assimilados em função da cultura carcerária. Trata-se de um complexo processo que requer a ação de políticas públicas, não apenas no que concerne ao processo de retirada de documentação, oferta de um trabalho, mas, principalmente, à construção de novos arranjos subjetivos que propiciem ao egresso condições de gerenciamento de sua vida em liberdade.

O superencarceramento, além de onerar a máquina pública, não consegue demonstrar sua eficácia em termos de controle da criminalidade ou aumento de segurança da população, Conforme SILVEIRA, A & SOUZA, R. (2015, p. 74),

Não há pistas de que o encarceramento desse enorme contingente de pessoas [...] esteja produzindo qualquer resultado positivo na redução da criminalidade ou na construção de um tecido social coeso e adequado. Basta registrar que partimos de noventa mil presos no início da década de noventa, e saltamos para mais de seiscentos mil presos, num intervalo de menos de 25 anos. Tal considerável incremento não se fez acompanhar de uma redução da incidência de crimes violentos, nem tampouco da sensação de segurança por parte da sociedade brasileira, o que em tese poderia justificar o enorme custo social e financeiro do encarceramento. (INFOPEN, 2014, p.6).

Esse assunto, bastante polêmico, merece ser interrogado, pelo menos, levando em consideração a credibilidade da sociedade que entende o encarceramento como solução para determinados problemas sociais e o Estado que aperfeiçoa, gradativamente, os aparatos de prisão, julgamento e custódia. A esse respeito, são pertinentes as seguintes linhas de reflexão:

a. Se o megaencarceramento não influenciou positivamente a redução da criminalidade e o aumento da sensação de segurança, então por que motivo o Estado brasileiro ainda perpetua e investe nessa política? Algumas motivações devem ser consideradas no processo de incremento do encarceramento de pessoas, visto que, conforme assinala Abramovay (2010, p. 25):

O endurecimento das penas e o conseqüente aumento da população carcerária a partir da década de 1990 não representam um avanço das reflexões teóricas sobre as maneiras de a sociedade contemporânea lidar com o fenômeno criminal. Esse movimento é parte integrante de um modelo político-econômico que não acredita na intervenção do Estado na economia como fundamental para a redução das desigualdades. Tal modelo não tem outra maneira de lidar com essas desigualdades senão por meio da ameaça constante do encarceramento e com o isolamento em massa de populações marginalizadas.

b. A relação que conjuga, de forma bem alinhada, a prisão com o atual sistema econômico, deve ser considerada especialmente em relação a interesses econômicos que fomentam a política de construção crescente das prisões, criando tentáculos em outras esferas como a iniciativa privada e mesmo a privatização das instituições prisionais. Certamente o programa de reformas das prisões, defendido por seu caráter humanitário, traz também no seu bojo propostas de outras naturezas. Por essa linha de raciocínio, somos levados a pensar que, conforme sinaliza Body-Gendrot (2018, p. 260), “as perturbações da ordem e a disfunção urbana apontam para problemas agudos de governança urbana, de relações entre os níveis de governo, bem como para defeitos e obstáculos no processo de fazer política”.

Assim, a exclusão de classes marginalizadas pelo encarceramento faz parte de uma rede de poder cuja tomada de decisões para a solução de problemas sociais se dá de forma completamente enviesada, sendo que, de um lado, valorizam-se ações que geram lucros, patrimônios e lideranças e, de outro, acentuam-se as desigualdades sociais. Contudo, não podemos admitir que a solução para a desigualdade seja vislumbrada pela segregação e encarceramento de classes consideradas marginais.

c. Por fim, o desenvolvimento da política de megaencarceramento deve produzir bons dividendos; caso contrário, não se manteria com tamanha intensidade e vigor em muitos países. Pelo menos deve atender aos interesses de maximização de lucros de uma camada da população que passa a ser conhecida no âmbito do poder pela posse de bens. Na mesma medida, outras classes são rebaixadas à condição de supérfluas e como sobrantes do mercado de trabalho, e facilmente engrossam a lista de pessoas criminosas, tornando-se presas fáceis dos aparatos policial, judicial e de custódia.

No Rio de Janeiro, de 1790 até a chegada da Corte portuguesa na capital, no final do século XVIII, a superpopulação carcerária já era um problema a ser enfrentado pelas autoridades da época. Conforme Araújo (2009, p. 223),

Em fins do século XVIII, o Rio de Janeiro contava com três prisões civis de reduzida capacidade: Cadeia Pública, Cadeia do Tribunal da Relação e

Calabouço. Em linhas gerais, o sistema prisional da capital do vice-reinado do Brasil era caracterizado pela ausência de acomodações suficientes para o abrigo de tantos detidos, altas taxas de enfermidade e mortalidade devido às precárias condições sanitárias e elevados índices de fuga, dadas as ineficientes estruturas de segurança.

O autor traz um relato sobre o Aljube - prisão eclesiástica pertencente à Igreja, que recebeu os presos da Cadeia Pública, desalojados quando da vinda da Corte portuguesa no Rio de Janeiro -, destacando, em especial, as condições degradantes da unidade:

Todos os sentenciados, inclusive os condenados à morte e os prisioneiros detidos pelos mais variados crimes, ficariam, a partir de 1808, na prisão do Aljube [...] que se transformou no pior centro de detenção do Rio de Janeiro nas duas primeiras décadas do século XIX. [...] As descrições feitas por contemporâneos da prisão do Aljube são as piores possíveis. Era escura, úmida e pequena para o número de detentos que abrigava. [...] Os leitos das enfermarias eram fatais aos doentes. Poucos recuperavam a saúde. (ARAÚJO, 2009, p. 235)

Esta condição perdura nos dias de hoje. A taxa de ocupação no sistema prisional fluminense é de 179%⁷ e as condições de precariedade, apontadas por Araújo já no vice-reinado, permanecem como característica das prisões no estado. Como demonstra o Relatório Anual de 2018, do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro (MEPCT-RJ, 2018, p. 27):

As deploráveis condições de detenção que caracterizam as prisões constituem riscos para a vida e a integridade das pessoas presas e são, per se, um tratamento cruel, desumano e degradante. Essas condições apresentam níveis alarmantes de superlotação, infraestrutura precária, falta de separação entre pessoas processadas e sentenciadas e uma escassez considerável de agentes penitenciários de custódia. Do mesmo modo, foram recebidas queixas de centros penitenciários onde prevalece a negligência na atenção médica; completa falta de higiene; ausência de artigos de necessidades básicas; alimentação inadequada considerando sua escassez e deficiências nutricionais; ausência de programas efetivos de reintegração social e falta de tratamento diferenciado em relação aos diferentes tipos de população carcerária.⁸

Além de superlotado, o sistema prisional fluminense é marcado por frequentes testemunhos e denúncias de violência e violações - destacando-se condições de vida precárias e insalubres, insuficiente acesso à assistência psicossocial, educacional, laboral e de saúde -,

⁷ INFOPEN (2017, p. 27). Fonte: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorios-sinteticos/infopen-jun-2017-rev-12072019-0721.pdf>. Acessado em: 07 de março de 2020.

⁸ MEPCT. Relatório Anual (2018). Trecho de parte do informe da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) sobre o contexto prisional do Estado Brasileiro – resultado da visita ao país no Segundo semestre de 2018. Fonte: <http://mecanismorj.com.br/relatorios/>. Acessado em: 11 de março de 2020.

bem como pelas denúncias de maus-tratos e tortura por parte de agentes do Estado. O relatório do MEPCT/RJ (2017, p. 22) destaca:

Por exemplo, em outubro passado verificamos que na Penitenciária Lemos de Brito havia racionamento d'água, instalações sanitárias precárias, ausência completa de distribuição de artigos de higiene, os presos que trabalhavam estavam sem receber pagamento, a equipe contava com apenas dois técnicos de enfermagem e não havia médicos. Cinco internos estavam permanentemente sem dispor de banho de sol ou de qualquer outra atividade fora da cela, o que é proibido sob qualquer parâmetro legal, nacional ou internacional.

Em 2016, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), a pedido da Defensoria Pública do Rio de Janeiro (DPERJ), determinou que o governo brasileiro adotasse medidas para solucionar os problemas de superlotação, além de outros, relativos ao Instituto Penal Plácido de Sá Carvalho (IPPSC), parte do Complexo de Bangu. Segundo a Justiça Global (2017)⁹,

Vistoria do Núcleo do Sistema Penitenciário da Defensoria (Nuspen), em janeiro de 2016, revelou que o instituto penal operava bem acima da capacidade – com 3.478 presos para apenas 1.699 vagas. Na ocasião, foram constatados diversos problemas. Entre eles, atrasos na concessão de benefícios na Vara de Execuções Penais, falta de medicamentos, de material de higiene e até de água potável e de alimentação nutricional adequada.

Em Resolução da Corte Interamericana de Direitos Humanos, publicada em novembro de 2018, o Estado do Rio de Janeiro reconhece não somente a condição de superlotação daquele estabelecimento penal como a de outros tantos, conforme descrito no item A., 4., p. 02, do referido documento: “O Estado argumentou que a situação crítica de superlotação no IPPSC não é um problema exclusivo dessa unidade, e que, ao contrário, se trata de um problema que abrange todo o sistema penitenciário [...]”¹⁰.

Estas condições do encarceramento que, desde o princípio, reforçam a pena de prisão como meramente punição, são endereçadas, majoritariamente, a um segmento específico da sociedade. A população carcerária é predominantemente jovem tem entre 18 e 29 anos (55% dos presos no Brasil e 59% no Rio de Janeiro), negra (os negros representam 63% da

⁹ Fonte: <http://www.global.org.br/blog/brasil-respondera-por-superencarceramento-homicidios-e-torturas-na-corte-interamericana-nessa-sexta-feira/>. Acessado em: 07 de março de 2020.

¹⁰ Resolução da Corte Interamericana de Direitos Humanos (2018): Medidas Provisórias a Respeito do Brasil - Assunto Do Instituto Penal Plácido De Sá Carvalho. Fonte: <http://www.mpf.mp.br/pgt/documentos/resolucao-cidh-placido-de-sa>. Acessado em: 07 de março de 2020.

população carcerária no Brasil, e 72% no Rio de Janeiro¹¹) e apresenta baixa escolaridade (51% no Brasil possuem Ensino Fundamental incompleto; no Rio de Janeiro, estes somam 65%). Além disso, cerca de 40% das pessoas presas no Brasil e no estado do Rio de Janeiro estão em situação de prisão provisória, ou seja, não possuem condenação e, tecnicamente, são consideradas inocentes, conforme determina a Constituição Brasileira¹².

O aprisionamento em massa, em grande parte sustentado pela política de “Guerra às Drogas” que, sob o manto da garantia da “lei e da ordem¹³” e da paz social, elege os varejistas do comércio de substâncias ilícitas como os “inimigos” da sociedade, arrasta, na seletiva rede da política penal - punitivista, racista e classista -, um enorme contingente de jovens, negros e moradores de favelas. Do total de encarcerados, 26% dos homens e 62% das mulheres responde a crimes relacionados ao tráfico de drogas, que se tornou crime hediondo a partir da Lei Federal 11.343/2006, decisão que praticamente retirou a possibilidade de inserção de modalidades de alternativas penais à prisão para este tipo de crime, uma vez que a legislação não determina a quantidade de drogas para consumo, enquadrando muitos usuários de substâncias ilegais na condição de traficantes, a partir de critérios geográficos e étnico-raciais¹⁴. Como consequência, muitos jovens acabam sendo “empurrados” para dentro dos presídios, convivendo com pessoas envolvidas em dinâmicas criminais mais complexas e aumentando, assim, sua situação de vulnerabilidade. Para Wacquant, (1999, p. 62):

Com efeito, o aumento rápido e contínuo da distância entre brancos e negros não resulta de uma súbita divergência em sua propensão a cometer crimes e delitos. Ele mostra acima de tudo o caráter fundamentalmente discriminatório das práticas policiais e judiciais implementadas no âmbito da política "lei e ordem" das duas últimas décadas. A prova: os negros representam 13% dos consumidores de droga (o que corresponde a seu peso demográfico) e, no entanto, um terço das pessoas detidas e três quartos das pessoas encarceradas por infração à legislação sobre drogas. Ora a "guerra à droga" lançada estrepitosamente por Ronald Reagan, e ampliada desde então por seus

¹¹Índice maior que na representação de pessoas negras na população total, que é de 53% no Brasil. Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Infopen, Junho/2016, p. 32.

¹²Constituição da República Federativa do Brasil, art. 5º, LVII: “ Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”.

¹³Herança da política “War On Drugs” norte-americana, iniciada na década de 60 e baseada na “Law and Order”.

¹⁴No ano de 2017, o INFOPEN coletou dados referentes a 726 mil pessoas presas no Brasil. É possível observar que a maior parte dos custodiados é composta por jovens, pretos, pardos e com baixa escolaridade. Os crimes de roubo e de tráfico de drogas foram os responsáveis pela maior parte das prisões. (Fonte: INFOPEN, junho 2017, p. 68). Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorios-sinteticos/infopen-jun-2017-rev-12072019-0721.pdf>. Acessado em 04 de março de 2020.

sucessores, é, com o abandono do ideal da reabilitação e a multiplicação dos dispositivos ultra-repressivos (generalização do regime das penas fixas e irredutíveis, elevação do limite de execução das sentenças pronunciadas, perpetuidade automática no terceiro crime, punições mais rigorosas para os atentados à ordem pública), uma das causas mais importantes da explosão da população carcerária.

A seletividade que marca o sistema de justiça criminal no Brasil possui origens na história escravocrata. No livro *A história das prisões no Brasil*, Moreira e Al-Alam (2009, p. 48), ao abordar os projetos carcerários e sistemas normativos no século XIX, relatam, sobre as Casas de Correção no Brasil, com foco no Rio Grande do Sul (Pelotas):

A demanda de novas cadeias não era caso apenas do Rio Grande do Sul, e sim de todo o país. Encontramos outro ofício remetido à Câmara em que o ministro de Estado dos Negócios e da Justiça questiona a existência de alguma cadeia e construção na vila de São Francisco de Paula, e se haveria necessidade de verbas para a obra. Percebia-se a preocupação por parte das elites dirigentes do país em controlar as classes populares. O Estado nacional estava em formação com a recente independência e, se a tentativa de unidade das elites provinciais era difícil, mais difícil ainda era combater as desordens nas ruas provocadas pela profunda desigualdade do sistema escravista brasileiro.

No mesmo livro, Chazkel (2009, p. 9) assim explicita a seletividade penal, com recorte racial e de classe: “Estudos sobre o sistema brasileiro de justiça criminal documentaram a intrincada extralegalidade por meio da qual cidadãos e oficiais percorriam o espaço entre o código e a prática, assim como a perene recusa de direitos e a violência dirigida às camadas pobres e afrodescendentes” (2009, p. 11-12). Ao abordar o tema da Casa de Detenção do Rio de Janeiro na Primeira República, a autora descreve o imperativo da marca escravocrata no sistema de punição e segregação social (p. 11):

A Casa de Detenção misturava não somente prisioneiros acusados de uma enorme variedade de crimes e infrações, mas também escravos e homens livres, o que a transformava numa instituição penal peculiar e a predisponha à extralegalidade e à ambiguidade de procedimentos que a caracterizariam no período pós-abolição. Pouco mais da metade da população da Casa de Detenção, durante as últimas décadas do século XIX, era constituída por réus não escravos. A considerável quantidade de escravos forros que povoou intermitentemente a Casa de Detenção revela, com veemência, os caprichos da legislação criminal (e civil) num regime escravista. Eles permaneciam em custódia do Estado mesmo que não tivessem sido indiciados por crime nenhum e eram compelidos a trabalhar para o governo, principalmente nos serviços e projetos de infraestrutura pública. Uma parte

considerável da população da Casa de Detenção era composta por escravos acusados de algum crime, os quais ocupavam uma posição ambígua entre as autoridades privada e pública. Em 1879, ainda que medidas legislativas e a realidade sociocultural tornassem iminente o fim da escravidão, 2.028 das 7.225 pessoas que passaram pela Casa de Detenção (cerca de 28%) eram escravas, na maioria das vezes indiciadas somente pelo crime de fuga. Em 1887, 10.072 homens livres e 849 escravos passaram pela cadeia, dos quais 385 livres e 19 cativos ainda permaneciam na prisão no fim daquele ano, então o último antes da abolição.

Esta relação entre a escravidão, sua “abolição” e o desenho da política criminal e penal brasileiras não representa um detalhe, mas se mostra estruturante e determinadora de destinos de segmentos específicos da população. Segundo Mbembe, o que Foucault designa como “biopoder” opera pela divisão da sociedade entre os que devem viver e os que devem morrer. “Esse controle pressupõe a distribuição da espécie humana em grupos, a subdivisão da população em subgrupos e o estabelecimento de uma cesura biológica entre uns e outros. Isso é o que Foucault rotula com o termo (aparentemente familiar) “racismo” (MBEMBE, 2016, p.17). Ainda segundo o mesmo autor: “De fato, a condição de escravo resulta de uma tripla perda: perda de um “lar”, perda de direitos sobre seu corpo e perda de status político”. E não seria esta a situação vivida pela população privada de liberdade? (2016, p. 131):

Como instrumento de trabalho, o escravo tem um preço. Como propriedade, tem um valor. Seu trabalho é necessário e usado. O escravo, por conseguinte, é mantido vivo, mas em “estado de injúria”, em um mundo espectral de horrores, crueldade e profanidade intensos. O sentido violento da vida de um escravo se manifesta pela disposição de seu supervisor em se comportar de forma cruel e descontrolada, e no espetáculo de dor imposto ao corpo do escravo.

Na nossa sociedade, alguns seres humanos, com o objetivo de prevenção a “perigos inerentes à sua circulação” (MBEMBE, 2018, p. 71), são neutralizados: paralisados, presos, deportados. Adaptando este pensamento ao contexto brasileiro, podemos dizer que, na necropolítica produzida pela Guerra às Drogas, estes são, também, assassinados¹⁵. “A raça, deste ponto de vista, funciona como um dispositivo de segurança fundado naquilo que poderíamos chamar o princípio do enraizamento biológico pela espécie. A raça é, simultaneamente, ideologia e tecnologia do governo (MBEMBE, 2016, p. 71).

¹⁵ De fevereiro a junho de 2018, houve 607 assassinatos decorrentes de intervenção policial. Fonte: <http://observatoriodaintervencao.com.br/dados/apresentacao-de-infograficos/> Acesso em: 16/8/2018.

Embora a política de encarceramento não seja apresentada pelo Estado como uma política de extermínio, a população à qual ela se destina - majoritariamente negros e pobres - se depara constantemente com a iminência da morte dentro dos estabelecimentos prisionais, devido às condições insalubres, propagação de doenças, precária assistência à saúde, torturas, rebeliões, etc. Pesquisa da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro revela que, em 20 anos (de 1998 a 2018), o número de mortes no sistema prisional aumentou em dez vezes, sendo maior do que o crescimento da taxa prisional¹⁶. Segundo o INFOPEN (2014, p.115),

A taxa de mortes intencionais no sistema prisional é de 8,4 mortes para cada dez mil pessoas presas em um semestre, o que corresponderia a 167,5 mortes intencionais para cada cem mil pessoas privadas de liberdade em um ano. Esse valor é mais do que seis vezes a taxa de crimes letais intencionais verificada no Brasil em 2013. (...)Vale dizer que se a pessoa é presa no Brasil terá 6 vezes mais chances de morrer do que se não tivesse sido privada da sua liberdade.¹⁷

As vidas dos sujeitos privados de liberdade que habitam o sistema prisional parecem valer menos na escala social: são “indignos de vida” (ZACCONE, 2015¹⁸), “vidas precárias” e não passíveis de compaixão ou luto (BUTLER, 2015). O contato da sociedade com estas vidas pode despertar o desejo de proteção ou de dizimação, significando que algumas delas devem (e/ou merecem) morrer, ser privadas de liberdade e submetidas a toda sorte de torturas e humilhações. Butler (2015, p. 20), no livro *Quadros de Guerra*, diz que uma vida só pode ser considerada lesada ou perdida se, primeiramente, for considerada como viva. Para a autora, o modo da sociedade se relacionar com determinadas vidas, pode se dar pela apreensão, mas não necessariamente pelo reconhecimento. No sentido hegeliano, reconhecer pressupõe dois sujeitos e a existência de uma reciprocidade, enquanto na apreensão há um modo de conhecimento que ainda não é reconhecimento. Sem esse reconhecimento, as vidas consideradas precárias perdem sua condição de vida, seu valor. Esta reflexão aponta para a responsabilidade do caráter ético, uma certa obrigação que “nós” precisamos ter com os “outros” – conhecidos ou não, estranhos ou não, na vida em sociedade, em relação a “determinados modos de morrer e de morte quanto a outros modos socialmente condicionados

¹⁶ <http://defensoria.rj.def.br/noticia/detalhes/6142-Em-quase-uma-decada-numero-de-presos-mortos-cresce-10-vezes-mais>. Levantamento da Defensoria Pública do Estado (DPRJ) produzido para uma ação civil pública contra o governo do estado e a prefeitura do Rio, a fim de requerer uma solução para o problema das mortes no sistema prisional do estado.

¹⁷ INFOPEN (junho de 2014). Disponível em: <https://www.justica.gov.br/news/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf>. Acessado em: 06 de março de 2020.

¹⁸ D'Ellia Filho, Orlando Zaccane. *Indignos de Vida: a forma jurídica da política de extermínio de inimigos na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Revan, 2015. 278 p.

de sobreviver e crescer” (...); “Apenas em condições nas quais a perda tem importância o valor da vida aparece efetivamente” (BUTLER, 2015, pg. 32). Toda vida é precária, considerando a necessidade de nutrição, cuidados e a constatação de que somos seres de finitude. Para além desta precariedade que nivela o que é comum nos seres humanos entre si, existem enquadramentos que classificam as vidas vivíveis e as vidas matáveis. Essa desigual atribuição de valoração remete, a um só tempo, a uma questão material e perceptual, visto que há uma naturalização da precariedade das vidas não “consideradas”, quando enfrentam fome, subemprego, privação de direitos legais, e da exposição diferenciada à violência e à morte. Essas populações, conforme Butler (2015, p. 53),

[...] são "perdíveis", ou podem ser sacrificadas, precisamente porque foram enquadradas como já tendo sido perdidas ou sacrificadas; são consideradas como ameaças à vida humana como a conhecemos, e não como populações vivas que necessitam de proteção contra a violência ilegítima do Estado, a fome e as pandemias. Conseqüentemente, quando essas vidas são perdidas, não são objeto de lamentação, uma vez que, na lógica distorcida que racionaliza sua morte, a perda dessas populações é considerada necessária para proteger a vida dos "vivos".

A eficiente máquina de prender pessoas é ineficiente do ponto de vista da dita “ressocialização” que diz pretender; produz efeitos sociais diversos para os presos – e, conseqüentemente, para os egressos deste sistema. Além da privação da liberdade, as pessoas presas convivem com a superlotação das celas, o racionamento de água, a falta de limpeza, a alimentação inadequada, o precário acesso à saúde, assistência social, psicológica e jurídica e poucas oportunidades de trabalho e estudo, além de serem submetidas a diversas formas de tortura, tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes, o que faz com que estes indivíduos saiam do cárcere ainda mais vulneráveis do que quando entraram. Isso demonstra a falência do Estado em lidar com os cidadãos sob sua tutela que, por ventura, tenham infringido a lei. As prisões brasileiras, desde seu surgimento, demonstram ser ineficientes para a proposta dissuasora da prática de crimes, bem como para a promoção de um retorno saudável ao convívio social - seja pela superlotação, seja por outras condições indignas de vida nesses espaços –, e por isso são alvo de crítica de diversos segmentos sociais, acadêmicos etc. Contudo, as práticas seculares desagregadoras e precárias do sistema prisional indicam não um acaso, mas um direcionamento político estruturado, reflexo da conformação de nossa sociedade, que configura a segregação, a punição e o castigo como formas de enquadramentos de determinados segmentos sociais. Ao mesmo tempo em que é duramente criticada em sua

concepção e funcionamento, a prisão atende a objetivos escusos de neutralização e apartamento de determinado segmento social, uma espécie de maquiagem de “garantia” da salvação de uns em detrimento do purgatório de outros. Se as vidas precárias fossem passíveis de reconhecimento e de luto, poderíamos estar em outro estágio, mais avançado, de civilização.

3.2 Prisão, sujeição e prisonização

O sistema prisional é caracterizado por Goffman (1974) como um dos tipos de instituição total, “um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada (p.11). O processo de afastamento do mundo externo, a alienação, perda de autonomia e torturas pelos quais passam seus internos são designados como processo de “mutilação” ou “mortificação do eu” (p. 24), no qual a barreira entre o preso e o mundo externo se constitui como a primeira forma de mutilação - uma estratégia do sistema em realizar uma ruptura com o passado, no propósito de homogeneização, para assim obter êxito no controle sobre o “mundo dos internados”, quebrando suas “resistências” e “espírito”.

A instituição total é um híbrido social, parcialmente comunidade residencial, parcialmente organização formal; aí reside seu especial interesse sociológico. [...]. Em nossa sociedade, são as estufas para mudar pessoas; cada urna é um experimento natural sobre o que se pode fazer ao eu. (GOFFMAN, 1961, p. 22)

Ao chegar ao cárcere, os presos são submetidos às “cerimônias de boas-vindas” - ritos de passagem dos quais fazem parte “os processos de admissão e os testes de obediência”, numa espécie de iniciação ao novo mundo, funcionando, ao mesmo tempo, como “uma despedida e um começo”. Faz parte deste conjunto de ritos os presos terem seus pertences recolhidos, os cabelos raspados (no caso de homens) e as roupas do corpo substituídas por uniformes, além da realização do registro em fotografia, da coleta de digitais e dados sobre fenótipo (cor/raça, altura, peso, marcas, sinais, tatuagens, etc) e da inscrição em um número de cadastro geral de presos, que será utilizado para identificá-lo, em substituição ao nome. A esse respeito, assinala Goffman (1974, p. 27) que “a perda de nosso nome é uma grande mutilação do eu”. Esse é o primeiro efeito de despersonalização decorrente do ingresso na

prisão: a substituição do nome – intrinsicamente ligado à nossa identidade - por um número de registro. Segundo Goffman (1961, p. 28):

Ao ser admitido numa instituição total é muito provável que o indivíduo seja despido de sua aparência usual, bem como dos equipamentos e serviços com os quais a mantém, o que provoca desfiguração pessoal. Roupas, pentes, agulha e linha, cosméticos, toalhas, sabão, aparelho de barba, recursos de banho - tudo isso pode ser tirado dele ou a ele negado [...]

Ainda com relação aos rituais de ambientação à instituição prisional, o autor afirma que “os processos de admissão talvez pudessem ser denominados "arrumação" ou "programação", pois, ao ser "enquadrado", o novato admite ser conformado e codificado num objeto que pode ser colocado na máquina administrativa do estabelecimento, modelado suavemente pelas operações de rotina”(p. 27). Todo este processo de alienação é designado como “mutilação” ou “mortificação do eu” (GOFFMAN, 1974, p. 24). Nesse contexto, o sujeito precisa desenvolver estratégias de defesa para que consiga se adaptar ao mundo interno. Existem diferentes respostas adaptativas, sendo que a mesma pessoa pode se utilizar de mais de uma estratégia, como por exemplo a “tática de afastamento da situação”, que acontece quando a pessoa aparentemente deixa de dar atenção a tudo, “com a exceção dos acontecimentos que cercam o seu corpo” (p. 59).

Sob a custódia do Estado, as pessoas privadas de liberdade passam a ter o adormecer e o despertar, o labor, alimentação, higiene, lazer, sexualidade, etc, controlados pelo sistema, que determina ainda o horário do banho de sol, das refeições, do contato com familiares, da visita íntima, do estudo e do trabalho – quando há. Além disso, as relações no ambiente prisional são socialmente impostas: em celas superlotadas, não é possível escolher com quem se deseja dividir o espaço: a vida reservada torna-se impossível. Segundo Thompson (2002, p. 23),

[...] Acrescente-se, ainda, que a população penitenciária — presos, guardas, especialistas, terapeutas e membros da direção — fica comprimida numa área física angusta, as pessoas forçadas a viver numa intimidade estreita, onde a conduta de cada uma é objeto de constante escrutínio por parte das outras. Não é a solidão que perturba os indivíduos na comunidade carcerária mas, sim, a vida em massa.

No Rio de Janeiro, a inclusão de presos recém-chegados ao cárcere costuma obedecer à lógica de separação de indivíduos por facções criminosas a partir de referenciais geográficos, obrigando as pessoas a conviver em grupos com os quais não necessariamente

se sentem identificadas, e forçando o pertencimento a um coletivo. Segundo Farias, 2015, p. 83:

Na atualidade, as prisões brasileiras possibilitam um tipo de ambientação a uma modalidade específica de organização própria das ações das facções criminosas, com seus aparatos de funcionamento pautados em códigos específicos. Sendo assim, aquele que comete um crime terá de se transformar, em um primeiro momento, para adequar-se à instituição prisional e, em um segundo, dependendo da facção prevalente na unidade, adequar-se também, em uma espécie de pacto selado, às prerrogativas da facção. São duas transformações significativas que têm reflexos diretos no contexto da subjetividade.

O funcionamento da prisão como instituição total produz situações que afetam a vida e a subjetividade daqueles que nela convivem, sejam eles as pessoas encarceradas, os agentes de segurança, a equipe diretora ou a equipe técnica. Thompson afirma que (2002, p. 22):

A característica mais marcante da penitenciária, olhada como um sistema social, é que ela representa uma tentativa para a criação e manutenção de um grupamento humano submetido a um regime de controle total, ou quase total. As regulações minuciosas, estendendo-se a toda a área da vida individual, a vigilância constante, a concentração de poder nas mãos de uns poucos, o abismo entre os que mandam e os que obedecem, a impossibilidade de simbiose de posições entre os membros das duas classes - tudo concorre para identificar o sistema prisional como um regime totalitário.

Desde a admissão da pessoa presa no sistema prisional, iniciam-se os processos de mudança, que perduram durante o tempo de confinamento e se estendem após a concessão da liberdade. Toda esta vivência, que afeta as subjetividades dos sujeitos privados de liberdade, é descrita por Thompson pelo conceito de prisonização, termo cunhado por Donald Clemmer (1940) – e descrito como um processo de assimilação da cultura prisional:

Quando uma pessoa ou grupo de ingresso penetra e se funde com outro grupo, diz-se que ocorreu uma assimilação. O conceito tem mais adequação quanto a grupos de imigrantes e, talvez, não seja o melhor para designar o processo semelhante, que ocorre na prisão. De qualquer forma, devemos entender por assimilação o processo lento, gradual, mais ou menos inconsciente, pelo qual a pessoa adquire o bastante da cultura de uma unidade social, na qual foi colocado, a ponto de se tornar característico dela. [...] o termo prisonização indica a adoção, em maior ou menor grau, do modo de pensar, dos costumes, dos hábitos — da cultura geral da penitenciária. Prisonização é semelhante à assimilação, pois. Todo homem que é confinado ao cárcere sujeita-se à prisonização, em alguma extensão. (THOMPSON, 2002, p. 23)

No texto *Homens à Deriva: os egressos do sistema penitenciário*, Farias também discorre sobre este processo (2015, p. 85):

[...] Em terceiro lugar, a vivência subjetiva do condenado que cumpre pena, em uma instituição penal, passa por significativa transformação que tem repercussão em si mesmo e também na dinâmica da prisão, mas, sobretudo, na criação de mecanismos de sobrevivência que não estão prescritos na finalidade da prisão. As maneiras de adaptação ao novo espaço de socialização exigem recursos, como a criação de novos hábitos, a produção de mecanismos de enfrentamento do preso consigo mesmo, com os demais presos, com a equipe gestora que, no intuito de garantir a ordem, apresenta credenciais claras de castigo e de recompensa pautadas em uma meta: o processo de disciplinarização.

O preso, então, se engaja ao sistema social do cárcere, desde sua admissão:

Imaginemos um preso novo, inexperiente da prisão, ao nela adentrar. Traumatizado, deslocado, indefeso, transforma-se na vítima de todo mundo: os guardas mantêm-no sob asfixiante vigilância; os internos procuram explorá-lo, de variadas maneiras. O terror das penalidades empurra-o a respeitar as infundáveis normas regulamentares; o pavor das agressões leva-o a se submeter às ameaças, que repontam de todos os lados. Dentro de algum tempo, compreende que ou se adapta à sociedade na qual foi lançado, assumindo um dos papéis sociais disponíveis, ou sofrerá padecimentos insuportáveis. Prisonizar-se será, normalmente, a solução. Prisonização corresponde à assimilação dos padrões vigorantes na penitenciária, estabelecidos, precipuamente, pelos internos mais endurecidos, mais persistentes e menos propensos a melhoras. Adaptar-se à cadeia, destarte, significa, em regra, adquirir as qualificações e atitudes do criminoso habitual. (THOMPSON, 2002, p. 95)

Os sujeitos encarcerados assimilam os significantes prisionais como estratégia de adaptação ao ambiente. Segundo Thompson (2002, p. 24),

Todo homem que é confinado ao cárcere sujeita-se à prisonização em alguma extensão. O primeiro passo, e o mais obviamente integrativo, diz respeito a seu *status*: transforma-se, de um golpe, numa figura anônima de um grupo subordinado; traja as roupas dos membros deste grupo; é interrogado e admoestado; logo descobre que os custodiadores são todopoderosos; aprende as classes, os títulos e os graus de autoridade dos vários funcionários; e, usando ou não usando a gíria da cadeia, ele vem a conhecer seu significado; embora possa manter-se solitário, termina por referir-se, ao menos em pensamento, aos guardas como os samangos, aos médicos como receitador de roda de jipe (aspirina) e a usar os apelidos locais para designar os indivíduos; acostuma-se a comer apressadamente e a obter alimento através dos truques usados pelos que lhe estão próximos. De várias outras maneiras, o preso novo *desliza* para dentro dos padrões existentes; aprende a

jogar ou aprende novas maneiras de fazê-lo; adquire comportamento sexual anormal; desconfia de todos, olha com rancor os guardas e, até, os companheiros etc. Em suma: vem a aceitar os dogmas da comunidade. Nem todos os homens sujeitam-se a todas essas transformações. Entretanto, nenhum escapa a determinadas influências, que se poderiam chamar de fatores universais de prisionização, tais como:

- aceitação de um papel inferior;
- acumulação de fatos concernentes à organização da prisão;
- o desenvolvimento de novos hábitos, no comer, vestir, trabalhar, dormir;
- a adoção do linguajar local;
- o reconhecimento de que nada é devido ao meio ambiente, quanto à satisfação de necessidades;
- eventual desejo de arranjar uma “boa ocupação” (ou, no jargão prisional carioca, uma “faxina”).

Toda esta conformação por que passa o sujeito preso terá continuidade quando este tornar-se egresso, levando consigo as marcas do cárcere em sua subjetividade, seja na forma de memórias, sintomas, traumas, expressões verbais, corporais, etc. Tornar-se egresso é uma construção que ultrapassa a saída do sistema prisional.

No Dicionário Michaelis¹⁹, a palavra egresso é definida como um adjetivo: “que saiu, que se afastou; que não pertence mais a um grupo, a uma comunidade”; também como um substantivo masculino: “indivíduo que abandonou a vida religiosa” ou aquele que deixou estabelecimento penal e readquiriu a liberdade depois de ter cumprido pena”; ainda, significa a “ação ou efeito de sair; afastamento, retirada, saída”. Farias (2015) aponta para o fato de que o egresso do sistema penitenciário, contudo, não se trata de uma categoria social única, devido às diferentes trajetórias; entretanto, há que se reconhecer que “a condição de egresso revela as marcas de institucionalização ao ambiente prisional, por um processo de ambientação que pode ser duradouro e deixar marcas indelévels (p. 94)”. Nesse sentido, como se constitui a memória dos egressos do sistema prisional, e em que medida suas identidades estão ligadas a estas memórias? POLLAK, que estudou sobre a relação entre memória e identidade, afirma (1992, p. 204-205):

[...] O sentido da imagem de si, para si e para os outros. Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros. [...] Podemos, portanto, dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou

¹⁹ Dicionário Michaelis online. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/modernoportugues/busca/portugues-brasileiro/egresso/>. Acessado em 17 de fevereiro de 2020.

de um grupo em sua reconstrução de si.

O estigma de egresso, e o peso das memórias e marcas do cárcere – físicas e simbólicas -, podem dificultar o processo de retomada da vida em liberdade, afetando diretamente as percepções de sua identidade e impactando as (re) construções de seu “projeto” - conceito que pode ser entendido como uma conduta organizada para atingir finalidades específicas, surgidas a partir do “campo de possibilidades” do sujeito, que dá espaço para sua formação e implementação (VELHO, 1994). Segundo Farias (2015, p. 100),

[...] Sendo assim, é comum o egresso sentir-se desorientado com a sensação de desordem e desatino em relação aos projetos de vida em convívio social depois da prisão. Nesse sentido, a saída da prisão é um processo que tem uma fronteira muito tênue. Por um lado, tem o sentido do sonho físico de liberdade, rompendo com o caráter simbólico do aprisionamento e, por outro, instaura um estágio de vida que tem duas faces contraditórias: o egresso não está mais preso, contudo não é totalmente livre dessa condição, em função dos traços marcantes da prisão dos quais não consegue se desvencilhar. Dito em outras palavras: há um rompimento imediato com a prisão, mas não com as sequelas do processo de prisionização.

Velho situa as relações entre “memória” e “projeto” e sua importância na constituição das identidades. Ao se referir à formação da identidade, o autor define a memória como sendo a retrospectiva de uma trajetória e biografia, ligada ao passado, e o projeto, como antecipação do futuro dessas trajetórias e biografias, ou seja: uma ressignificação desse passado que produz as circunstâncias do presente, e para o futuro. A identidade se daria na interação entre o projeto do sujeito com a sociedade e com outros projetos, não sendo fixa, e ajudaria a ordenar e dar significado à vida e às ações do sujeito.

Como o projeto é algo dinâmico e pode ser constantemente reelaborado, reorganizando a memória do ator, e como as identidades não são fixas, é possível que, ao aumento do repertório do campo de possibilidades, as pessoas egressas do cárcere possam ter mais chances de reconstruir suas vidas. Feitas essas reflexões, alguns questionamentos se impõem: Quais são as subjetividades produzidas pela experiência do cárcere nas memórias dos egressos do sistema prisional? Quais seriam os “campos de possibilidades” para estas pessoas, diante dos estigmas enfrentados, tendo em vista que o cárcere reforça as vulnerabilidades sociais?

4 SAÍDAS POSSÍVEIS: A RESISTÊNCIA AO PODER

O modo como os indivíduos vivem sua subjetividade oscila entre a alienação e a opressão. Ou se submete ou estabelece uma relação de criação, que é o caminho para a singularização. (GUATTARI, 1996, p. 30-33).

O mundo prisional, no qual as relações de força e poder moldam os sujeitos privados de liberdade, produz processos de assujeitamento. O termo assujeitamento será aqui utilizado tomando como referência as reflexões de Butler (2017) em *A vida psíquica do poder: teorias da sujeição*, onde ele desenvolve, a partir das teorias de Foucault, Althusser, Freud, Lacan, Nietzsche, Hegel e outros, o conceito de *assujettissement* em duas dimensões, a saber: como sujeição ao poder e também como forma de devir sujeito: “Sujeição significa tanto o processo de se tornar subordinado pelo poder quanto o processo de se tornar um sujeito. Seja pela interpelação, no sentido de Althusser, seja pela produtividade discursiva, no sentido de Foucault, o sujeito é iniciado através de uma submissão primária ao poder” (p. 10). Dito em outras palavras, o poder que age sobre o sujeito também lhe confere existência. Ainda de acordo com a autora (p. 23),

A noção de poder presente na sujeição, portanto, afigura-se em suas modalidades temporais incomensuráveis: primeiro, como algo que é sempre anterior ao sujeito, fora dele mesmo e operante desde o início; segundo, como efeito desejado do sujeito. Essa segunda modalidade contém pelo menos dois conjuntos de significados: como efeito desejado do sujeito, a sujeição é uma subordinação que o sujeito provoca sobre si mesmo; no entanto, se a submissão produz o sujeito e o sujeito é a condição da ação, então a sujeição é o motivo de o sujeito se tornar garantidor de sua própria resistência e oposição. Quer o poder seja concebido como anterior ao sujeito ou como seu efeito instrumental, a vacilação entre as duas modalidades temporais do poder (“anterior” e “posterior” ao sujeito) tem marcado a maioria dos debates sobre o sujeito e o problema da ação. [...] Parte dessa dificuldade, acredito, é o sujeito em si o lugar dessa ambivalência, o lugar em que ele surge tanto como efeito de um poder anterior quanto como condição de possibilidade de uma forma de ação radicalmente condicionada. Uma teoria do sujeito deve levar em conta a total ambivalência das condições de sua operação.

O poder precede o sujeito ou é seu efeito? Butler desenvolve a reflexão sobre esta questão, afirmando que: “é o sujeito em si o lugar dessa ambivalência, o lugar em que ele surge tanto como efeito de um poder anterior quanto como condição de possibilidade de uma forma de ação radicalmente condicionada” (p. 23). Nesse sentido, ao pensar o sujeito preso, o sujeito egresso, devemos considerar que a condição de assujeitamento não o coloca em

posição unívoca de subordinação; a sujeição, nestas situações de vulnerabilidade, também pode conferir lugar a estes sujeitos, que se formam nestas condições, ao mesmo tempo que resistem a elas. As categorias preso e egresso representariam, assim, um lugar, ao contrário de um não lugar, e a sujeição, nesse sentido, garantiria algum tipo de existência. As categorias “preso” ou “egresso” estão carregadas de diversos significados, ainda que repletos de estigmas. O caminho percorrido nesta breve reflexão sobre o assujeitamento nos serve para sublinhar a condição de complexidade que permeia os caminhos dialéticos percorridos pelos sujeitos presos – e egressos – no ambiente da cultura prisional, cuja direção na perspectiva da subordinação também se configura como um processo de tornar-se, ali, um sujeito. Butler (2017, p. 29-30) também afirma que as categorias sociais garantem uma “existência social reconhecível e duradoura” que o sujeito, para existir socialmente, prefere aceitar : “As categorias sociais significam, ao mesmo tempo, subordinação e existência. Em outras palavras, o preço de existir dentro da sujeição é a subordinação. Precisamente no momento em que a escolha é impossível, o sujeito busca a subordinação como a promessa da existência. Segundo Farias, (2015, p. 81),

Os prisioneiros, devido à sua condição de nomadismo nas instituições prisionais, expressam formas de resistência passiva, ativa, pela submissão e, em muitos casos, acabam integrando-se à prisão, absorvendo completamente o cotidiano prisional. Todavia, a vida real desse grupo segregado do convívio social, pela perda de liberdade, apresenta peculiaridades, visto que algo se constrói em um nível oculto que transcende à “serenidade e às convenções do discurso penitenciário” (PERROT, 2010, p. 24). Essas ideias são reportadas para entender o cenário das prisões, onde os dominados, no caso os presos, no exercício do poder fazem produzir e incentivar a manutenção das autoridades legais. Dito em outras palavras: os presos submetem-se ao poder, mas também reagem a essa submissão, dando condições a que as autoridades se instituem em ações com novas modalidades de poder.

Segundo Guattari (1996), subjetividade é produção. E na produção capitalística há bloqueio das singularidades, instaurando processos de individualização. Os homens são reduzidos a suporte de valor e passam a se organizar segundo padrões universais, que os serializam e individualizam, esvaziando-se o caráter processual e vital de suas existências (p. 38). De acordo com o autor, a ordem capitalística é projetada na realidade do mundo e na realidade psíquica. “Ela incide nos esquemas de conduta, de ação, de gestos, de pensamento, de sentido, de sentimento, de afeto, etc. [...] nas montagens da percepção, da memorização, (...) na modelização das instâncias intrassubjetivas”. A força da subjetividade capitalística se

produz tanto no nível dos opressores quanto dos oprimidos. Atinge o plano da economia política e subjetiva e altera a forma de relação entre os indivíduos e o modo como eles vivem a sua existência. Foucault (1988), em “A história da sexualidade”, aborda o caráter relacional das relações de poder, esclarecendo que onde há poder há resistências pulverizadas, presentes em todo seu tecido (1995, p. 239):

Talvez o objetivo hoje em dia não seja descobrir o que somos, mas recusar o que somos. Temos que imaginar e construir o que poderíamos ser para nos livrarmos deste "duplo constrangimento" político que é a simultânea individualização e totalização própria às estruturas do poder moderno. A conclusão seria que o problema político, ético, social e filosófico de nossos dias não consiste em tentar liberar o indivíduo do Estado nem das instituições do Estado, porém nos liberarmos tanto do Estado quanto do tipo de individualização que a ele se liga. Temos que promover novas formas de subjetividade através da recusa deste tipo de individualidade que nos foi imposto há vários séculos.

Se o poder produz sujeitos, como poderiam ser construídas, por eles, novas subjetividades? Foucault nos dá uma pista quando fala sobre as “contramemórias”, formas de resistência ao assujeitamento. Segundo Gondar (2003, p. 33-34),

A contramemória trabalha no sentido de recuperar, resgatar, lembrar a violência de uma escolha imposta como “neutra”, denunciando as relações de dominação e submissão que, de outro modo, ficariam escamoteadas. A luta de Foucault é contra os atributos essencialistas e naturalizados pelo modelo metafísico da memória: a crença numa origem pura, numa autenticidade, numa verdade essencial, numa identidade. A contramemória, ao invés de buscar reencontrar as raízes de nossa identidade, procuraria fazer aparecer as discontinuidades que nos atravessam. (...) o que não há é qualquer proposta de criação. A memória sempre estaria sujeitada ao poder, e nosso ímpeto de resistir ficaria reduzido à denúncia das sujeições efetuadas.

Desta maneira, longe de desconsiderar o poder, é possível se valer dele para impulsionar uma contraforça, numa “ética de vida como resistência ao poder” (GONDAR, 2003, p. 41). “Em outros termos: ao invés de se enfrentar o inimigo opondo-se uma força à dele, se dobra a própria força que assujeita para construir uma resistência, criando algo novo, para além de qualquer assujeitamento” (p. 40).

É nesse momento da obra foucaultiana que a memória, até então assujeitada ao poder, ou no máximo emergindo como instrumento de denúncia, passa a ser vista como uma estratégia autônoma de resistência: ela é capaz de fazer uma deriva no saber e no poder instaurando uma independência em relação a eles. (...) De fato, a cada vez que se faz a força dobrar-se sobre si mesma

constitui-se uma memória - uma memória que nós gestamos, para além daquela que é gestada em nós. Aqui não se trata de uma memória institucionalizada - aquela dos saberes estratificados; e tampouco de uma contramemória como tentativa de desconstrução de um passado imposto, mas de uma memória para o futuro, na medida em que comporta uma possibilidade de criação. Deste modo, ela se torna uma resistência criadora de práticas e de outros modos de existência. (GONDAR, 2003, p. 35)

Isto nos dá uma pista sobre a ética do trabalho memorial desenvolvido com pessoas egressas do sistema prisional, que não deve se colocar a serviço da manutenção do assujeitamento, mas da abertura para a produção da criação de contra-memórias que, ao contrário de propor o apagamento das experiências vividas no cárcere, retoma-as no sentido de (re) criar outras tantas memórias e identidades, iluminando os caminhos do futuro e contribuindo para novos projetos de vida. Propor estratégias para ampliação das memórias de egressos do sistema prisional é apostar na possibilidade de (re) invenção e (re) criação de si e na ampliação das escolhas de vida, deslocando e reenquadrando a moldura do retrato do “bandido” - tirado em sua entrada no sistema prisional - para outras molduras possíveis, que podem se traduzir em novas gestalts na reconstrução de outros paradigmas, escolhas e direcionamentos de suas vidas presentes e futuras.

Estas reflexões nos levam ao desenvolvimento da subseção que se segue, donde o estigma aparece como força de estagnação ou impulso.

4.1 O estigma como ponto de inflexão

O conceito de *estigma* é trabalhado por GOFFMAN (1975), que busca na sociedade grega a origem do termo, referindo-se a ele como “sinais corporais com os quais se procurava o status moral de quem os apresentava”. Estes sinais eram “feitos com cortes ou fogo no corpo e avisavam que o portador era um escravo, um criminoso ou um traidor – uma pessoa marcada, ritualmente poluída, que devia ser evitada, especialmente em lugares públicos” (p. 11). Ao longo dos tempos, outras camadas de significados foram sendo acrescentadas ao significante estigma, sendo que na atualidade o termo seria “mais aplicado à própria desgraça do que à sua evidência corporal” (p. 11). A atribuição de tais “desgraças” se alteraria de acordo com a cultura e o decorrer do tempo, criando as classificações a partir de atributos “naturais” ou “estranhos” e criando, assim, as categorias de “norma” e de “desvio”, impondo expectativas normativas. Ainda, segundo o autor (1975, orelha do livro):

ESTIGMA, marca ou impressão, desde os gregos emprega-se como

indicativo de uma degenerescência: os estigmas do mal, da loucura, da doença. Na Antiguidade Clássica, através do estigma, procurava-se tornar visível qualquer coisa de extraordinário, mau, sobre o *status* de quem o apresentasse. O estigma “avisava” a existência de um escravo, de um criminoso, de uma pessoa cujo contato deveria ser evitado. Na Era Cristã, dois níveis foram acrescentados à metáfora do estigma: um de natureza sagrada, o estigma era sinal corporal de graça divina; o outro era uma alusão médica de distúrbio físico. Com o desenvolvimento dos estudos de Patologia Social, a palavra (estigma) voltou a ser conotada à degradação. Fez-se este retorno ao sentido originário do termo condenatório, mas não se procedeu ao estudo ou mesmo à simples descrição das pré-condições estruturais do estigma. Nem se cuidou de precisar o conceito. Tomou-se o estigmatizado como protótipo do banido social, banido por exclusiva culpa sua. Ao defini-lo, penalizaram-no, colocando-o à margem da sociedade. Nesse incessante forjar de proscritos, não se cuidou sequer de perguntar, por exemplo, quem verdadeiramente é o marginal: o estigmatizado que a sociedade marginaliza ou a própria sociedade.

Quando duas pessoas estranhas encontram uma à outra, acontece, nessa interação, uma tentativa de classificação e valoração de ambas as partes, e uma conseqüente busca da previsão de sua *identidade social*. Neste esforço de categorização, tudo aquilo que desvia das convenções normativas passa a ser percebido como estranho. Essas características consideradas não normais são chamadas de estigmas, e podem se referir ao corpo físico (deformidades, feiúra), às culpas de caráter individual (desonestidade, fraqueza, tirania, radicalidade, distúrbios mentais, desemprego, prisão, vício) e também estar relacionadas à raça/etnia, nação e religião (p. 14). Seja de que ordem for, o estigma é criado a partir de um eixo normatizante, discriminador e moralizante, que classifica os indivíduos, como um “traço que possa se impor à atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus”(p. 14), como se o estigmatizado não fosse completamente humano (p. 15). De acordo com Goffman (1975, p. 139),

Por exemplo, num sentido importante há só um tipo de homem que não tem nada do que se envergonhar: um homem jovem, casado, pai de família, branco, urbano, do Norte, heterossexual, protestante, de educação universitária, bem empregado, de bom aspecto, bom peso, boa altura e com um sucesso recente nos esportes. (...) Qualquer homem que não consegue preencher um desses requisitos ver-se-á, provavelmente - pelo menos em alguns momentos - como indigno, incompleto e inferior; em alguns momentos, provavelmente, ele se encobrirá e em outros é possível que perceba que está sendo apologético e agressivo quanto a aspectos conhecidos de si próprio que sabe serem, provavelmente, considerados indesejáveis. Os valores de identidade gerais de uma sociedade podem não estar firmemente estabelecidos em lugar algum, e ainda assim podem projetar algo sobre os encontros que se produzem em todo lugar na vida quotidiana.

Esse padrão produz sofrimento, pois cria expectativas irreais e causa frustração e segregação. Freud (1996), em *O Mal-Estar da Civilização*, se refere ao encontro com o outro, no âmbito social, como uma das fontes de mal-estar (p. 50):

O sofrimento nos ameaça a partir de três direções: de nosso próprio corpo, condenado à decadência e à dissolução, e que nem mesmo pode dispensar o sofrimento e a ansiedade como sinais de advertência; do mundo externo, que pode voltar-se contra nós com forças de destruição esmagadoras e impiedosas; e, finalmente, de nossos relacionamentos com os outros homens. O sofrimento que provém dessa última fonte talvez nos seja mais penoso do que qualquer outro.

Freud (1969) desenvolve o tema do *estranho* como aquilo que é assustador e que apenas parece ser de natureza desconhecida: ao contrário, o *estranho* remete justamente àquilo que é conhecido, familiar: “uma experiência estranha ocorre quando os complexos infantis que haviam sido reprimidos revivem uma vez mais por meio de alguma impressão, ou quando as crenças primitivas que foram superadas parecem outra vez confirmar-se” (FREUD, 1969, p. 310).

Podemos aproximar os dois autores, Goffman e Freud, pela analogia entre o *estigma* e o *estranho*, a saber: por um mecanismo de defesa, o que é estranho para o próprio sujeito é projetado no outro, que passa a ser estigmatizado – o que traz alívio de uma carga emocional, pois, quando se transfere o horrível em si para o outro, o sujeito evita se confrontar com aquilo que teme, e que é, no fundo, ele mesmo: as suas estranhezas, sua agressividade, suas pulsões não domesticadas. O estigmatizado “salva”, por assim dizer, o dito “normal” do enfrentamento consigo mesmo. Segundo Goffman (1975, p. 138):

É provável que o mais afortunado dos normais tenha o seu defeito semi-escondido, e para cada pequeno defeito há sempre uma ocasião social em que ele aparecerá com toda a força, criando uma brecha vergonhosa entre a identidade social virtual e a identidade social real.

Todos, portanto, carregam seus fantasmas. Os ditos “normais” escondem os seus atributos negativos e vêem no outro a possibilidade de imputar-lhe as feiúras, os desvios, as violências, o “mal”.

Segundo Goffman, frente ao estigma e ao tratamento a ele dispensado pelas pessoas “normais”, o estigmatizado pode responder de diversas maneiras: buscar corrigir o seu “defeito”, cair na vitimização e, ainda, obter ganhos secundários, se auto-isolar, manipular

informações sobre seus “defeitos” (p. 51), se tornar desconfiado, deprimido, hostil, ansioso e confuso devido à falta de um *feedback* saudável no intercâmbio social (p. 22). A pessoa estigmatizada também pode, por meio de uma “capa defensiva” (p. 26), se retrair ou agir com agressividade, ou oscilar entre estes dois comportamentos (p. 27). Pode, inclusive, tentar a via da “normificação”, que é um esforço para se apresentar como uma pessoa “comum” (p. 40). Através das técnicas adaptativas de *controle de informação e identidade pessoal* (p. 51), como por exemplo o *encobrimento* e o *acobertamento*, o estigmatizado modula o comportamento frente ao outro, na tentativa de lidar com o estigma e existir socialmente, num “bom ajustamento”. As reações perante o estigmatizado podem ser de desprezo, vitimização, agressividade, heteroisolamento, negação, superlativização ou relativização do estigma – o que frequentemente traz desconfortos para o estigmatizado. Seja como for, o autor vai dizer que as interações sociais “*mistas*”, isto é, entre pessoas ditas “normais” e estigmatizadas, não acontecem sem um nível de angústia e inquietação de ambas as partes, pois há sempre análises e suposições feitas de cada lado, interferindo no campo das identidades. Ainda segundo o autor (1975, p. 133),

A fórmula geral é evidente. Exige-se do indivíduo estigmatizado que ele se comporte de maneira tal que não signifique nem que sua carga é pesada e nem que carregá-la o tornou diferente de nós; ao mesmo tempo, ele deve se manter a uma distância tal que nos assegure que podemos confirmar, de forma indolor, essa crença sobre ele. Em outras palavras, ele é aconselhado a corresponder naturalmente, aceitando com naturalidade a si mesmo e aos outros, uma aceitação de si mesmo que nós não fomos os primeiros a lhe dar. Assim, permite-se que uma aceitação-fantasma forneça a base para uma normalidade-fantasma.

Sendo a população carcerária brasileira majoritariamente jovem, negra, periférica e de baixa renda e escolaridade, podemos inferir que o sujeito egresso do sistema prisional carrega, antes da prisão, outros estigmas ligados à sua condição social, à raça, à classe. Ainda que as experiências de alienação do eu e de estigmatização possam afetar a percepção de si mesmo²⁰, este processo não é irreversível. Apesar de a identidade dos indivíduos ser moldada pelo outro e pelo meio social, há algo do sujeito que resiste: o sentimento de *identidade pessoal* é capaz de surgir, no cerne da *identidade social*, a partir de suas fissuras. Goffman sinaliza que o *eu* é capaz de se refazer (1975, p. 117):

²⁰ “O indivíduo estigmatizado, assim, se vê numa arena de argumentos e discussões detalhados referentes ao que ele deveria pensar de si mesmo ou seja, a identidade de seu eu”. (GOFFMAN, 1975, p. 135-136)

É claro que o indivíduo constrói a imagem que tem de si próprio a partir do mesmo material com o qual as outras pessoas já construíram a sua identificação pessoal e social, mas ele tem uma considerável liberdade em relação àquilo que elabora.

Mais adiante, o autor reforça este pensamento (1975, p. 258):

A interpretação sociológica mais simples do indivíduo e do seu eu é que ele é, para si mesmo, aquilo que seu lugar numa organização define que seja. (...) o indivíduo, para os objetivos sociológicos, como uma entidade capaz de assumir posições, como algo que se coloca entre a identificação com uma organização e a oposição a ela, e que, diante da menor pressão, está pronto a reconquistar seu equilíbrio ao desviar sua participação para qualquer um dos lados. Portanto, o eu pode surgir contra alguma coisa.

Assim, vimos que o cárcere produz subjetividades e molda identidades em pessoas privadas de liberdade. Todavia, esse processo é reversível. No encontro com a liberdade o sujeito egresso, estando em um novo contexto, poderá retomar seu “ponto de equilíbrio” experimentando novas sensações e conexões, no (re)encontro de si mesmo. Mas, para isso, terá que lidar com a pressão do estigma e, muitas vezes, com as poucas ofertas de oportunidade (real e simbólica) de se reinserir no cotidiano social.

5 INCURSÃO EM SITUAÇÃO DE CAMPO

Esta seção revela a prática do trabalho de pesquisa, pela apresentação do relato de uma pessoa egressa do sistema prisional do Rio de Janeiro, tendo como base a literatura do testemunho, trazendo a importância do endereçamento e do compartilhamento de memórias, de um lado e, de outro, o lugar indispensável da escuta – de si para si, e do outro, pelo outro. Traz, ainda, a perspectiva do olhar para o egresso como sobrevivente do cárcere, que denota uma postura ativa frente ao sistema que um dia o subjugou. Divido a autoria desta seção com Cristiano Silva, cujas memórias poderão ser lidas nas próximas páginas.

5.1 O relato do sujeito egresso do sistema prisional: testemunho e sobrevivência

“Há testemunhas que jamais encontram a audiência capaz de escutá-las e entendê-las”.

Ricoeur (2007, p. 175)

A literatura sobre o *testemunho* é vasta, perpassando vários campos do saber, dentre eles a Psicanálise, a Sociologia, a Memória Social, o Direito, a História. Não pretendemos, no presente texto, esgotar os estudos sobre o tema, tampouco centrar o trabalho em torno deste conceito, mas dele nos valer para auxiliar a leitura e compreensão do relato de Cristiano - aqui reproduzido na íntegra –, inscrevendo-o no campo do testemunho. Segundo GONDAR & ANTONELLO (2016, p. 18),

A palavra “testemunha”, em português, condensa dois significados que aparecem separados no latim. Benveniste (1995) nos explica que o primeiro, *testis*, significa etimologicamente aquele que assiste como um terceiro (*terstis*) a um caso em que dois personagens estão envolvidos; o segundo, *superstes*, indica aquele que é testemunha e, ao mesmo tempo, sobrevivente de uma situação, “aquele que se mantém no fato e que se mantém presente” (Benveniste, 1995, p. 278). A literatura de testemunho valoriza principalmente o segundo sentido [...].

O testemunho como atualização e extensão da memória aparece em Ricoeur (2003), que trata do caráter da verdade e da prova documental em seu cerne, estabelecendo os limites de confiabilidade no relato testemunhal (p. 03):

O testemunho é reforçado pela promessa de testemunhar de novo, se necessário; o que implica a fiabilidade da testemunha e dá ao testemunho a gravidade de um sermão. A dimensão fiduciária de todos os tipos de relações humanas é assim trazida à luz: tratados, pactos, contratos e outras interações

que repousam na nossa confiança na palavra do outro. Mas o testemunho é, ao mesmo tempo, o ponto fraco do estabelecer da prova documental. É sempre possível opor os testemunhos uns aos outros, quer no que diz respeito aos factos relatados, quer no que respeita à fiabilidade das testemunhas. Uma parte importante da batalha dos historiadores para o estabelecimento da verdade nasce da confrontação dos testemunhos, principalmente dos testemunhos escritos. [...] Essa situação de conflito não pode limitar-se ao campo da história como ciência; reaparece ao nível dos nossos conflitos entre contemporâneos, ao nível das questões fortes, às vezes formuladas coletivamente, em prol de uma tradição memorial contra outras memórias tradicionais.

A abordagem utilizada no presente estudo não se prende à leitura de testemunho como prova documental historiográfica, afirmando como estatuto de verdade o relato do sujeito egresso. Na clínica psicanalítica, a verdade do sujeito é considerada como material na análise. É o que Lacan (1992) afirma em seu Seminário, Livro 17, sobre o valor de verdade conferido ao analisando: "Se a palavra é tão livremente dada ao psicanalisante – é justamente assim que recebe essa liberdade –, é porque se reconhece que ele pode falar como um mestre, isto é, como um estouvado [...]" (LACAN, 1992, p. 35). Assim, o relato de Cristiano é investido de seu carácter de verdade por ser este o sujeito que relata as experiências vividas, à sua maneira - pois cada sujeito vivencia as experiências de seu modo particular, ainda que outros tenham participado com ele das mesmas cenas. Segundo Perrone & Moraes (2014, p. 40),

Alinhar as ideias teóricas desenvolvidas por Pierron (2010) com o que oferecemos, como psicanalistas, ao emprestar a escuta como um espaço de potencialidade criativa, é facilitar o testemunho como “o novo sentido conferido ao existir” (p. 13). Assim, o encontro entre a palavra e a escuta retira do testemunho sua dimensão de suspeita, à medida que o sujeito passa a ser o testemunho de si mesmo, na direção de uma reconstrução psíquica que lhe proporcione outra versão ao experienciado. Significa, na afirmação de Pierron (2006), que o “testemunho é heterogêneo à linguagem da prova. O testemunho, portanto, é da ordem da irrupção, do acontecimento” (p. 14). O sujeito, ao recompor-se em sua palavra, reivindica ser sua própria expressão, devolvendo, assim, aos protagonistas da crueldade, da violência e da barbárie a autoria inquestionável de seus atos. Ao singularizar-se em seu testemunho o sujeito rompe com o “silêncio do traumatizado” ou com a “impossibilidade do dizer”, para alinhar a memória, o afeto e a representação em configurações atuais autorizadas nos atos de pensar-se, recompor-se, e recriar-se.

Contudo, ainda que a verdade do sujeito seja considerada em seu testemunho, a verdade real da cena vivida jamais poderá ser novamente repetida, pela impossibilidade de dizer o indizível e pelo carácter volátil dos acontecimentos que, mal existindo, se tornam

inapreensíveis. Assim, os relatos de Cristiano representam não o passado, mas seus vestígios, rastros que jamais poderão ser vivenciados por quem o escuta ou o lê.

Após sua libertação do campo de concentração em 1945, no retorno a Paris, Jorge Semprún e um grupo de libertos discutem sobre o possível repatriamento e como irão contar algo da experiência daquilo que viveram. Contar as coisas como são? Contar a verdade? Como contar algo inimaginável? Quem vai querer escutar? É conhecida a preocupação entre os sobreviventes, tanto do genocídio ocorrido na Segunda Guerra como em outras experiências de horror, de que não haverá quem queira escutá-los, ou pior, quem acreditará no que contarão. Para Semprún, haverá uma quantidade enorme de testemunhos, das mais variadas formas e , provavelmente, existirão documentos e outros tipos de materiais que servirão para análises de historiadores e outros especialistas. Tudo poderá ter algum *status* de verdade, diz ele; muita coisa poderá ser transmitida, mas não o essencial da experiência. (BARBARÁ, 2014)

Há, portanto, no testemunho, algo impossível de ser transmitido, que jamais corresponderá ao real dos fatos vividos. Assim, nos diz Semprún (1995, p. 126):

Onde tudo estará dito, anotado... Onde tudo será verdade... salvo que faltará a verdade essencial, a qual nenhuma reconstrução histórica jamais poderá alcançar, por mais perfeita e onicompreensiva que seja... [...] O outro tipo de compreensão, a verdade essencial da experiência, não é transmissível... Ou melhor, só o é pela escrita literária... (SEMPRUN, 1995, p. 126).

Apesar da impossibilidade de transmissão da verdade, o relato dos fatos traumáticos a um ouvinte, seja pela fala, pela escrita, ou ambos, pode contribuir para o processo de elaboração da(s) violência(s) sofrida(s). Diante de um relato de testemunho, o escutador tem a possibilidade de exercer o reconhecimento da dor daquele que fala. Sobre a importância do testemunho, seja da parte de quem relata, seja da de quem escuta, destacamos no texto “*Oito pontos para devir testemunha*”, de Losicer, dois desses pontos (2014, p.186-187):

1° Ter consciência da importância de dar testemunho pela verdade histórica ajuda a arrancar do passado lembranças que pareciam puramente individuais. O testemunho permite a saída da lembrança individual e solitária. [...]

3° Lembrar que para cada testemunha há milhares de escutas, presentes ou não, interessadas pela primeira vez em ouvir e em respeitar e consentir qualquer emoção que possa surgir no ato de testemunhar. Quem escuta uma testemunha, se transforma em testemunha.

O trabalho da escuta do testemunho não produz o apagamento das experiências: ao contrário, levanta o tapete das mazelas históricas. Aquele que dá o seu testemunho é

reconhecido pelo outro que o escuta, e recupera o protagonismo “perdido” nos momentos de sujeição às situações violentas, tendo a chance de reconstruir a sua história. Para que haja testemunho, entretanto, é necessário haver escuta, e uma escuta qualificada. O Projeto Clínicas do Testemunho, implementado pelo Ministério da Justiça em 2012, se fundamenta na atenção psíquica às vítimas de violência de Estado no período do regime ditatorial militar, e reconhece que “as vítimas de graves violações de direitos humanos estão sujeitas a sequelas que demandam atendimento médico e psicossocial contínuo.” (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2016²¹).

O ato de compartilhamento, com o outro, das experiências traumáticas deve ser tomado pelo seu caráter de necessidade, uma “necessidade elementar” do testemunho, como nos fala Primo Levi logo no Prefácio de seu Livro *É isto um homem* (1988, p. 7-8): “A necessidade de contar 'aos outros', de tornar 'os outros' participantes, alcançou entre nós, antes e depois da libertação, caráter de impulso imediato e violento, até o ponto de competir com outras necessidades elementares”. Todorov (2002, p. 151) nos fala que, quando a testemunha convoca suas lembranças, constrói, dando forma e sentido à vida e sua identidade, pelo exercício da elaboração. Segundo Farias; Pinto (2016, p. 194),

Assim, compreende-se que uma experiência traumática tanto pode imobilizar o sujeito, silenciando-o para sempre, como também pode se transformar em elaborações, mínimas que sejam, em termos criativos de construção de uma memória. Eis o encaminhamento que seguimos nesta reflexão: considerar a experiência traumática em seus efeitos negativos e positivos, e a construção de representações como soluções mínimas que possibilitam, ao sujeito, afastar-se do terror causado pelo choque decorrente do trauma. (FARIAS,; PINTO, 2016, p. 194)

O endereçamento a um outro pode ser restaurador, “uma necessidade visceral de tudo falar, para que o vivido, por mais insensato que seja, não fique relegado a um delírio privado, cuja desrealização acomete o sujeito em sua própria certeza de existência.” (INDURSKY,; SZUCHMAN, 2014, p. 52). Segundo Perrone & Moraes (2014, p. 42),

Assim, o espaço de escuta à singularidade do testemunho não é para apagar as inscrições, efeito de intensidades vividas, mas, na cartografia da análise, oferecer ao sujeito um território possível para se independizar daquelas marcas silenciadas, as quais insistem tanto nas manifestações de dor sobre partes mutiladas do corpo como nas rasuras psíquicas que impedem de pensar. O espaço de escuta é terapêutico porque é ético, é ético porque a palavra do sujeito é única e intransferível. O sujeito, ao “recuperar” a

²¹ Fonte: <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/anistia/clinicas-do-testemunho-1>. Acessado em: 13 de março de 2020.

palavra, sem restrições e sem censura, experimenta testemunhar-se, ouvir-se e elaborar-se através de um discurso próprio que recompõe os contornos de ter “ação” intransferível sobre si mesmo.

O testemunho carrega um comprometimento ético em relação aos fatos históricos e individuais, fazendo emergir, por meio da memória individual, a memória coletiva. Assim, um outro aspecto do testemunho é que quem o promove é um sobrevivente, que tem a oportunidade de contar não somente a sua história, mas a de outros que estiveram com ele; estando vivo, fala por si e, de alguma maneira, pelos demais, reinscrevendo a sua existência e dando novo contorno aos excessos consequentes do trauma.

Em face da experiência indizível do horror concentracionário, a ética do testemunho se apoiará doravante em um dever de memória radical: sobreviver para fazer falar aqueles que, ao fitarem o “rosto da Gorgona”, “tocaram o fundo” do campo e nunca mais retornaram. (INDURSKY.; SZUCHMAN, 2014, p. 54)

Na literatura sobre o sobrevivente, Canetti (1995) introduz o pensamento sobre a sobrevivência, desde o momento da concepção, quando um espermatozoide é capaz de vencer os outros tantos milhões, na massa de esperma, para fecundar o óvulo. Nesse sentido, a fecundação representaria a primeira vitória de um sobre outros, ou a sobrevivência de uma célula sobre as outras. O autor cita também outros episódios, durante a vida, em que a sobrevivência se evidencia: quando se sai ileso de uma catástrofe, quando se mata o outro e assim sobrevive, e outras situações de seleção natural, onde regra geral os humanos mais novos sobrevivem mais tempo aos mais velhos, etc. Em seguida, o autor desenvolve considerações sobre o *sobrevivente*, que é definido em sua dimensão contraditória, reunindo em si sentimentos de ambiguidade diante da satisfação e da dor de estar vivo. Satisfação por sobreviver e dor porque, para ter sobrevivido, precisou testemunhar a morte de outros e/ou sobreviveu no lugar de outros – o que traz, adjacentes, a culpa e o sentimento de solidão.

O momento do sobreviver é o momento do poder. O horror ante a visão da morte desfaz-se em satisfação de não ser o morto. Este jaz, ao passo que o sobrevivente permanece de pé. É, pois, como se anteriormente tivesse havido uma luta e o próprio sobrevivente tivesse abatido o morto. Em se tratando de sobreviver, todos são inimigos de todos; comparado a esse triunfo elementar, toda dor é pequena. Importante, contudo, que o sobrevivente se defronte sozinho com o morto ou os mortos. Ele se vê sozinho, sente-se sozinho e, no que diz respeito ao poder que esse momento lhe confere, não é lícito esquecer jamais que tal poder deriva dessa sua *unicidade*, e somente dela. (CANETTI, 1995, p. 227)

Numa analogia ao “campo de batalha”, muitos dos mortos não são inimigos daquele que sobreviveu, mas seus pares; assim, o sentimento de vitória pela vida traz consigo o ônus de carregar o “peso” da morte dos aliados. Para Canetti (1995, p. 228), o sobrevivente tem para si que “*vitória e sobrevivência* são uma só coisa. Contudo, também os vitoriosos têm seu preço a pagar. Em meio aos mortos, jazem muitos dos seus. O campo de batalha compõe-se de uma mescla de amigos e inimigos; o amontoado dos mortos é um só”. Só se pode testemunhar um fato se e somente se há alguém que retorna para contá-lo; alguém com vida. Há aí, implícita, a dor por ter saído de uma situação enquanto outros companheiros não conseguiram; há o fantasma das lembranças difíceis e há, ao mesmo tempo, o regozijo e o alívio de ter escapado daquela situação, um sentimento de ter triunfado ali onde outros tantos pereceram; um sentimento de força e de heroísmo.

A utilização do conceito de testemunho apresentada pretende chamar a atenção para o fato de que o relato produzido por uma pessoa egressa, neste estudo, ultrapassou o projeto inicial de uma entrevista, tornando-se o próprio testemunho das experiências como preso e como egresso. A literatura que embasou as reflexões sobre o *testemunho* e o *sobrevivente* estão apoiadas nos relatos dos traumas de guerra, do holocausto e dos regimes ditatoriais. No presente estudo, sem o peso da comparação entre os fatos históricos, fazemos a adaptação destes conceitos – de testemunho e sobrevivente - para o contexto do sistema de justiça criminal e sistema prisional como programa necropolítico do Estado, também produtor de sofrimento, torturas e mortes. O egresso que sobrevive ao sistema prisional e sai de cabeça erguida exerce um ato político quando contraria as estatísticas da morte, da reincidência e da sobrevida.

5.2 Foto-Grafias e memórias

Esta subseção é composta da descrição e análise do Trabalho de Campo da Pesquisa, por sua vez composto por conversas presenciais, telefônicas e entrevista presencial. Este processo se caracterizou por encontros não somente entre uma pesquisadora e um entrevistado, mas entre dois sujeitos humanos, dispostos a interagir, dialogar e interrogar sobre os temas da prisão e da liberdade, no exercício comprometido da fala e da boa escuta sobre as memórias e sentimentos adjacentes e subjacentes impregnados nos discursos. Estes diálogos produziram transformações em ambos: expansão das ideias, pensamentos e ampliação do conhecimento sobre o outro e sobre si mesmo. O desenvolvimento da metodologia do trabalho de campo será detalhado a seguir.

Como critério para a seleção do participante, ficou estabelecido que deveria ser egresso prisional, tendo sido condenado e privado de liberdade por pelo menos 6 meses. Outras variáveis como idade, gênero, raça, escolaridade, etc, serão consideradas na fase de análise do material, não tendo se configurado como requisitos prévios. Para o acesso ao sujeito egresso, realizei, primeiramente, um diálogo prévio com Cristiano: um dos fundadores de um Coletivo de Egressos do Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro, com o qual já havia tido contato em trabalhos anteriores no âmbito da sociedade civil – momento em que fiz uma apresentação informal do Projeto de Pesquisa e seus objetivos. Após este momento, Cristiano dialogou com o restante do grupo e escolheu participar do estudo. Mediante sua aceitação e, após aguardar um tempo de maturação, realizei contato telefônico com Cristiano, fornecendo mais informações sobre o projeto, bem como outros elementos práticos que seriam desenvolvidos, como a realização de uma entrevista e a intenção de gravação em áudio das falas, além de anotações escritas do conteúdo manifestado pelo participante. As condições apresentadas para participação na pesquisa foram: adesão voluntária; disponibilidade de tempo para pelo menos uma entrevista de cerca de 1 hora e meia de duração e aceitação das condições de gravação e transcrição.

Após a certeza do desejo de participação na pesquisa, duas datas para a realização da entrevista foram agendadas inicialmente, e precisaram ser remarçadas por ambas as partes devido a imprevistos. Enfim, quando conseguimos um bom arranjo de dia e horário, solicitei que Cristiano escolhesse 2 fotografias de seu arquivo pessoal de que mais gostasse, e que seriam utilizadas como material para a(s) entrevista(s). As duas fotografias, encaminhadas via *WhatsApp*, foram impressas por mim e utilizadas no desenvolvimento da entrevista individual.

A opção de delimitar o número de imagens escolhidas pelo participante se deu pelo entendimento de que a seleção de apenas uma poderia ser um aspecto limitador, assim como a escolha de mais de duas fotografias poderia significar uma expansão do espectro imagético e, consequentemente, dispersar o encadeamento das lembranças. Por sua vez, a possibilidade de trabalhar com mais de uma imagem representaria uma chance de facilitar a abertura do repertório memorial pessoal. Para além disso, a opção por apenas uma imagem como único ponto de partida e desenvolvimento da fala poderia soar como “opressora”, ao contrário da oportunidade de alternar o “olhar” para outra foto, possibilitando um “respiro” e, por vezes, um ponto de conforto para o caso de alguma lembrança emocionalmente difícil. Após esta etapa, foi agendada a entrevista individual, cujo material foi analisado à luz do referencial teórico previamente estabelecido neste trabalho. Todo o processo que envolveu a inserção do

entrevistado foi regido pelo respeito à dignidade humana, à liberdade, autonomia, respeito às singularidades e à proteção do participante, incluindo o direito ao sigilo e à privacidade.

Conforme as normas exigidas pelo Comitê de Ética em Pesquisa Humana, foi produzido um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), cujo conteúdo versa as informações gerais e objetivos da pesquisa, bem como os procedimentos da entrevista, as condições de adesão voluntária, a dimensão do sigilo. O documento, inicialmente, vedava a publicização do nome de Cristiano. Contudo, ao longo do desenvolvimento de seu relato, este disse que não haveria problemas em revelar sua identidade – o que foi ponderado pela pesquisadora inicialmente (este diálogo está descrito ao final da entrevista). Após um tempo de reflexão acerca dos rumos da pesquisa, e outros diálogos com Cristiano, este autorizou a revelação de seu nome no trabalho. Assim, foi feito o convite para que Cristiano fosse coautor no capítulo referente ao seu relato-testemunho, ao que ele respondeu afirmativamente. Sendo assim, a inicial C. foi substituída pelo seu nome, Cristiano, que aparece aqui, nestas páginas, num gesto corajoso e generoso de se revelar por inteiro.

Cristiano é um homem negro, de 43 anos. Possui Ensino Superior Incompleto, tendo ingressado recentemente no Curso de História (anteriormente à experiência da prisão, possuía Ensino Fundamental Completo). Morador da Zona Oeste do Rio de Janeiro (Realengo). Casado, tem 2 filhos. É Ativista Social. Enquanto preso, se uniu a outros colegas da unidade prisional e fundou, após a liberdade, um Grupo (Coletivo de Egressos) que oferece apoio a pessoas egressas do cárcere e seus familiares, o Coletivo Eu Sou EU: somos a ferrugem. Réu primário, com sentença de 14 anos e 8 meses, tendo sido cumpridos 2 anos e 7 meses em regime fechado e 2 anos e 3 meses no regime semiaberto. Desde junho de 2015 está na condição de Liberdade Condicional, que se estenderá até 2025.

A entrevista, que será descrita na parte 6, ocorreu de forma presencial em uma sala do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro – PPGMS-UNIRIO.

5.3 Testemunho de um sobrevivente

Coautoria: Cristiano Silva

No dia 26 de novembro de 2019, data agendada para a entrevista com Cristiano, que estava planejada para as 14:30h, cheguei mais cedo à UNIRIO para preparar a sala onde conversaríamos, e minutos mais tarde me dirigi até a entrada da universidade para recepcioná-lo, quando o encontrei já no corredor do PPGMS, onde estava sentada Bárbara, colega do

Mestrado, a quem apresentei Cristiano como sendo um ativista social. Chegamos à sala, gentilmente cedida pelo meu orientador Francisco para a realização da entrevista, e que garantiu conforto e privacidade para o diálogo. O espaço foi escolhido por ser o local onde a pesquisa se desenvolveu, no programa de Pós-Graduação em Memória Social, e pela consideração da importância da imersão do entrevistado nessa atmosfera. Organizei a disposição da mesa e cadeiras de modo a ter apoio para escrever, evitando, contudo, um posicionamento que pudesse parecer intimidador.

Neste momento, apresentei novamente o Projeto de Pesquisa, tendo sido entregue o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), em duas vias de igual teor. Fizemos juntos a leitura dos termos expostos, os quais já havia apresentado a Cristiano em conversas anteriores. Após a leitura, perguntei se havia alguma dúvida ou questionamento, ao que ele respondeu estar “tranquilo”, querendo, contudo, compreender melhor os benefícios da pesquisa, se aquele material ficaria disponível para a Academia, se outras pessoas teriam permissão para consultá-lo, estudar a matéria. Respondi que sim. Disse, ainda, que provavelmente não haveria benefícios diretos a ele, na condição de participante, mas que se tratava de uma pesquisa com uma perspectiva de abrir espaço para a apresentação e fala da pessoa egressa sobre si mesma, por meio de suas memórias, em vez de ser uma dissertação sobre a pessoa egressa, e que neste ponto particular residia o diferencial do trabalho, desta maneira conduzido não somente pela pesquisadora como também pelo entrevistado.

As duas vias do TCLE, de igual teor, foram assinadas por ambos, tendo sido uma cópia destinada ao entrevistado e outra à pesquisadora. Não restando mais dúvidas ou questões, avisei que iria iniciar a gravação em áudio da entrevista, e dispus as duas fotografias impressas que Cristiano havia me encaminhado via *WhatsApp*. Ele pareceu demonstrar satisfação ao ver as imagens no papel fotográfico. As fotos aqui apresentadas foram tratadas de modo a não identificar o entrevistado, preservando, entretanto, seu conteúdo imagético.

A entrevista não teve roteiro pré-estabelecido nem tempo pré-fixado, tendo sido estabelecido que sua duração seria de uma hora a uma hora e 30 minutos - ao final, ocorreu em uma hora, 24 minutos e sete segundos. As fotografias funcionaram como elemento disparador das falas, permitindo uma abertura do repertório e das memórias do participante, que pôde se manifestar livremente perante as imagens. Durante o relato, foram feitas algumas anotações à mão sobre reflexões que apareceram a partir da fala de Cristiano. O processo posterior de transcrição foi realizado por mim, garantindo o sigilo das informações e a fidedignidade nas entonações e percepções sobre a fala do entrevistado, e proporcionando, neste movimento, *insights* sobre os processos teóricos envolvidos na pesquisa. A transcrição

foi feita exatamente como as falas se apresentaram, não tendo havido correção ortográfica e/ou gramatical, bem como não tendo sido retirado ou acrescentado qualquer conteúdo.

Ancorada na Teoria Ator-Rede (LATOUR, 2012), que enfatiza a planificação do social em uma disposição em que todos os atores - humanos e não humanos - que compõem este social se encontrem em um mesmo nível, assumindo um mesmo grau de importância, a entrevista não é, para este trabalho, um apêndice, um adendo ilustrativo para o texto anteriormente apresentado, mas o próprio conteúdo do trabalho, motivo pelo qual considerei fundamental não subtrair trechos de modo a escolher uns em detrimento de outros.

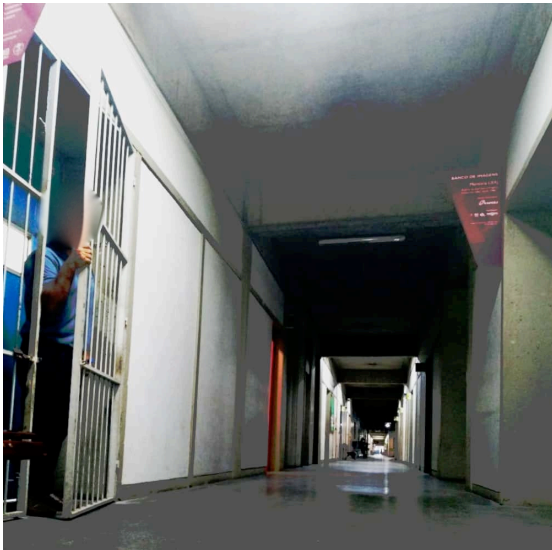
O conteúdo, na íntegra, permite que cada pessoa que puder lê-lo tenha as suas percepções e faça as suas considerações, “escrevendo”, a partir de si, novos textos e novas interpretações. Dessa forma, dispomos de uma fonte riquíssima de material para que os interessados na temática das prisões possam realizar viagens de modo a descobrir diferentes nuances subjetivas, mas sem necessariamente se ater à cristalização da caracterização da pessoa presa ou pessoa egressa do sistema penitenciário. Quer dizer, é preciso lançar um olhar em outra perspectiva, não apenas para o cenário das prisões, do sistema penitenciário, mas sobretudo para as pessoas encarceradas e egressas, de modo a não considerá-las apenas objetos de investigações científicas.

Algumas observações foram feitas a partir do relato, mas estas não pretendem elucidá-lo ou “esgotar” os sentidos do material. As imagens de fato funcionaram como um disparador de memórias, que induziram a fala inicial e trouxeram elementos para a construção memorial que se funda, a partir da fala do entrevistado, nas vivências da prisão, e que ainda se fazem presentes em sua vida cotidiana, bem como se projetam para o futuro.

As memórias de Cristiano anteriores à prisão precisaram ser perguntadas pela pesquisadora, e, quando estas surgiram, estavam também impregnadas dos significantes prisionais. É pertinente ressaltar que a produção de sentido para os momentos da vida que antecederam a experiência prisional foi ressignificada a partir dessa experiência. Os projetos de vida, de um modo geral, são impregnados por marcas de experiências, muitas das quais se apresentam como verdadeiros obstáculos devido às experiências do estigma.

O método cartográfico permitiu o surgimento de um desenho, pela pessoa egressa, de suas memórias, e a pesquisadora deu seu testemunho pela escuta e, posteriormente, pela escrita. Por fim, os processos e situações vivenciados foram registrados, compondo uma história-memória, que foi posteriormente compartilhada com a pessoa entrevistada.

À apresentação das duas fotografias, segue-se o relato - e estes, mesmo estando interligados, representam duas categorias distintas.



(Foto 01) – Local: UERJ²²

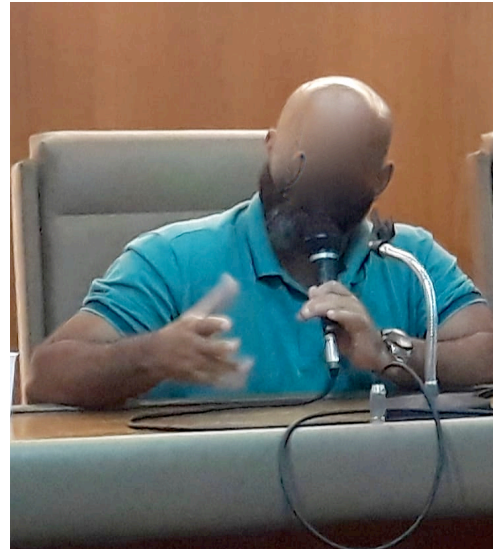


Foto 02) Local: CAARJ²³

Algumas palavras utilizados por Cristiano durante a entrevista, estão destacados em negrito e serão analisados posteriormente no Capítulo 7. São termos e expressões que se ligam a conceitos teóricos apresentados durante a pesquisa, e que ajudam a situar o sujeito egresso em suas diversas dimensões físicas, psicológicas, sociais e políticas. Feita esta consideração, segue a entrevista, transcrita na íntegra:

Paula: Eu queria que você olhasse essas fotos e me dissesse o que vem à sua cabeça; o que essas fotografias te trazem.

Cristiano: “Sim. Então eu vou começar com essa aqui (*Referindo-se à foto 1*); essa aqui foi em um espaço educacional, numa Faculdade estadual (*UERJ*), e ela começa nos chamando atenção devido à lembrança, né, esse recorte; esse cenário aqui é uma lembrança que traz um ambiente prisional. Então, eu fui pra uma grade, assim, e me coloquei numa posição entreaberta, a grade entreaberta e meu corpo entre essas duas grades, trazendo uma significação em relação em que os efeitos da prisão, os danos da prisão, os efeitos colaterais da prisão e como ela se propõe dia a dia do cotidiano, essa presença prisional, como ela afeta o dia a dia.”

22 UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

23 CAARJ - Caixa de Assistência da Advocacia do Estado do Rio de Janeiro

“Quando eu olho pra essas fotos, eu... é... assim... ela é uma expressão significativa do dia a dia que eu tenho, cidadão que transita, né, entre o **etiquetamento** e a pessoa que ninguém sabe que foi presa e a pessoa que transita entre o cidadão e a pessoa que, quando se esbarra com as burocracias, né, com as questões institucionais, ela é logo reconhecida como um egresso do sistema prisional, tanto num espaço de trabalho, então, na verdade, quando eu coloco o meu corpo entre essa grade eu tô dando uma informação que, mesmo que eu esteja andando, né, em sociedade, eu sempre estou entre um sistema e outro, né, entre um sistema utópico de liberdade e um sistema severo de prisão que acompanha, né, a pessoa egressa do sistema prisional. Essa foto, ela expressa muito isso pra mim, sabe? Ela tem uma força muito grande, porque ela me faz entender como é que eu transito na sociedade com esse peso, com essa informação, e saber lidar com isso, que em todos os espaços eu posso ser é... totalmente, é... filtrado pela minha, pelo meu histórico, né, com a Justiça, pelo meu problema com a Justiça, com meu processo, né, uma pessoa que responde processo e a pessoa que às vezes num espaço você é tratado como cidadão comum porque a pessoa não tem entendimento sobre o... as questões do meu processo o qual eu respondo. Então, assim, é muito difícil você conseguir lidar com isso, assim, e saber transitar nesses espaços, né, aonde eu sou o egresso, aonde eu sou o cidadão. E essa foto me traz muito isso.”

Paula: E o que significa pra você ser egresso e ser cidadão? Como é que você explica essas categorias?

Cristiano: “Sim, na verdade quando eu faço, falo transitar entre o egresso e o cidadão, eu falo sobre a questão de identidade, né, quando você tem que assumir uma identidade, quando você precisa assumir outra identidade. Mas uma identidade, ela te traz uma certa segurança porque é meio libertador quando as pessoas sabem que você é egresso, não fica um segredo, tipo você tem que carregar um segredo, você tem que andar na sociedade como se fosse um segredo e como aquelas pessoas vão reagir com esse segredo. Então, muitas das vezes quando você transita sobre isso é como você vai compartilhar essa identidade do espaço. Você tem a possibilidade de compartilhar; ou você mantém o segredo e é reconhecido como cidadão ou você compartilha essa identidade pra todo mundo e vê como essa, esse efeito, essa devolutiva da sociedade vai vim aí na sua direção. Então, eu consigo separar isso dessa forma, entendeu? Tanto assim, o ambiente que eu posso ser totalmente libertador: “ Cara, eu sou egresso, já passei pelo Sistema, isso, isso aqui”, ou o espaço que eu me privo de falar de que eu sou egresso e vivenciar aquele segredo e tentar lidar com aquilo ali, como se a pessoa olhar pra

você: ‘ Pô, esse cara é bacana pra caramba’, mas até o ponto B, quando eu não sei que ele passou pelo Sistema, como é que essa pessoa vai **transitar** essa informação, como é que ela vai lidar com essa informação? Então, pra mim, é isso, é , sabe, transitar sobre a cidadania e sobre ser egresso. É isso, você saber compartilhar esses espaços e saber lidar com ele o tempo todo, porque vai ser meio de forma definitiva, né, já que o nosso Código Penal e até as leis de execução penais falam até de um tempo pra você cumprir a pena, e aí passa e você cumpriu a pena, né, dentro de um senso comum o cara cumpriu a pena, não deve mais nada pra sociedade, mas isso é um grande engano, um grande engodo; desde o momento que você passa pelo Sistema Prisional você passa a ser etiquetado de forma eterna, praticamente, né, assim, perpétua. Então assim, desde o momento em que você pode ser uma pessoa reconhecida como uma pessoa legal, politicamente correta, bacana, sensível, compreensiva, mas a partir do momento que tem um conhecimento que você passou pelo Sistema, todos esses atributos, todas essas virtudes, elas são suprimidas pelo simples fato de você ter passado pelo Sistema.”

Silêncio.

Paula: *(Estimulando o entrevistado)* Pode ir falando...

Cristiano: “É, aí assim, quando eu olho pra segunda foto , assim, aí a gente continua falando sobre essa questão do espaço, né. Quando eu olho pra essa foto, assim, o que me vem à memória é quando eu tava num espaço totalmente privado de liberdade, numa cela superlotada, num Sistema ainda... quando eu fui preso em 2010 ainda era um sistema de Polinter, né, havia um superlotação ali, uma **superlotação de corpos**, né, que chega a constranger a Física, né, de que dois corpos não podem ocupar o mesmo espaço, mas no ambiente de cadeia esses conceitos às vezes eram derrubados, né, porque a gente conseguiu ocupar muitos espaços, muitos corpos ali ocupavam o mesmo espaço e quando eu me vejo sentado nesse espaço (entrevistado olha para a Foto 2), que foi na .. na... num ambiente que eu nunca imaginaria um dia eu estar ali sentado, é, compartilhando momentos, assim, compartilhando assim os avanços, compartilhando os avanços como cidadão, como egresso, como pessoa, né, como pai, como filho, como amigo, e sentar num espaço desses, porque anteriormente é esse espaço que a gente tá sentado nele, é o que eu tinha pra mim, era o fim, o fim das coisas, né, porque o Sistema Prisional ele traz essa ideia, que é o fim, né, quando você tá dentro do Sistema, recebe a sentença, né, eu recebi uma sentença, né, consideravelmente

alta: 14 anos e 8 meses, é, por formação de quadrilha e furto qualificado, então eu recebi uma sentença muito semelhante a uma pessoa que comete um homicídio, tá entendendo, e é assim, eu fiquei nesse espaço e quando eu recebi essa sentença eu vi que pra mim era o fim, porque eu tenho uma família, tenho um casal de filhos, tenho uma esposa, então lá eu fui perdendo trabalho, fui perdendo uma porção de coisas que um cidadão, né, comumente tem no seu cotidiano”.

“Eu fui perdendo; a prisão não só me privou da minha liberdade, privou minha dignidade, privou da minha família, me privou da minha paternidade, me privou de estar com as pessoas que eu amo, me privou de diversas coisas; então, a privação de liberdade ela é assim, ela é só um pressuposto ela privar você e desistir, assim, eu tenho isso comigo e quando eu percebo tudo isso eu olho pra essa foto e eu penso assim: ‘Caraca²⁴, então há uma possibilidade, de superar essas dores’, de superar, é... é, esses momentos tão difíceis que eu vivi, é... superar essa angústia, essa agonia, essa dor que, assim, eu consegui desenvolver quando a gente falava de, ‘Pô, já sentiu uma dor na alma?’ E eu ficava assim: ‘Como é que pode sentir uma dor na alma’, né? Porque passa muito pelo crivo da religiosidade, né, pelo crivo metafísico, transcendental, só que assim, quando eu consegui perceber essa dor, eu vi que eu tomava vários medicamentos analgésicos pra tentar, sabe, uma analgesia pra tentar suportar aquela dor e eu não conseguia suportar aquela dor, porque assim, porque essa dor realmente existe, essa dor da alma, e a prisão, além dela ferir o corpo, ela fere a alma também, então assim, é uma ação, é... conjunta, que ela vai afetando várias partes do corpo, e não só do corpo, mas também dos sentimentos, do pensamento, que você começa a entender que ali é o fim. Então, quando eu chego nesse espaço aqui (na CAARJ²⁵) e eu olho pra trás eu vejo que eu consegui, é... não por mérito, né, sozinho eu não conseguiria de jeito nenhum. Por isso que eu atribuo isso muito, esse conseguir, à minha família, né, aos meus pais, à família que foi esse suporte, essa âncora, essa plataforma, esse porto seguro, para que eu pudesse conseguir, é, gerenciar tantos conflitos, né, gerenciar, é, essa ação que a prisão, é, afeta demais, assim, é... foi a minha família e o acolhimento de algumas pessoas que têm um entendimento assim

²⁴ “Caraca é uma gíria que expressa o sentimento de **surpresa, espanto** ou **desapontamento**. Essa expressão funciona como uma interjeição, criada para substituir o termo "caramba", considerado por muitos antiquado. Caraca **não é considerado um palavrão**, mas sim o contrário. Esta gíria pode substituir outras palavras que são tidas como de baixo calão ou impróprias.” Fonte: <https://www.dicionariopopular.com/caraca/>. Acessado em: 04 de março de 2020.

²⁵ Auditório da CAARJ - Caixa de Assistência dos Advogados do Estado do Rio de Janeiro -, onde ocorreu o Seminário de encerramento de Projeto que desenvolvia com outros egressos do sistema e outros atores da Sociedade Civil, e cujo tema era o Auxílio-Reclusão.

mais amplo sobre a questão da pessoa que passou pelo Sistema Prisional, que têm uma ideia sobre a questão do perdão, que têm uma ideia sobre a questão de recomeçar de novo, é, de uma nova chance, né, pessoas que deixaram de lado esse... o martelo da punição, o veredicto, deixaram de lado por entender que são capazes também de cometer um erro, de cometer um desvio ou qualquer uma das circunstâncias que contribuam para uma ação penal, e assim, essas pessoas me ajudaram muito, a me localizar, né, porque quando você sai da prisão você sai **deslocalizado**, você não sabe muito bem, e assim, eu falo com propriedade, e digo pra você, no momento que eu tive a primeira oportunidade de sair na minha visitação – visita periódica familiar²⁶, quando eu chego no centro do meu bairro, eu tenho ainda uma certa memória das questões, locais, do comércio, mas quando eu chego, que eu peço pro moto táxi me levar pro meu endereço do meu destino, quando eu entro na rua que eu nasci e fui criado, eu não identifiquei a rua, eu achei que eu estava no lugar errado. Porque tinha mudado algumas cores de uns prédios, assim... tinha algumas construções novas que fizeram, assim... tirou aquela memória que eu tinha, por alguns segundos, uns estalos assim... eu não reconhecia onde eu estava. Depois que eu vi uma coisa que me remeteu à minha memória antiga que eu vi que eu tava no lugar certo. E aí: ‘Pô, cara, te conheço, teu pai mora ali, você tá sim’ . E eu: ‘Não, cara, não tô no lugar certo, não’. Eu tive aquele **choque** depois que eu vi que eu tava no lugar certo. Então, a prisão, independente dela afetar o corpo, ela afeta diretamente a memória, ela afeta diretamente a memória, ela afeta todos os trâmites do ser humano, sabe, ela vai se encrostrando, ela vai privando você da sua vida real e te engole e te coloca numa bolha ali, que... que... que... de pena, de sentença e de outras coisas mais que, no caso, você perde muita coisa ali, sabe, as suas memórias, você perde muita coisa... E assim, as

²⁶ A Visita Periódica à Família (VPF) é um benefício concedido pelo Juiz da Vara de Execução Penal - VEP - ao interno que cumpre pena no regime semiaberto e consiste em uma autorização para saída temporária do estabelecimento penal à residência dos familiares em dias estabelecidos e/ou datas festivas. Como pré-requisitos, é preciso que o interno tenha comportamento adequado e cumprido no mínimo um sexto da pena, se o condenado for primário e um quarto se reincidente. A importância da VPF existe pela consideração de que o apoio familiar é de suma importância para a reinserção do interno ao convívio social. A família deve incentivar o interno quanto ao retorno à unidade prisional aconselhando sobre a importância do estreitamento da relação familiar através deste benefício bem como quanto ao cumprimento dos horários fixados. A responsabilidade da família não é de competência jurídica, mas sim ética e moral. O benefício da VPF será automaticamente revogado quando o interno praticar fato definido como crime, for punido com falta grave ou desatender as condições impostas na autorização. Como por exemplo: se desviar do trajeto e não obedecer aos horários estabelecidos, mudar de visitante ou endereço sem prévia comunicação. O familiar também poderá desistir de receber a visita do preso.

Retirado integralmente do site da SEAP/RJ:

<http://www.visitanteseap.rj.gov.br/VisitanteSeap/beneficioseregaliasseap/visitaperiodicaafamilia.html>. Acessado em: 0/12/2019.

coisas intensas que você vive, as pessoas que viveram do seu lado no momento da prisão, você perde muito, assim, às vezes você vê, conviveu com aquela pessoa dois, três, quatro anos e aquela pessoa apaga da sua memória, é assim... então afeta muito, e às vezes encontra na rua num outro momento, já respondendo um processo já em liberdade, você: ‘Ei, cara, não lembra de mim não? Pô, a gente ficou junto ali três anos, pô, tu não lembra?’ Cara, não tô conseguindo lembrar de você! Então assim, afeta demais, assim. Hoje também eu trago comigo né, esse dano, assim... eu não falo, assim, um dano de identidade, mas que transita, né, que eu consigo, né, que me faz transitar nesse ciclo. Mas assim, você conseguir organizar o seu pensamento. Talvez no momento da fala, eu falo muito isso às vezes, nos lugares que eu tô compartilhando certas memórias, certas dores, é... você conseguir organizar, e dá aqueles flashes no seu pensamento, você tá numa linha de raciocínio, daqui a pouco você é tomado por um gatilho assim, que dispara a sua permissão, né; a gente sabe que o pensamento, ele não tem uma permissão pra atuar, mas ele vem (O entrevistado faz um “clic” de estalo.) de uma forma tão intensiva, aí você às vezes tá num lugar com outro assim, e daqui a pouco vem um raciocínio, vem um pensamento, que você não consegue manter isso ali, que você precisa despejar aquilo, sabe, senão aquilo te interrompe, aquilo faz você, é...travar o seu raciocínio. Então é assim, o pensamento, assim, da cadeia, quando eu tenho essa memória da cadeia... e outras coisas muito mais também...”

“... quer fazer uma pergunta? Eu continuo falando?”

Paula: Pode continuar falando, mas é...quando você diz que em alguns momentos, “do nada”, é... surge algum pensamento, quais são esses pensamentos?

Cristiano: “Não, esses pensamentos, sempre que eu... vêm esses gatilhos, são os **pensamentos dos traumas** que eu vivi na cadeia. Por exemplo, quando você chega num ambiente de cadeia, né, punitivo, é... penitente, você chega e você tem uma ideia de filmes, né, aquela coisa e tal, mas quando você chega ali no ambiente e vê que é e muito mais degradante do que você imagina, aquilo ali foi pra mim, é, assim, um impacto gigante, um impacto, assim, que...é...atravessou a minha pessoa, né, um impacto, assim... acho que muitas das vezes eu consigo descrevê-lo, mas às vezes eu não consigo encontrar palavras, assim, que, com exatidão...que vão, é...desenhar com precisão aquele ambiente.”

“Quando eu chego, eu chego num ambiente de... de prisão no Grajaú... primeira coisa que eu vejo é um ambiente extremamente fechado, quadrado, extremamente fechado, com um

mínimo de saída de ar, com uma porta de ferro super estreita, com dezenas e dezenas de pessoas lá dentro, sabe, de maneira que, sabe, o chão, você não conseguia enxergar o chão. Você tinha que pisar em cima de corpos para chegar em determinados lugares desse quadrado, pra ter acesso ao boi; o que a gente chama de boi é o banheiro nesses espaços de cadeia, e você chega ali e tem um cara que controla aquilo tudo e fala assim, ó: ‘Vem cá que eu vou te passar os estatutos; vem cá que eu vou te passar como é que funciona isso, e você pensa logo num estupro, pensa logo que vai ser violado, que você vai ser espancado, mas não funciona dessa forma, mas porque acho que nem precisa ter isso, porque o próprio ambiente já te tortura, então assim, a galera que fica de frente ali, ela já tem, ali, acho que ela já absorve tanto, uma simbiose que acontece, que eles entendem que, um espaço, quando chega, só precisa ter, é...trazer regras pra essa pessoa, porque o próprio ambiente, o próprio espaço já é um torturador. Já é um espaço totalmente torturante, né, assim, que aflige demais a pessoa. E todas as vezes que eu passo em alguns espaços e vejo alguns lugares, algumas cenas, isso me traz essa memória de pessoas que foram acometidas com doenças gravíssimas cutâneas, né, furúnculos, né, eu via muitos furúnculos, é... pessoas com tuberculose e tossindo e saindo sangue pela boca, pelo nariz, eu fui vendo aquela coisa, pessoas tentando se suicidar, cortando seus pulsos, se enforcar na ‘teresa’²⁷. Então, todas as vezes que eu passo em certos ambientes e vejo qualquer outra circunstância, ou até mesmo em lidar com alguns problemas, assim, quando eu vejo que tá difícil a minha vida econômica, eu não tô conseguindo me mover economicamente, a responsabilidade de pai, de querer exercer a paternidade, de querer exercer como provedor – porque isso foi imposto pelo Patriarcado, né, de impor isso sobre a gente e trazer isso comigo, de ter a responsabilidade como chefe da família, e vejo que não tô conseguindo caminhar, né, com essa responsabilidade, né, isso me traz uma lembrança: Cara, você já passou tantas coisas ruins, calma, que tu vai conseguir superar, você superou aquilo lá (Referindo-se à prisão.). você vai superar isso aqui, você vai conseguir. E E, quando eu vejo alguns espaços, eu olho, assim... caramba! Isso me traz muitas lembranças, alguns espaços me traz muitas lembranças, é... é... alguns lugares quando eu entro, alguns lugares quando eu entro me traz muitas lembranças. Mesmo que eu não queira, vem aquilo, assim, uma cena, ou às vezes eu tô falando sobre a cadeia e vem uma cena de um cara tentando se suicidar, e a gente fazendo uma intervenção com e pra esse cara não morrer, é... é... algumas situações de rebeliões, como é que fica a tensão, né, na cela, é...os quartos de visita, quando a visita é

²⁷ ‘Teresa’ é um termo utilizado no ambiente prisional para designar um artefato feito com roupas, lençóis e outros panos, que resulta semelhante a uma corda, e que serve para vários fins, como fugas e enforcamentos.

humilhada, quando passa, quando joga uma comida fora da visita e a sua visita chega transtornada, e assim, sabe, você vai vivendo, vai pulsando tudo aquilo ali e acaba que eu vou lembrando de várias situações e assim, é... tô lidando com isso, né, com dificuldade, mas assim, por mais apoio e acolhimento da família, eu consigo manter uma sanidade, manter o gerenciamento de um pensamento equilibrado, entender que eu preciso caminhar por outro percurso, preciso caminhar por aqui, é... não posso alimentar muito esse pensamento, então assim, esse trauma, eu consigo dividir ele, assim, em boas partes, mas assim, eu não costumo falar isso, porque senão a pessoa vai entender que a cadeia é boa; a cadeia não é boa, mas eu, como ser humano, eu... eu tento, sabe, desvincular desse trauma como se só fosse algo negativo, porque eu não posso só produzir negatividade, eu preciso transitar aqui também, na questão positiva, na questão de reformular, ressignificar a minha vida a partir de um sofrimento. Só que assim, eu não costumo compartilhar isso muito por causa que, pô, a cadeia não é boa, então como é que a cadeia vai produzir novas pessoas? Uma pessoa com novo entendimento da vida, que as coisas são mais, é... valorosas, que têm os detalhes da vida? Ela me trouxe isso também.”

“Tipo assim: antes da cadeia eu não conseguia enxergar certos valores da vida, eu não conseguia entender a importância, talvez, a importância de tá tanto tempo do lado da minha esposa, a importância de tanto falar ‘eu te amo’, a importância de falar pro meu filho: ‘Eu te amo, tô aqui, vem aqui com o papai’, e essas coisas que eu deixei passar e quando eu tô na cadeia eu começo a trazer isso; falo assim: ‘Caralho, meu irmão, agora eu quero falar alguma coisa da palavra, da minha palavra pra minha filha e eu não posso, assim, acompanhar o crescimento... do meu filho eu consegui, mas da minha filha eu não consegui; com um ano (da filha) eu tava sendo preso, e eu não consegui ver ela andar, eu não consegui acompanhar ela andar.’ ”

“Então isso pra mim, assim, tem uma importância muito grande, mas quando eu vi meu filho andar, eu vi meu filho fazer todo esse processo de crescimento, né, essas fases, pra mim foi natural antes da cadeia, sabe, foi natural; eu não consigo enxergar tanta riqueza naquilo, eu não consigo enxergar tanta preciosidade naquilo. Mas quando eu fui preso, fui restringido da minha liberdade, eu falei: ‘Caraca, eu consegui entender que aquilo ali é muito importante, só que assim, é um ato que, assim, não pode, assim, ser falado em certos espaços, porque senão vai ter uma interpretação totalmente equivocada, né, do espaço prisional, já que a prisão, né - eu assino embaixo -, né, chancelo, bato o martelo, faço o que for preciso, porque a prisão, ela não traz nenhum tipo de benefício social, a prisão não traz nenhum tipo de ordem social, nem paz social e nada que é sugerido através da prisão funciona. Mas assim, eu como

pessoa particularmente, uma visão particular, eu consegui, nessa restrição intensa de liberdade, consegui enxergar alguns aspectos que são preciosos a partir da prisão.”

Paula: Você está dizendo que... é... as partes negativas que você traz, de consequências negativas na sua vida, são decorrentes da prisão?

Cristiano: “Sim”.

Paula: E que essas partes que você chama “boas”, essas não são decorrentes da prisão, mas de um esforço pessoal que você desenvolveu.

Cristiano: “Pessoal. A partir daquele ambiente, entendeu? A partir daquele ambiente... é... essa leitura e outra coisa assim, que vale ressaltar, né, é, assim... a prisão, ela te força a você caminhar num ambiente de fé, um ambiente que transcende o sofrimento. Eu acho que ela serve também, a fé, ela serve também como uma âncora, ela serve como mediadora do sofrimento que você tá tendo, pra você encontrar conforto, porque você já tá num ambiente tão punitivista, num ambiente de sentença, mas você encontra alguns trechos bíblicos que te traz a sua humanidade, traz você assim: ‘Pô, eu posso ser perdoado?’ Mesmo que eu não seja perdoado pela sociedade tem alguém que me perdoa? Então, assim, essa ação cristã dentro do ambiente prisional, ela tem uma significância muito grande por causa dessa questão, porque você sabe que as pessoas querem que você morra, você sabe que você é uma **pessoa matável**, porque aí você, não importa, a sociedade quer ver: ‘Pô, pra que tá preso? Mata logo, cancela o CPF!’ . Porque é assim, agora tem esses termos, ‘CPF cancelado’ , é... ‘menos um’ ... e assim, todas as pessoas que estão num ambiente prisional, desde o momento que cada integrante da sociedade não tenha vivido ou como próprio réu ou como familiar desse réu, ele deseja que essa pessoa seja morta, deseja que essa pessoa seja eliminada, né. Os próprios espaços que foram construídos pela sociedade pra tentar excluir, isolar essa pessoa, eles não deram conta, e acaba que eles criam os espaços pra isolar quem não dá pra viver em sociedade, então, vou criar esses espaços aqui, vou manter essas pessoas aqui e vamos viver aqui. Só que eles também não conseguiram dar conta desses espaços. **A própria sociedade que cria esse espaço não dá conta desse espaço.** E assim, é... Paula, é... pra falar disso tudo, assim, é... eu também já um pouquinho trago isso também, um pouco até da minha família, queria até botar uma foto da minha família, mas eu achei que eu queria preservar assim, é a foto da minha família, mas assim, era muito significativa pra mim a minha família e as dores também

extrapolam a própria pessoa condenada, a própria pessoa que tá sendo sentenciada, a sentença que ela recebe extrapola, e coloca em evidência a própria família que passa a cumprir essa pena junto com esse familiar, tá entendendo? Eu sou (ininteligível) notório, meu filho é um, quando ele, assim... quando você pergunta pra ele, assim: ‘Pô, quando você passa em certos ambientes, o que te faz lembrar?’. Meu filho tem uma coisa específica: fila. Se meu filho vê uma fila ele sua frio, ele fica preocupado: ‘Pô pai, tem...pô, pai, vou ter que enfrentar fila?’. Por que disso? Porque quando minha esposa ia me visitar, ele era bem pequeno, só que ele fazia o seguinte: a minha esposa dava, tirava a bolsa dele, e ele fazia aquela, ele saía lá de fora, numa fila lá de fora do Complexo de Gericinó²⁸, e quando atravessava a cancela ela falava pra ele: ‘Corre, filho, guarda lugar pra mamãe lá’. Então, ele guardava o lugar e ficava na fila, até minha esposa chegar; pequenininho. Pra que ela fosse uma das primeiras a entrar na visita, pra gente ter um melhor aproveitamento dos horários também, que é terrível, né. E ele ficava na fila. Quando ele, por muito tempo ele ficando na fila, ele desenvolveu, assim, uma espécie de um trauma, né. Quando ele vê a fila ele fica: Pô, pai, fila, pô, caraca, essas filas me traz cada lembrança, sabe... lá de quando eu ia lá visitar o senhor...’.

“Entendi ele nisso, né. Então, assim, a minha filha, ela hoje, assim, por incrível que pareça, ela era tão pequenininha na época, eu tava esp... por isso que eu falo que a cadeia, ela priva você de ter, de exercer a sua paternidade, muito mais a maternidade da mulher, né, mas assim, quando a minha filha foi me visitar, foi um pedido da minha própria esposa, que eu não queria deixar a minha filha entrar naquele ambiente; ela falou assim: ‘Olha, ela tá perdendo a visão de pai a teu respeito. Ela não tá tendo mais a referência de pai, porque ela tá chamando qualquer um de pai. Qualquer um que se parece na foto contigo, ela chamava de pai’. E eu chorava muito. A minha mulher relatando isso, eu chorava muito, porque ela tá relatando que, ela relatou pra mim que ela perdeu a visão de pai, a referencia de pai. Então ela começou a levar ela; nos primeiros momentos de contato na prisão ela me estranhou, ela não queria vir

²⁸ O Complexo Penitenciário de Gericinó, antigo Complexo Penitenciário de Bangu, é um complexo penitenciário situado no bairro de Gericinó, na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. Localiza-se ao longo da Estrada General Emílio Maurell Filho. O complexo é composto por 25 unidades prisionais, incluindo hospitais, institutos e penitenciárias. É administrado pela Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP) por meio da Coordenação de Unidades Prisionais de Gericinó. O complexo penitenciário foi criado em 1987, ano em que o então governador do Rio de Janeiro Moreira Franco decidiu criar no local, que era parte do bairro de Bangu na época, o presídio de segurança máxima Bangu I. Hoje, o complexo situa-se no bairro de Gericinó, desmembrado de Bangu por meio da Lei Nº 3.852, de 23 de novembro de 2004. Fonte: Wikipedia: https://pt.wikipedia.org/wiki/Complexo_Penitenci%C3%A1rio_de_Gericin%C3%B3. Consultado em 10/12/2019.

no meu colo; aquilo me trouxe muito mais sofrimento, me trouxe, sabe, uma dor, assim, muito intensa, porque a minha própria filha não me entendia como pai, não me conhecia como pai, não me reconhecia como pai, e pra desenvolver isso tudo, foram, assim, anos de visita, ela me visitando novamente, crescendo no ambiente de cadeia, estando no ambiente de cadeia, pra ter a minha referência como pai, pra entender que eu sou o pai dela e tal, nos anos que eu cumpri pena em regime fechado, e hoje ela faz alguns questionamentos: ‘Por que você foi preso?’. Então assim, independente dela for muito pequena, ela tá trazendo isso à memória dela, tá vindo com ela. ‘Pai, por que você foi preso, pai?’. ‘O que que tu tava fazendo, pai?’. ‘O senhor matou?’. ‘O quê que você fez?’. Porque ela vê os repórteres, né, os noticiários, as imprensas, né, e começa a perguntar, a querer tentar associar, aquele cara que foi preso com meu pai foi preso; será que foi a mesma coisa que ele fez? Ela quer entender, ela...ela quer entender se eu sou esse criminoso, porque eu fui preso, pra ver se, assim: ‘Não, ele tinha que ser preso’, ‘Ou foi injusto?’. Ela quer fazer esse balanço, ela quer, sabe, fazer esse senso de entendimento, pra ver se essa, assim: ‘Pô, por que meu pai foi, foi injustamente?’. ‘Por que meu pai foi preso?’. Então ela tá começando a questionar, e eu tô dando material no tempo certo pra ela entender e montar o quebra-cabeça dela. E assim, então, assim, cara, é uma coisa que enraíza, uma coisa que se aprofunda no nosso terreno, na nossa existência, na nossa subjetividade.”

“Quando você passa pela prisão, é uma coisa que marca e fica. Não tem como dizer: ‘Ah, deixa pra trás, as coisas que ficaram pra trás; vive agora’. Assim, é muito fácil pra quem nunca viveu isso. Mas, assim, a prisão, ela marca, ainda que eu tento desvincular ela em todos os momentos. ‘Pô, cara, só fala em cadeia, só quero falar de cadeia, só pensa em cadeia, só quero falar de cadeia, só essas coisas de cadeia; mas, assim, é muito difícil desvincular, porque a todo momento ela tá assim: ‘Ó, tô aqui’. Eu até brinco, assim, nesse trabalho de atendimento lá em Benfica*, no acolhimento, quando eu vejo aquele portão aberto, eu vejo uma mão me convidando, fazendo aquele... aquela, assim: ‘Vem pra cá, vem pra cá’... sabe... Eu consigo, assim, animar essa...dar, assim, uma caricatura pra cadeia, porque eu tô lá e eu tô vendo aquele portão abrindo o tempo todo, entrando; eu tô ali, e aquele ambiente... eu tô sob tutela do Estado, eu tô em Condicional, eu tenho que assinar e eu vejo, ali, aquele portão abrindo e fechando o tempo todo; parece que é um convite, sabe, ela fica presente o tempo todo; você entra nos ambientes, quando você vê a própria polícia, você vê, você sente que ela tá bem próxima de você, sabe, porque você não tem como se desvincular dela; porque você já teve uma passagem, porque você já ingressou nesse sistema. Então, assim, você se torna uma

presa fácil pra entrar de novo, pra você estar lá de novo, assim, e a cadeia é isso tudo pra mim.”

“A cadeia é... esse dano todo pra mim, a cadeia é isso tudo e acaba que não resolve. Né, não resolve a...a...o que era proposto, né... pagar a pena, se ressocializar...aquela história estatal, ‘ah, você vai cumprir a pena, vai sair daqui ressocializado’ ...sabe...não cumpre nada disso, não tem nenhuma... sabe, a proposta da cadeia não tem nada a ver com isso, a não ser somente eliminar, a tentar eliminar a identidade, que dependendo da estrutura da pessoa que consegue, assim, muitos processos meus, hoje ele vive uma esquizofrenia por causa do...da própria questão da cadeia. Então tem muita gente que sai com **danos, né, psicológicos**, lá de dentro. Pessoas que chegaram lá e não souberam lidar com aquela questão vivida ; várias estruturas familiares, econômicas, sociais, vários tipos de abandonos, né, na família, do Estado, e quando ela chega lá dentro e os anos vão se passando e você não vai vendo as possibilidades, você vai vendo um indo embora, você vai vendo outro indo embora e você vai ficando, vai ficando...; tem uns que não conseguem lidar com essa questão do cumprimento da pena e acabam se tornando pessoas extremamente dependentes de medicamentos psicotrópicos, fazendo uso abusivo desses medicamentos; tem uns que chegaram até a óbito por um uso abusivo desse medicamento; eu presenciei isso, e assim, outros bebem (in) discriminadamente pra viver um sono dentro da cadeia. Um sono... eu chamo de sono da liberdade. Porque quanto mais tempo dormindo, mais tempo eu cumpro a pena. Mais tempo dormindo, maior possibilidade de eu não entender esse ambiente, sabe, de eu não vivenciar que sofreu (ininteligível)... então eu acho que a cadeia tem tudo isso...”

“Eu também posso destacar algumas coisas também assim, assim... como é que o ser humano é capaz, nesses ambientes totalmente, é... caóticos, trágicos, conseguir conduzir o outro, dando a mão... assim, pessoas que são brutalizadas, pessoas que são consideradas um monstro, né, o que eu falo que a própria sociedade cria, que eu chamo síndrome, o conceito do Frankstein, né, e assim... dentro daquele ambiente a gente conseguir trocar afeto, assim, ‘Pô, cara, tu vai conseguir e tal’, e dali de dentro a gente conseguir estruturar amizades, que a gente consegue, consiga levar pro resto da nossa vida, e assim, ser um suporte, um apoio nos momentos difíceis, nos momentos que, assim, ‘Pô, cara, tô passando, cara, tô passando por isso também, mas assim, **eu fiz isso e isso e consegui suportar por aqui**’, e assim, a gente acaba trocando, acaba sendo uma central de informações, uma troca de informações pra gente tentar lidar com os absurdos, né, diários que, né, assim... que depois da cadeia a gente vive.”

Silêncio.

Paula: Quando você falou, é... dos seus filhos, né, quantos anos tinha o seu filho e quantos anos tinha sua filha... “É...” (*O entrevistado interrompe*) quando você foi preso?

Cristiano: “É, quando eu fui, quando eu fui preso, o meu filho tinha sete anos de idade e minha filha tinha um ano de idade, tinha acabado de fazer um ano de idade. Então, quando eu saio da cadeia e volto pra casa, minha filha já tá com seis anos pra sete anos e meu filho já tá indo... treze anos de idade, quase completando treze anos de idade.”

Paula: É... quanto tempo você ficou preso?

Cristiano: “Fiquei cinco anos e oito meses trans... aí eu fiquei três anos e oito meses, é... em sistema fechado e dois anos é... transitando entre a semiaberta e o direito de ir trabalhar e dormir à noite né, que um eu fiquei dois, o outro eu fiquei um e dois, um e oito, foi assim, por aí.²⁹”

Paula: E tem quanto tempo que você foi solto, que você passou para o semiaberto?

Cristiano: “Depois que eu passei pro semiaberto? Que eu tô em Condicional, que você quer saber ou quando eu fiz progredir?” (Referindo-se a progredir de regime).

Paula: De tudo... Quando você saiu do fechado, tem quanto tempo?

Cristiano: “É...quando eu saí do fechado, eu... foi... 2000, 2010, 2013... 2012... Entre 2012 e 2011... 2011, 2012, nessa faixa aí.”

Paula: E na Condicional?

²⁹ Ao ler seu relato, posteriormente, Cristiano disse que, consultando o PROJUDI (sistema eletrônico de processos utilizado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro), verificou que o tempo de cumprimento em regime fechado, acrescido do período em regime semiaberto, foi de 5 anos e 15 dias, e não de 5 anos e 8 meses, como tinha informado. “A memória superdimensionou o cumprimento, meu Deus!” ... “Como perdi o espaço-tempo, cara!”

Cristiano: “2012, 2013... assim... eu não tenho muita memória dessa data ...assim... não sei se eu dou uma olhada lá no meu processo, mas assim ...mas tá entre 2012, 2013 que eu fui pra... pra semiaberta no Benjamim³⁰; aí eu fiquei mais um período lá, de um ano... é, um ano... fiquei mais um aninho, lá, e...um ano e pouco ...aí depois eu fui e recebi o benefício de trabalhar na Camerino³¹, né, aqui no Centro do Rio de Janeiro, que ali eu ia trabalhar; aí eu fiquei um ano e pouco ali, e acho que eu transitei ali entre... dois anos e pouco no sistema fechado e mais três anos e pouco no sistema semiaberto, entre trabalho e... visitação periódica, assim..., eu fiquei mais tempo no período da semiaberta, né, eu fiquei um pouquinho a mais.”

Paula: E o que você fazia na Camerino?

Cristiano: “Na Camerino eu trabalhei na CEDAE³², quando eu ganhei, né, o benefício extramuros, a carta extramuro pra trabalhar na Santa Cabrini lá na CEADE, no Centro do Rio de Janeiro, num projeto...”

Paula: E o que você fazia lá?

Cristiano: “Ah, lá a gente fazia trabalho de limpeza no prédio, é... assim, porque haveria, havia, haviam vários setores. Porque no Prédio Central (*da SEAP/RJ*), que é aqui no Centro do Rio de Janeiro, ele trabalha muito só com limpeza, aí algumas vezes é aproveitado pra fazer algumas saídas, pra fazer alguma... tipo assim, aquele quebra-galho? Uma parada pedreira, navalha: ‘Manda eles aí, pra eles fazerem isso aí, entendeu?’ É aquele tipo quebra-galho. São poucos que são aproveitados nos trabalhos mais ali, burocráticos; alguns são aproveitados nesses trabalhos aí, mais braçais, e noutros ambientes da CEDAE você já tem mais um ensinamento sobre plantação, né, lidar com a terra, no caso em Seropédica³³. eu não fiquei lá, mas tem esses tipos de núcleo assim, que tem... são diferenciados na questão laborativa.”

³⁰ Presídio Benjamim de Moraes, no Complexo de Bangu, no Rio de Janeiro.

³¹ Rua Camerino, no centro da cidade do Rio de Janeiro, onde se situa o Instituto Penal Cândido Mendes.

³² Companhia Estadual de Águas e Esgoto do Rio de Janeiro, que possui Convênio com a Secretaria de Administração Penitenciária do Estado, para a contratação de pessoas presas e egressas deste sistema.

³³ Seropédica: município da região metropolitana do estado do Rio de Janeiro.

Paula: E tem quanto tempo que você está na Condicional?

Cristiano: “É, na Condicional eu saí em 2016, então eu tô indo praticamente pra quatro anos de assinatura, minha assinatura vai até 2025.”

Paula: E pra você, o quê que é ser um egresso do Sistema Prisional?

Cristiano: “Ah, quando fala assim eu me sinto muito mal, sabe; quando fala egresso do sistema prisional eu sei que tô **estigmatizado**, eu sei que é um cara que não pode ser confiável, é um cara que você não pode dar muitas, assim, condições, porque ele é um cara que pode cometer um crime a qualquer momento, e vive assim, caminhando na linha da suspeita... é... certos tipos de coisa ele não pode fazer porque pode estimular ele a errar, pode estimular ele a fazer uma coisa errada... assim, quando fala de sistema prisional e egresso do sistema prisional, é assim... que remete que você pode errar a qualquer momento, você não é confiável, você pode ter dupla personalidade... que você é um cara que pode decepcionar a qualquer momento, pode quebrar a confiança a qualquer momento; assim... fica totalmente, assim... subalternizado em todos os aspectos sociais, entendeu? Tanto emocional, tanto econômico, entendeu? Todas as esferas.”

Paula: Isso é o que você é, está trazendo de uma visão que você acha que as pessoas têm em relação ao egresso.

Cristiano: “Sim.”

Paula: E qual é a sua visão?

Cristiano: “Cara, assim, eu... assim, é porque, na verdade quando eu falo a partir da visão do outro, é assim... que eu vejo esse reflexo em mim, tá entendendo? Tipo assim, eu olho e falo assim: ‘Eu faria a mesma coisa’, porque eu passei por isso, tipo assim, foi muito assim, interessante, que eu tava na frente de Benfica³⁴ fazendo um atendimento, um acolhimento,

³⁴ Local onde o entrevistado realiza o trabalho de acolhimento das famílias de pessoas custodiadas que irão passar pelas Audiências de Custódia. Em Benfica está localizado o Presídio Frederico Marques, onde ficam os presos provisórios, isto é, sem condenação, e também a Central de Audiências de Custódia, espaço dividido entre a Secretaria de Administração Penitenciária e o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Este trabalho consiste em acolher e orientar as famílias antes e após as audiências, e é desenvolvido

saiu uma pessoa que teve o alvará de soltura ali, a prisão dele não foi convertida, então ele saiu e saiu meio desorientado e eu fiquei olhando pra onde que ele queria ir e ele não sabia pra onde ir, então eu me aproximei dele, então eu falei: ‘Cara, e aí, como é que vai?’ , e ele: ‘Pô, eu tô saindo agora, eu não sei como eu pego o ônibus, o que é que eu faço’. Eu falei assim: ‘Olha só, tá indo pra onde?’”, e ele: ‘Tô indo pra Bangu’ ; aí ele falou assim: ‘Pô, mas eu tô com dinheiro aqui, eu queria pegar um Uber, um táxi, pra me deixar na porta da minha casa, só que eu não posso fazer isso, que ninguém vai querer parar pra mim, eu desse jeito, com uma camisa branca, com uma bermuda jeans e um chinelo, ninguém vai parar ali pra mim na Brasil³⁵ e eu nem tenho como pedir pelo aplicativo aqui, que eu não tenho telefone’. A primeira coisa que eu fiz... se eu ofereço, cara, e se esse cara roubar um carro? Eu sendo egresso do sistema prisional, suspeitando de uma outra pessoa porque eu tô vendo que ela tá saindo de dentro, sabe, daquele sistema ali, e eu falei assim, sabe, pô, e eu vi e eu comecei a me questionar ali de forma muito instantânea, ‘Cara, você é egresso, cara, e você tá desconfiando que o cara vai roubar, e se você ajudar ele, e você tá com uma desconfiança que esse cara pode cometer um crime no caminho de casa e você tá respondendo por você ser preso, porque você...sabe? Então assim, eu vi isso, então eu até compreendo assim, entre aspas, esse tipo de suspeita, porque foi isso que a prisão propõe pra sociedade, porque quem tá lá não presta, quem tá lá não merece mais confiança, quem tá lá se for possível elimina, porque não tem mais jeito, tá entendendo? Então foi o primeiro pensando: ‘Cara, se esse cara cometer um crime...’. E as pessoas que tavam do meu lado, que tavam trabalhando comigo, ficaram apreensivas: ‘Pô, você fez isso? Você tá respondendo (*Respondendo a um processo. Está em Livramento Condicional*), e você pediu um Uber pelo aplicativo no seu CPF, cara...mano!...’. Eu disse: ‘Porra, mas eu tinha que fazer isso!’. Sabe por quê ? Porque é ir na contramão. Eu não posso deixar que esse sentimento também me engula, porque ele já tá tentando me engolir faz tempo e eu, agora, eu sou egresso do sistema prisional, que eu tenho um outro entendimento, que eu gostaria que eu fosse tratado assim quando saísse da prisão... ter pessoas, ou então toda sociedade falasse assim: ‘Não, cara, você vai ter outra chance, você vai viver assim...’. E eu também não tenho essa condição, de acreditar nisso sendo egresso, pra você ver que a gente tá muito doente.”

pela parceria entre o Instituto de Estudos da Religião – ISER -, ONG de pesquisa e ações em Direitos Humanos que tem como um de seus eixos de trabalho a Justiça Criminal, e um coletivo de pessoas egressas do sistema prisional. Fonte: ISER – Instituto de Estudos da Religião.

³⁵ Avenida Brasil, avenida que corta a cidade do Rio de Janeiro, e que passa próximo ao Complexo de Gericinó.

“Eu faço parte de um sistema que diluiu a minha identidade. Me fez, sabe, muitas coisas danosas, mas quando eu lido com um cara que fez a mesma coisa eu me coloco na mesma postura, de como eu nunca tivesse passado pelo sistema, com um entendimento de sentença, de que não pode confiar, então eu fiquei muito impressionado; aquele momento me trouxe uma lição muito grande, então, assim, quando eu olho ele, eu me vi transitando rapidamente, assim... eu, entre eu e ele, assim... a pessoa refletiu isso e eu me coloquei numa postura de uma pessoa que nunca tinha passado pela questão de prisão para condená-lo e ver que ele não é confiável, e ao mesmo tempo eu consegui voltar muito rápido... de ver que eu era um egresso e que eu podia tá naquela condição, ali, e que eu precisaria também da ajuda de uma pessoa que tivesse um telefone pra chamar um aplicativo, que acreditasse em mim, independente de eu tá saindo dali... pessoas que acreditassem em mim... Então, eu me sinto assim; eu como egresso eu me coloco nessa posição, sabe? Por isso que eu falo pra você, quando eu transito sobre a questão da cidadania, que aí quando eu tô falando de cidadania eu tô falando mais de questão de sociedade, que eu tô muito próximo da sociedade, e assim... essa questão do egresso, como eu devo pensar? Como eu devo me colocar? Eu me coloco aqui como egresso ou eu me coloco como uma parte da sociedade, também, que vai fazer os mesmos discursos, que vai fazer, vai fluir das mesmas narrativas... ou eu penso diferente, aqui, sabe... como egresso? Será? **Eu preciso confiar em mim?** Será, assim... como egresso eu posso me colocar à disposição das pessoas confiarem em mim, ou me coloco na minha posição e deixo as pessoas entender o que eu sou, sabe? Eu fico assim, sabe... então eu vejo isso, Paula, assim... eu, particularmente... eu, quando eu tô, assim... nessa questão do egresso, quando eu me vejo como egresso, eu me vejo como uma pessoa que não é confiável. Eu me coloco nessa posição. Tipo assim, ‘pô, eu não sou confiável, eu sou egresso’, sabe? Pô, assim, eu acho que eles não vão me dar isso aqui porque eles não confiam em mim; eles não entende que eu posso fazer isso, é... dentro da coerência, dentro da honestidade, dentro da capacidade, sem questão de capacitismo, mas sim dentro da capacidade da potencialidade do cara poder desenvolver esse trabalho, e assim... eu chego e olho, assim, sabe, forço essa leitura, e assim... às vezes eu me coloco nessa, às vezes eu quero romper também, ‘não é assim’, sabe, **mas eu transito sobre isso**, eu fico assim: ‘O quê que eu faço?’. Ou me coloco aqui como egresso? Eu sou egresso, cara, sabe... eu também não posso ficar querendo gritar, não posso querer também ficar exigindo muito, eu sou egresso, sabe... eu me coloco muito nessa postura.”

Paula: Quando você fala: “A cadeia diluiu a minha identidade”, o que você quer dizer com isso?

Cristiano: “É... que eu falei assim... ela dilui porque ela **esparramou, e assim... até hoje eu tenho que ficar juntando pedaços**, sabe, pra realmente, quando, assim... quando eu, assim, bato sempre nessa, assim... me falar assim: ‘Pô, andar de cabeça erguida’, como é que faço pra mim recuperar minha paternidade; recuperar, assim, essa questão daquele cara que... que é o provedor, e assim... então ela vai diluindo e eu vejo que eu não vou dar conta, então assim, ela... ela esparrama isso, sabe, ela... ela, sabe, fica volúvel; ela... assim, eu não posso, assim... antigamente eu trazia essa ideia: ‘Não, cara, eu vou porque eu sei que eu vou conseguir aí’ , antes da cadeia... ‘eu vou fazer isso’... mas agora, com isso, com essa marca, eu vejo que, assim, ela se dilui. Alguns espaços ela pode até ser misturada e eu conseguir beber disso, mas em outros espaços eu não posso, sabe... eu não posso, eu não vou ter isso... Então eu acho que ela tá muito diluída até mesmo, assim, num ambiente familiar... quando você chega as pessoas já sabem, assim, ‘porra, ele já passou na cadeia, alá!’ . Aí qualquer situação como eu te falei, qualquer, assim..., parece que se você fica nervoso, extrapolar, falar qualquer coisa... ‘Ó, olha só, já tá **o perfil do agressivo**, tá vendo?’. Então eu falo contigo, por isso que eu acho que dilui, porque você já não consegue ser, é... inteiro; você não consegue tá inteiro, essa pessoas não conseguem te ver, assim... na sua questão inteira... assim, não consegue... elas sempre vão te ver diluído , pela questão da cadeia, porque você passou na cadeia, e aí agora ‘você tá fazendo isso porque tu passou na cadeia’; ‘se você tá indo por esse caminho é porque tu passou na cadeia’... sabe, ela não consegue mais enxergar você como uma pessoa pronta, ali, você... Você fala assim: ‘Eu tenho isso, não tem nada a ver com a cadeia, não’. Mas tá tudo associado à cadeia (*para essas pessoas que ele está dizendo*). Todas as coisas que eu faço agora, daqui pra frente vai tá associado à cadeia. Se eu cometer algum erro... ‘Tá vendo? O cara é reincidente, passou pela cadeia, não tem jeito!’. Ah, cometeu alguma agressividade? ‘Pô, o cara é agressivo, o cara tinha que tá preso, não tinha nem que ter saído de lá!’. E assim, tudo tá interligado à cadeia, então quando eu falo que tá diluída, tá diluída assim, nesse sentido, que se esparrama, e eu não consigo ajuntar as peças com precisão e falar assim, ‘agora é o (*fala o nome*), agora é aquele (*repete o nome*), é o (*novamente diz o nome*) de sempre; não, mas agora é o (*diz o nome*) que passou pela cadeia’, tá entendendo?”

Paula: Aproveitando que você tá dizendo isso, que você tá trazendo as suas memórias, é... a partir da cadeia, né, e utilizando uma palavra que você usou... e daí pra cá, né? E o que te vem antes?

Cristiano: “Ah, antes? Beleza, o quê que acontece? Eu sempre, assim... nasci numa família, assim... que não tinha tanta condições econômica, mas assim, meu pai, minha mãe, assim... fome, nunca passei, sabe, perrengue de comida, aquelas coisa toda, nunca tive; também nunca tive o que eu quis, mas assim, dentro das possibilidades que meu pai e minha mãe conseguiam, o melhor que eles puderam fazer eles fizeram, e assim, não tenho nenhuma, é... nenhum trauma porque eu nunca tive isso, não tive acesso àquilo... mas assim, é... meu pai sempre foi um cara que quando ele foi... ele foi criado numa postura totalmente machista, é... patriarcal, paternal, aquela coisa toda, então isso assim, pra mim... só que meu pai era muito menos, ele não deixava espaiar esse amor, mas assim, eu via que ele tinha muito amor, mas ele não conseguia expressar esse amor porque nos momentos que a gente sempre precisou, meu pai estava presente lá, acudindo, ajudando, tentando trazer prum melhor, prum melhor local, tirar daquela situação, e assim... sempre meu pai foi assim; minha mãe também, mas ele nunca foi aquele pai que sentava... ‘Vão trocar uma ideia, vão conversar, vão falar sobre isso, vão falar sobre aquilo’, sabe?... Mas meu pai era, sempre foi aquele esquema, tipo um malandro do morro, aquela coisa, né, podia sair pra beber com os amigos e tal, eu chegava no bar, ‘Aí, pai, comé que tá?’ , aquela coisa toda, e era nesses momentos que às vezes a gente trocava umas ideias quando ele tava bebendo; meu pai não era alcoólatra, mas ele bebia uma cervejinha e tal, nunca chegou tombado, nunca... nunca caiu na rua, mas ele gostava de beber, e ficava bem ‘alto’ , né, mas era nesses momentos que a gente tentava falar alguma coisa. Eu tinha contato com os colegas dele, os colegas dele também, e tal, e aí, a partir desses ambientes que eu fui frequentando com meu pai, fui conhecendo os filhos deles, aquela coisa toda, e fui fazendo as amizades, e até que chega um momento que eu vou e me insiro, né, por própria curiosidade, pra fazer uso de maconha, e aí a partir da maconha comecei a usar cocaína, e nesse interim todo eu comecei... aí eu conheci a minha esposa, que era minha namorada na época, mas aí eu tive... aí comecei a... é... ficar muito mais... ficou muito mais agravosa né, a minha dependência. Teve assim, química, e num momento eu abandono a maconha e fico só usando cocaína, então aí eu fico um usuário extremamente abusivo, não tinha hora, eu já não me alimentava muito melh... muito bem... Eu cheguei a usar o tempo todo; qualquer grana que vinha eu queria usar o tempo todo, é... só que eu tinha, assim, um... um limite que me segurava é que eu não gostava de tirar nada dentro de casa pra vender na rua pra fazer esse consumo, sabe? Tinha uma coisa que me travava nisso, eu me sentia muito mal, eu conseguia suprimir a minha vontade de usar cocaína, porque eu achava um absurdo ter que tirar uma coisa escondida dentro de casa e vender pra alguém pro preço de banana, com o sofrimento do meu pai, e aí apesar de uma porção de coisas, uma porção de fatores que

me freava nisso, mas assim... eu ficava muito tenso e aí eu me colocava à disposição de pessoas que queriam usar, porque não tinha coragem de ir na favela, e aí eu ia o quê? , na favela, buscar pra essa pessoa, e acabava tarifando essas pessoas com um, pra mim ter o meu, sabe... e aí comecei a ingressar por isso, e aí consigo pa... e aí, aí chega um período que eu tive, assim, algumas... alguns momentos de... de tá limpo, de não usar, mas também não durava muito; aí tinha umas recaídas e perdurava por muitos anos, aí daqui a pouco vinha aquela... aquela consciência de que aquilo não deve mais usar, tô prejudicando minha namorada, que depois se transformou na minha esposa, antes de ter o primeiro filho, e aí nesse momento eu consigo passar no concurso do Correio... aí eu não consig... aí, quando eu passo no concurso do Correio... fora assim, as... as minhas, é... quando eu frequentava as igrejas, em busca da libertação, né, em busca daquela orientação espiritual, a força espiritual pra vencer o desejo do vício, pra vencer aquilo tudo e ficar ali naquele ambiente em questão, e segurando a onda até um certo ponto, daqui a pouco, sabe... descarrilhar, mesmo, de não querer mais, porque toda vez que eu ficava sem usar e quando eu voltava, eu usava com muito mais frequência, com muito mais força, sabe... parecia que era aquele cara com sede que queria beber muita água... e aí eu passo pra prova do Correio, eu entro pro Correio e trabalho normalmente, vou trabalhar normalmente até acontecer... e aí eu continuo o meu uso de drogas e tal; tinha um grupo de amigos lá que também usava; fiz alguns tratamentos pelo Correio, só que não deu muito certo porque eu também não contribuí, né... eu não contribuí também pra que desse certo a terapia, e acaba que chega um momento, chega esse envolvimento todo com essa galera, e essa galera com envolvimento com uma outra galera do lado de fora, que cometia vários crimes a partir de cartão de crédito, e aí você... eu, sem conhecimento assíduo da coisa, que tinha um amigo meu que tinha essa... esse contato direto, né, com essa galera, e eu, tipo assim... não tinha essa informação, mas eu sabia que alguma coisa que tava fazendo, que tava gerando um lucro pra ele, e eu, pelo meu vício, eu acabei contribuindo para que ele, através do meu local de trabalho, conseguisse ter acesso às minhas... às minhas funções que eu exercia ali no Correio, e acabou que eu comecei a receber alguns benefícios dele, sem saber que ele tinha um contato fora, que eu achava que tinha uma suspeita, só que ele não tinha sido claro pra mim, então eu tô tipo fazendo aquele lance, ‘ah, vô me dá bem nisso aqui, uma parada que não vai influenciar muito, e tal, mas não sabia qual a dimensão do problema que eu tava me envolvendo, né, que já tava já com uma investigação gigante que já tava acontecendo nessa quadrilha do lado de fora do Correio, e ele tava ligado diretamente com essa quadrilha, só que eu não sabia até então, e a partir daí que eu sou inserido nessa investigação é quando meu telefone é usado por ele pra fazer uma ligação pra

um dos integrantes dessa quadrilha, que aí acaba que eu caí nessa escuta. Só que todas as minhas ligações e todas minhas paradas era aquela parada de fazer, assim, um rolezinho, sabe, ‘ah, toma isso aqui, me dá aquilo aqui, me dá isso aqui, me dá aqui’... a única coisa que eu poderia responder era um inquérito administrativo... eu responder ‘ Por que você fez isso?’, né, e já que eu já tava com processo também de terapia no Correio, talvez eles iam entender que isso era uma parte da doença, que eu tava fazendo aquilo e talvez uma outra postura, né, uma outra questão, mas enfim... eu não tô aqui pra ficar defendendo, ‘ah, eu, não era pra mim tá preso, não fiz isso’... eu não, eu não tô defendendo a minha inocência; mas assim, é... aconteceu isso e a partir de então meu telefone começou a ser monitorado e tudo o que eu falava, tudo, todas minhas “tretinha” que eu tinha, tava sendo... caiu na escuta da polícia civil, então a polícia civil me jogou junto de toda essa investigação e eu entrei; entrou o outro amigo que você tem o conhecimento de algumas dessa questão e que você... e acabou que foi tudo inserido num pacote só, e... e tava se tratando de uma financeira, né, tava se tratando de uma financeira, e o braço dessa financeira era muito grande, né... estamos falando de banqueiros, de grandes empresários, e acaba que a gente fica como exemplo, ‘bota esses caras como exemplo’, que com todas essas possibilidades, com todas essas provas e fatos... e assim... contribuíram pra gente não ir pra cadeia, mas mesmo assim, passando por cima de tudo isso, em nome, né... da figura da questão de ser a representante de que ‘vocês fizeram igual esses caras aqui’, ou que vocês vão... é tipo assim, um exemplo do Tiradentes: ‘Corta aê, bota na praça pública, e quem passar, ó, quem se levantar dessa forma, o que vai acontecer é isso aqui’ . Então a gente foi usado, é... assim, eu e mais uma galera, assim... eu tinha... não tinha esse envolvimento direto pra ser usado como uma faixa de exemplo pra dizer assim: ‘Ó, esses caras fizeram isso, e se vocês fizerem isso, vai acontecer isso também’. Só que hoje existem várias coisas acontecendo de forma semelhante que não nos mesmos processos, não tão da... não tão nos mesmos tempos de cadeia, sabe? Assim...então você vive, passa por várias estruturas, porque a maioria das quadrilhas que tavam lá fora eram de pessoas pretas, tá entendendo? Eram pessoas pretas, então assim, ‘Pô, uma quadrilha de preto, porra, vamo botá logo na cadeia quem tiver perto deles’. **Então tem eu que sou preto, tem um cara aí que é preto, então assim... o que venceu foi a cor, né, o que venceu foi o racismo estrutural** que fez essa condenação brutal jogando uma condenação de, de... de crime contra a vida, sobre questão de pessoas que nunca cometeram crime, que é... poderiam ser considerado um desvio de conduta ou processo administrativo; tiraram uma etapa, tiraram uma cadeia enorme e até hoje sofre os danos disso. Isso é, assim, um pouco da minha história antes da cadeia, né, esse

processo todo antes de chegar na cadeia, e aí começa essa via crucis pra mim da questão da cadeia, de ser processado, essas coisas toda.”

“No momento da prisão... posso falar? (*A pesquisadora consente com a cabeça*). No momento da prisão, eu chegando do trabalho, assim... aí você vai entender também os traumas que foram implantados a partir desse ato da prisão. Eu chegando do trabalho eu vejo uma operação policial, mega operação policial civil na minha área... ‘Caraca, eu nunca vi uma operação policial desse tipo!’. Eu imaginei, pô, que tinha a questão do gatonet³⁶, a questão das maquininha³⁷, a questão... eu imaginei muitas coisas, só não imaginava que eu era o alvo daquela operação, sabe... pra você ver que o meu pensamento, meu pensamento não tava envolvido diretamente com a questão, porra, com o ato criminoso: ‘Pô, eu fiz isso, posso ser preso, então eu vou ficar mais na atividade’. Eu não tinha essa ideia, eu não tinha esse pensamento que eu ia ser preso a partir daquelas questões que eu tava fazendo ali, que eu tava adiantando um colega, que eu tava envolvido pra poder dar um tequinho³⁸, pra dar uma cheiradinha, tal, eu não tinha essa ideia. Pensei que isso nunca ia acontecer, mas o quê, as polícias estavam ali na minha captura e eu passo por eles e eles nem me vê... quando eu chego dentro de casa do meu pai com a minha esposa - a gente foi fazer a troca de um objeto que a gente tinha comprado perto da casa do meu pai -, foi nesse momento que eu tava saindo, eu, minha esposa e meu filho, se aproxima um policial civil e fala assim: ‘Você é o ...?’ (*O policial fala o nome do entrevistado*). ‘Sou sim, pois não’. Porque também no dia anterior eu tinha saído com alguns... com uma galera, e a gente tava usando muitas drogas e eu perdi minha carteira, os documento, perdi tudo, e eu já ali fiz a associação, achando que alguém pegou a minha carteira, cometeu alguma coisa e os cara tava atrás de mim achando que eu que cometi, e eu tava ali pronto pra explicar que não foi eu, só que já tinha um mandato de prisão, com uma foto enorme, e aí ele falou assim: ‘Você tá preso, vagabundo!’. E assim... minha esposa, meu filho e meu pai atrás, e aí me algemou, já de forma, assim, bem truculenta; meu filho saiu correndo desesperado, voltou pra casa do meu pai, chorando, se encolheu todo lá no sofá, segundo relato da minha mãe, e assim... a partir daí eles me fizeram caminhar, aquela coisa dentro da escravidão mesmo; me algemaram, e eles desfilaram comigo algemado mais de 250 metros de distância do carro... tava lá, e me fizeram andar até o carro, tipo assim, me mostrando como um escravo, como um fujão, tipo aquela conotação mesmo da escravidão.

³⁶ No Rio de Janeiro, o neologismo “gatonet” se refere à recepção não autorizada do sinal de televisão por assinatura.

³⁷ O entrevistado se refere às máquinas caça-níqueis, proibidas na legislação municipal.

³⁸ Gíria utilizada para designer o ato de cheirar cocaína.

Me fizeram andar na minha comunidade, me exporam, me algemaram, me puxando pela algema, pra mim entrar no carro e me levar preso. Então, assim, eu não tenho outra ideia a não ser aí justamente essa questão da estrutura, é... no momento da sentença a juíza fala: ‘Vai ficar preso mesmo na gaiola’, sabe, ‘Você vai ficar preso na gaiola mesmo’ ... que o próprio acusado fala assim: ‘Pô, eu não conheço esse rapaz (*Acerca do próprio entrevistado*), esse rapaz não tem nada a ver com a nossa quadrilha, eu só conheço esse, esse, esse aqui...’ ... um dos que eram considerados um dos chefes da quadrilha, e a juíza fala: ‘Eu não quero saber, você tá falando isso pra proteger ele, e ele vai ficar na gaiola sim!’. Então tipo assim, pô, é um animal, você é um animal, você é, assim... é aquela ação da... é... de... de zoológico, aquela conotação de zoológico, você é um bicho, você vai ficar na gaiola, sabe... é a mesma configuração, e assim... fazendo, assim, é... tendo uma comparação, assim... eu não concordo com a configuração de zoológico, também vejo que é uma prisão, que tira a liberdade dos animais, mas eles ali dentro daquela prisão ali, eles são muito melhores tratados, são muito mais tratados, isso... mostra ali o Galpão da Quinta³⁹ onde eu fiquei, no período da minha prisão ali, e um zoológico: enquanto o elefante tava se esbanjando de água, a gente não tinha água, pô, tá entendendo? Enquanto os animais tão sendo bem tratado com quilos e quilos de carne, só vinha carne podre pra gente, só vinha comida estragada, assim... então, assim, você coloca um peso e uma medida, você cria, assim, um absurdo, uma lógica perversa, brutal, mesmo. Então eu hoje mudo até um pouco essa nomenclatura de egresso do sistema prisional, mas eu agora eu me reconheço não só como egresso entendimento externo, mas como, **sobrevivente desse sistema.**”

Silêncio.

Paula: Quando você fala da nomenclatura, é... o quê que você tá mudando, o uso dessa nomenclatura, né? Como que você fala?

Cristiano: “É, sabe, assim... quando a gente fala egresso, parece que a gente tá ass...pô, correndo, assim, numa... numa conjuntura política certa, ‘Ah, tipo assim, o cara é egresso do sistema prisional...’. Quando fala de egresso eu lembro de ressocialização, eu lembro que o

³⁹ Presídio Evaristo de Moraes, localizado em São Cristóvão, Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro. Chamado de Galpão da Quinta da Boa Vista, pelo fato de ser originalmente um galpão da Secretaria de Transportes e Obras do Estado do Rio de Janeiro, localizado próximo à Quinta da Boa Vista, parque municipal.

Estado tá me ajudando, eu lembro que o Estado tá fazendo algo por mim; cara, grande mentira! Quando se fala de egresso, tá falando de uma porção de políticas que teriam que vim junto com essa nomenclatura de egresso, de egresso do sistema prisional: eu tenho um acolhimento, um atendimento, um acompanhamento, eu tenho oportunidade de emprego, eu tenho isso, eu tenho aquilo... não tem nada disso! Então não é egresso, você é sobrevivente, você conseguiu sair com vida daquele local, porque aquilo ali é proposto pra morte, aquilo ali não é proposto pra você sair, ter uma ressocialização, como se é falado, justamente aquela piada que a SEAP⁴⁰ coloca, né? Ali é, é... ‘Ressocializar pro Futuro Conquistar’, né? É, assim... é uma piada de mau gosto aquilo ali, então assim... a gente tenta mudar essa nomenclatura pra justamente entend... falar o recado pro Estado, é... Egresso não existe, existe sobrevivente, vocês não fazem nada, não têm uma política que acompanha, não têm uma política, boas práticas, não têm nada que possa fazer, assim, ó: ‘Vocês vão sair daqui...’. Mal a gente sabe onde vai assinar quando a gente sai, mal você sabe onde tem que ir pra você, é... é... seguir os padrões, né, da Justiça... pra você assinar, se apresentar; você mal sai com isso, mal sai com isso, tá entendendo? Não tem que se falar em egresso.”

Paula: *(Em tom de pergunta):* É sobrevivente.

Cristiano: *(Confirmando):* “Sobrevivente.”

Paula: *(Em tom de pergunta):* Essa é a palavra. *(Entrevistado assente com a cabeça.)*

...

Voltando agora pra essas duas fotos, tem mais alguma coisa que você gostaria de falar?

Cristiano: “Assim, é... eu volto pra essa foto aqui onde o meu corpo tá aqui entre essas grades, é... quando eu olho esse corredor aqui, é... eu vejo esse corredor, assim, como uma possibilidade de caminhar, sabe?... de chegar em um outro... um outro lugar, é... quando eu vejo esse espaço, ess... essa reta, e algumas luzes acesas, eu tipo assim, eu olho esse caminho com muitos lugares escuros que eu vou ter que passar também, mas eu vejo alguns lugares que vão me trazer luz, também, que vão me trazer, é... claridade... que vão me falar assim: ‘Cara, continua por aqui, andando por aqui, que é assim... é só você olhar e ver onde o seu corpo estava, sabe, assim... no mesmo corredor que eu tenho oportunidade de caminhar, é o

⁴⁰ SEAP: Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Rio de Janeiro.

corredor que eu tenho o lugar (*Ininteligível*) pra olhar e ver, assim... ‘Olha só, esse... esse lugar aqui não tem como deixar, assim... de tá presente na tua caminhada’. Então assim, essa foto pra mim se entrega muitas informações, assim, sobre caminhar... do lugar que você está e do lugar que você pode chegar; o lugar também que você não pode chegar, tá entendendo?... o lugar que você pode atravessar entre luz e escuridão, e assim... que você vai ter que lidar com isso o tempo todo.”

Paula: É... eu emociono. (*Lacrimaja*)

Cristiano: “Fica à vontade, eu já chorei muito, também. (*O entrevistado sorri, empático.*) Já chorei, assim... hoje eu não tô insensível, mas assim... eu choro muito. Uma coisa que despertou em mim também, assim..., relatos... às vezes eu tô ouvindo relatos, às vezes eu tô vendo um filme, eu já ti... eu já tinha, assim, essa... essa tendência, mas hoje eu, às vezes, eu vejo um filme que me fala sobre mim, fala sobre, assim... *Impuros* é uma minissérie da... da... que tá passando na Globoplay... eu pude... pude acompanhar, né... um colega fez uma assinatura família, e aí ficou sobrando uma assinaturazinha, e aí ele falou: ‘Pô vou te presentear, cara, eu vou te dar essa assinatura’. Então eu consigo acessar algumas séries da Globoplay através dele, e aí eu vi *Impuros*, que no final do filme tá falando da década de 90, sobre aquela questão da... do... daquela... daquele levante do Comando⁴¹, daquela coisa toda, do tráfico ali na Ilha do Governador, no Dendê⁴²; aquela coisa toda começou a ter uma grande influência no tráfico de drogas, se estender pro lado internacional, começar a ser os grandes fornecedores do Rio de Janeiro, aquela coisa toda... No final desse... dessa minissérie, é... as cenas se passam em Neves⁴³, aonde eu fiquei um ano e pouco; fiquei um ano e seis meses em Neves... um ano e sete meses em Neves. Sabe, um lugar medieval, cara, é... assim... quando mostrou a primeira cena, quando mostrou só a primeira grade eu já sabia onde era, eu já sabia onde era, sabe... eu falei assim: ‘Cara, tá em Neves, quê isso!’’. E aquela mídia já me trouxe uma comoção, já fiquei, já, lembran... aí já me veio, já, aquela enxurrada de lembranças... falei assim: ‘Caraca!’... aí já veio a lágrima e tal; aí minha esposa também tava acompanhando essa minissérie, só que eu tava em outro ambiente, tava fazendo um outro trabalho, e ela liga pra mim chorando: ‘Pô, você não acredita!’ - aí eu não tinha falado que eu já tinha visto tudo

⁴¹ Comando Vermelho, facção criminosa do Rio de Janeiro, atualmente ligada ao tráfico de drogas.

⁴² Morro do Dendê: complexo de favelas na zona norte do município do Rio de Janeiro, localizado na parte central da Ilha do Governador e terceira maior favela carioca.

⁴³ Penitenciária Dr. Serrano Neves, localizada no Complexo de Bangu.

–; ela falou: ‘Pô, o final do *Impuros* é em Neves, eu chorei muito’. Eu falei: ‘Cara, eu vi’ ; ela falou: ‘Porra, quando eu entrei, quando eu vi ali, eu conheci’. Então assim, cara... foi assim no começo da fala, né, então assim... essa presença prisional, ela é, assim... vai ser um fantasma muitas das vezes, mas também vai ser muito concreta muitas das vezes, entendeu? Vai ser muito presente, não vai ser só um fantasma... mas vai ser muito concreta em muitos momentos.”

Paula: A minissérie chama “Impuros”?

Cristiano: “Impuros”.

Paula: Vou procurar.

Cristiano: “É, pode ver, é assim... traz uma...”

Paula: *(Em tom de confirmação)* Brasileira, obviamente.

Cristiano: “É, brasileiro, e... e traz, assim, essas informação... como o cara foi inserido no tráfico, a partir de uma revolta, tal... não vou fazer o spoiler por aqui pra você, entendeu, mas assim, muito interessante! Aí você vai ter a oportunidade de ver Neves por dentro.”

Paula: É, não conheço...

Cristiano: “É.”

Paula: E essa imagem, a foto 2?

Cristiano: “É, essa essa foto aqui, quando eu tô sentado lá no auditório, se... se eu não me engano, isso aqui é lá na CAARJ... na CAARJ, e aí nessa mesa tava sentado só egresso... sobrevivente, melhor dizendo, né? É... e era assim, eu olhava pro lado e via pessoas que sobreviveram também nesse sistema, e que tinha muita coisa pra dizer, pessoas que estavam, sabe, com a potencialidade totalmente fragmentada e, ali, a gente sentado ali, tinha um público...inclusive, né, você estava lá (*Sorri pra pesquisadora*). Assim, e foi assim, grandioso, porque tava olhando você e outros atores que desde o momento que a gente propõe

aí de tá nesses espaços, né, de poder falar sobre isso que eu pra você, que é libertador pra gente, assim ...é uma... é... e... além de ser político, um ato político, né, tá sentado nesse espaço. Imagina só, cara, o cara que um dia desses tava sentado numa pedra de comarca⁴⁴, né, num ambiente fétido, né, sujo, é... contaminado de cadeia... o cara sentado num local que provavelmente outras pessoas de grande relevância social, né, sentaram ali, discutiram assuntos (*Ininteligível*), inúmeros assuntos ali, e a gente falando sobre sistema prisional a partir da nossa ótica, a partir da nossa vivência, e pessoas que poderiam tá ali, nem aí pra gente, se propor a sentar ali e ouvir; assim, foi um momento muito emocionante também, também me emocionei muito nesse... nesse espaço, porque eu olhava pra todo mundo... ‘Cara, acho que tem gente ainda que acredita na gente, cara!’... tem gente que ainda, sabe, vai dar condição da gente ser... ser reconhecido como gente, sabe, **ser reconhecido como pessoa**. Tinha... tinha gente lá assim; isso pra gente foi motivador pra gente continuar, aí a partir daí, dessa foto aqui, que eu posso introduzir esse assunto e falar sobre o (*Cita o nome do Coletivo de egressos do qual é membro.*), da proposta do (*Novamente cita o nome do Coletivo de egressos.*). A gente entrou: ‘Não, a gente tem que formar um grupo, a gente tem que fortalecer esse grupo’ , e a partir desse fortalecimento, desses encontros, a gente começa a entrar nesse espaços, a gente começa assim: ‘Pô, como é que você vai pensar, você quando sai de cadeia, você só quer ir voltar pra sua família, cara... viver sua vida pacata se for o caso, sabe... cada um tem a sua história, tem sua trajetória, ah... não ser... não ser mais reconhecido como um cara da cadeia, sabe? Só que, só manter aquele segredo só pra quem sabe; até assim, aonde você tiver controle disso, porque uma hora você não vai ter controle disso, nem tem controle disso... ‘Assim, eu só quero ficar na minha, sabe, eu não quero nada’... e de repente a gente conseguir organizar um grupo de pessoas que tão pensando assim, ‘Cara, pô, o Estado tá violando demais, cara’. E assim, eles chamam a gente de violadores, mas eles são os piores violadores de direitos, eles são os piores algozes; eles chamam a gente de marginais, mas o Estado é o próprio marginal, sabe, é o próprio criminoso, e a gente, assim, vamo tentar, vamo discutir sobre isso, vamo falar, vamo montar um grupo de pessoas. Somos estigmatizados, somos sentenciados, somos matáveis, mas vamo propor isso, vamos se colocar e vamo falar sobre nossas dores, vamo se colocar nessa... nessa crucificação diária, né, e vamo tentar, cara, discutir assunto e ocupar esses espaços que as pessoas estão falando sobre nós, e... e a gente não tá falando nada; tão contando a nossa história, e a gente nem... não sabe de nada, não tá falando nada, vamo fazer isso! Então a partir disso aí eu me emociono, esse ato político. O (

⁴⁴ Nome dado à cama nas celas, feitas de cimento/alvenaria.

Cita o nome do Coletivo de egressos do qual é membro.) me ajuda também, muito, a lidar com essa questão da pessoa egressa, da... do egresso, né, sistematizando de forma bem simples pra quando a gente falar de egresso, mas assim... lidar com a sobrevivência, né, lidar com essa sobrevivência, discutir a partir dessa sobrevivência, partir também de uma capacidade de entendimento político sobre essa questão toda a partir de uma experiência própria, né, e não tentar se deixar levar. O (*Cita novamente o nome do Coletivo*) me ajuda muito nisso, se colocar, inferiorizar meus espaços e subalternizar meus espaços, e você se colocar num patamar de discussão, de entender que você pode dizer aquilo, você pode falar sobre aquilo, que você pode também dizer e pensar além daquilo, e assim, o (*Cita novamente o nome do Coletivo*) me dá essa... essa oportunidade junto com os outros companheiros que fazem parte desse... desse coletivo, e mulheres, que também trazem o recorte a partir do presídio feminino, que também são experiências totalmente degradantes, é... horríveis, traz tragédias sociais, e assim, a gente consegue organizar o pensamento da favela, o pensamento do favelado, o pensamento das pessoas que são isoladas, que não são bem-vindas; são essas pessoas que são exclusas da sociedade, pessoas que são execradas da sociedade, que são como um lixo, e a gente consegue pegar disso tudo, assim... uma formação política disso e trazer pros espaços que as pessoas discutem pra problematizar, mas com poucas... é... com poucos métodos, mesmo, de atuação, pra que mudem toda essa trajetória, e a gente tá mais nessa pegada, não só de problematizar, não só de ques... de disputa de narrativa, mas sim de atuar e entrar nesse campo a partir da nossa dor, e tentar trazer novos olhares sociais pra tentar desconstruir um pouco desse senso comum, que a cadeia chega ali só os perversos; não, que a cadeia ela é proposta prum grupo de pessoas, a gente traz esse diálogo, que a cadeia ela é proposta prum público-alvo, e a gente tenta, a partir daí, existir, né, dessa narrativa, e de expressar essas questões todas dentro desses espaços que antigamente não era convidativo pra gente, que a gente não tinha condições de estar nesses espaços.”

“Então, assim, quando eu vejo essa foto, eu falo assim: ‘Isso é um avanço, isso é uma conquista, isso é uma vitória, isso é um ato político, isso é muitas coisas significativas pra gente; a gente tá sentado aqui, né (*Mostra a foto*), nessa mesa, nesse microfone, podendo ser ouvido, porque você... já é proposto: ‘Você não tem voz, você não pode ser ouvido, a única coisa que tá sugerida pra você é a punição, a morte, e seja bem-vindo quando quiser voltar’ (*pra cadeia*), tá entendendo? É isso, essa foto me traz isso.”

Paula: Tem alguma pergunta que você gostaria de fazer?

Cristiano: “Uma pergunta?”

Paula: Sobre a pesquisa.

Cristiano: “Não, é... cara, assim... eu acho que a pergunta seria a pesquisa, assim... qual o objetivo dela de incidir em políticas, né? Acho que a pergunta que fica mais marcada é isso, em quê que a partir desses relatos que você vai colher, a partir desse trabalho todo, que é um trabalho muito, é... sensível; um trabalho... um trabalho de escuta. Você tá lidando com as experiências das pessoas, assim: o quê que politicamente esse trabalho, mesmo que não venha, como você falou, não venha contribuir de forma direta pra mim, assim, entre aspas, mas se tiver uma atuação, uma incisão, é... uma política pública, um entendimento, outro disc... uma discussão, em ambientes de elaboração de projeto, de políticas, de leis, eu vou me sentir diretamente beneficiado. Assim, tem essa proposta, é... tem esse objetivo, ou é assim, só uma questão de arquivo, pra quando quiser acessar, um outro acadêmico quiser acessar, quiser ter acesso a essa informação... um outro pesquisador vai ter acesso, ou vai ter uma incidência, uma devolutiva?”

Paula: Bom, assim... em primeiro lugar, a gente nunca sabe a dimensão que um trabalho acadêmico vai tomar, né?

Cristiano: “Sim, hum...”

Paula: Um pouco é a gente que dá o tom, a partir dos objetivos e apresentação em anais, enfim, congressos e tal. Então, um lado é esse que você falou, da Universidade.

Cristiano: “Uhum.”

Paula: Inclusive tem aqui na... os benefícios, né? (*Estou me referindo ao Termo de Livre Consentimento que foi lido conjuntamente com o entrevistado após a explicação sobre a pesquisa e antes da entrevista, e que foi assinado por ele e por mim.*) É, para a Academia, primeiramente, isso é importante, porque a Academia, durante muito tempo, ela... várias pesquisas utilizavam o entrevistado como um objeto de pesquisa.

Cristiano: “Sim, sim.”

Paula: Então o pesquisador vai lá, suga uma informação, escreve uma tese, uma dissertação, e aquele... aquela pessoa desaparece dentro do contexto. Então um dos pontos cruciais da minha pesquisa é trazer o sujeito egresso. Então a fala das pessoas que eu vou entrevistar vai ter... vai ser um elemento central.

Cristiano: “Sim, sim.”

Paula: Então, eu não fico falando sobre a pessoa egressa: é a pessoa egressa quem vai dizer; este é um primeiro diferencial. O segundo diferencial – isso tá no final do meu segundo capítulo -, eu vou dizer justamente sobre isso. Muitas políticas voltadas pro egresso não escutam o egresso.

Cristiano: “É verdade.”

Paula: Não tum egresso que faça parte do corpo de atendimento, né?

Cristiano: “Sim, sim.”

Paula: Então, é... que é também um outro, um outro diferencial que eu proponho discutir, né?

Cristiano: “Sim.”

Paula: O ponto central são as memórias, e a partir das memórias eu vou trazendo...

Cristiano: “Consegue pontuar algumas coisas.”

Paula: Pontuar algumas coisas, né (*Em concordância*)?

Cristiano: “Pô, bacana.”

Paula: Por exemplo, você trouxe memórias, é... de antes, durante e depois (da prisão), mas eu tive que puxar as de antes.

Cristiano: “É...”

Paula: Você só trouxe daqui pra frente...

Cristiano: “Daqui pra lá. É...”

Paula: E isso é um dado muito importante.

Cristiano: “Sim, sim.”

Paula: Né, quer dizer... num trabalho com pessoas egressas do sistema prisional, como que de repente quem tiver ali no atendimento, é... você fala de uma identidade “diluída”, né? Como que essa pessoa que tá fazendo o atendimento da pessoa egressa também... do “sobrevivente”, né, melhor dizendo, também (*poder*) observar isso, é... quem é essa pessoa antes?

Cristiano: “Ah! Justamente, cara.”

Paula: Tentar resgatar isso com ela, porque... foi “diluído”, mas não desapareceu, tá aí.

Cristiano: “É, é verdade.”

Paula: Né? Tá aí. Então, quando você fala da potencialidade, né, que tinha pessoas ali, é... egressos que não foram escutados na sua potencialidade...

Cristiano: “Sim, sim.”

Paula: Que eu acho que esse é um ponto que eu já trouxe, até, no meu texto, que eu tentei falar pra você mais ou menos no início (*Antes de iniciar a entrevista, quando falava sobre a pesquisa e seus objetivos, para o entrevistado*)... que é uma visão sobre a pessoa egressa, muito assim: “Tadinho, coitadinho”...

Cristiano: “É.”

Paula: “Tem que ajudar...” *(Se referindo ao modo como alguns trabalhos com pessoas egressas do cárcere é desenvolvido – o que acaba, novamente, colocando o sujeito na posição de objeto; o objeto da caridade).* Não vê o potencial ali.

Cristiano: “Justamente.”

Paula: E tem um potencial ali.

Cristiano: “Que é produtivo, né?; é produtivo, é...”

Paula: Cada um tem o seu, cada um com o seu potencial; uns vão ter mais, outros vão ter menos; uns vão ter um potencial pra uma coisa, outros vão ter pra outra, mas... um outro ponto que você traz, que eu acho que é super importante, que obviamente a pessoa que sai, ela precisa de dinheiro, né? Mais do que o dinheiro: trabalho... dignidade, né? É... mas você traz uma dimensão psicológica, psíquica muito forte.

Cristiano: “É...”

Paula: Então o programa que vai trabalhar com a pessoa egressa também precisa levar isso em consideração, né?... o apoio, é... porque também a gente vê muitos programas, assim... que ofertam coisas, mas se o sujeito não estiver bem trabalhado psiquicamente, mesmo se der um trabalho pra ele, ele não vai conseguir sustentar.

Cristiano: “Sim.”

Paula: ... e não ficar naquela coisa: “toma aquilo”... é tão bonzinho...

Cristiano: “Isso não funciona.”

Paula: Quer dizer, você continua tratando a pessoa como subalterna...

Cristiano: “Justamente.”

Paula: Que é isso que você tá trazendo: subalterna, incapaz... então, é: como ressaltar, a meu ver, pelo que eu escuto falar e pelos textos que eu estou estudando...é... como olhar para a pessoa egressa de uma maneira positiva...

Cristiano: “Sim, sim.”

Paula: Não positiva de: “Ah, tudo agora vai ser lindo, maravilhoso”... é tipo, olha: ...

Cristiano: “Trabalhar com o real.”

Paula: Tem um ser humano aí.

Cristiano: “É...”

Paula: Tem que escutar, escutar.

Cristiano: “Justamente.”

Paula: Mais do que oferecer, tem que escutar. É o que eu me proponho, e eu já comecei a escrever, eu me proponho fazer, e além disso, é... o quê que eu vou fazer agora: eu vou transcrever tudo isso, passar pro papel, vou tirar algumas... alguns pontos...

Cristiano: “Sim, sim.”

Paula: ... mas eu gostaria que você lesse antes, também.

Cristiano: “Claro, claro.”

Paula: Então eu vou passar pra você...

Cristiano: “Sim, sim.”

Paula: ... que eu quero conversar com meu orientador; não sei como que isso pode ser feito, de você também tá junto dessa... autoria, entendeu?

Cristiano: “Não, tranquilo, assim... eu participei, assim... pra tentar te ajudar também, nisso; eu participei dum... quando a tort... é... a configuração da tortura vai além da questão da prisão, é... de prisioneiros de guerra, né? Assim, a menina faz esse texto e ela faz essa coautoria; a gente vai fazendo essas parada também, só que ela usa uma máquina, uma câmara de vídeo também, até... acho que seria bacana também você fazer isso.”

Paula: Como é que chama?

Cristiano: “É...” (*Não consegue se lembrar*).

Paula: É uma pesquisa?

Cristiano: “É, eu mandei o texto pra você uma vez.”

Paula: Ah! Tá, tá, tá, tá.

Cristiano: “Então, é aquele texto. Eu achava até bacana se você quisesse, se uma hora você quiser fazer uma filmagem também, pra ficar tipo um... assim, cara, eu... assim, eu só não vou expor a minha família, mas assim, você já conhece minha família, mas assim, se você precisar, que grave um vídeo, fale; isso não tem problema nenhum, sabe, não tenho problema nenhum de gravar um vídeo, você fazer umas perguntas que você, é... quiser, e dar a direção pra onde quer ir, porque aí, sabe, pode fazer também, porque elas fizeram esse vídeo, só que arquivaram; fica tipo esse acesso, pra uma memória, pra quando você quiser acessar e tal, enfim, eu não vejo problema.”

Paula: É, eu vou voltar nesse texto, e... que bom que você me lembrou dele, e... outra questão, é... eu... eu não vou te identificar na pesquisa, se você quiser, se não (*quiser*)... E eu gostaria de colocar as fotografias, mas...

Cristiano: “Pode colocar.”

Paula: Mas eu não sei como é que eu vou fazer isso, mas a gente consegue fazer um borrão, enfim, alguma coisa que... que não...

Cristiano: “Assim, eu acho assim, eu acho que se o estudo não vai ter algo assim... que vai trazer um benefício próprio, também não vai trazer um malefício. Se não vai trazer um benefício, também não vai trazer um malefício.”

Paula: É, mas eu acho que pode ser delicado por um aspecto...

Cristiano: “Hum...”

Paula: Não acho que pode trazer malefícios, assim, mas você trouxe uma coisa muito interessante, que é: pra sempre você ser um egresso do sistema prisional.

Cristiano: “Ah, entendi!”

Paula: Aí vem essa fala: “Ah, o egresso do sistema prisional”.

Cristiano: “Um quest... uma questão de internet, né, o que você escreve fica pra sempre.”

Paula: Entende? Então, por exemplo, quando eu fui te apresentar pra Bárbara, eu disse que você é um ativista de Direitos Humanos. Aí tudo tem os dois lados, como você falou, e fica isso pra mim também: eu ter... eu posso revelar esse “segredo” ou eu não posso revelar esse segredo? Até que ponto é positivo eu dizer que é um egresso e até que ponto não é? Pra ela eu tenho certeza que não teria problema nenhum, mas eu... eu digo pra você também, o tempo inteiro ter que ser ...

Cristiano: “Pô, então... vê a melhor forma que você acha que...”

Paula: ...ter que ser chamado disso, de ter que ser chamado de egresso, entendeu? Eu fico pensando se fosse eu, “Ah, a Paula, chama lá a egressa pra poder falar, chama lá a egressa”...

Cristiano: “Ih, toda vez que se referir, te chamar: ‘Aí! Ih, aquele mano pegou uma cadeia’.”

Paula: É, então assim, é... eu acho que na minha opinião, na minha visão...

Cristiano: “Não, eu concordo.”

Paula: ... seria te colocar nesse lugar pra sempre.

Cristiano: “Aí eu concordo.”

Paula: E então eu prefiro não... Mas a imagem é importante, porque você vai tratando das imagens, e quem for ler, né: “Ah, aqui, ele tá falando disso, ah, aqui...”.

Cristiano: “Você pode de repente escurecer um pouquinho só pra tirar um pouco a fisionomia e tal...”

Paula: Não... eu vou te mostrar, eu vou te mostrar também.

Cristiano: “Tá.”

Paula: Eu te retorno. Então é isso, Cristiano, muito obrigada pela sua presença não só física, mas a sua presença, mesmo, de... de ter essa... essa disponibilidade, essa abertura, essa coragem de... de poder falar. Me emociona muito.

Cristiano: “Ih, eu tô aqui também... quase que uma terapia, né? (*Sorri*). Tô com a minha psicóloga preferida, né (*ri*)?”

Paula: (*Também ri*) Então tá bom, muito obrigada...é...

Cristiano: “Isso...é!”

Paula: Vou desligar o áudio, ok?

Cristiano: “Fica à vontade.”

Fim da Entrevista.

6 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO: NAS VEREDAS DA INTERVENÇÃO

A fala de Cristiano é repleta de repetições, para dizer a mesma coisa. Este “vício de linguagem” parece indicar que lhe faltam palavras para explicar exatamente como se sente, precisando repeti-las para dar ênfase àquilo que pretende/deseja comunicar. O universo da linguagem nunca será suficiente para descrever a experiência traumática do cárcere.

Os relatos trazem as memórias vividas pelo sujeito, bem como as memórias não vividas, que lhe foram negadas devido à experiência do aprisionamento, como por exemplo aquelas ligadas à paternidade: ele não pôde guardar a memória da filha aprendendo a andar porque estava preso. Assim, no lugar dos acontecimentos que foi privado de vivenciar, construiu as memórias destas cenas ausentes. Cristiano também aponta para o racismo estrutural no Sistema de Justiça Criminal, presente desde a abordagem da polícia - ao descrever a cena de sua prisão, relata a forma como foi algemado e obrigado a “*desfilar*” na rua de sua comunidade como um “*escravo*”, um “*fujão*” - até a condenação a uma pena muito alta, se comparada à de um homicida, e critica o Sistema de Justiça quando pune mais severamente os crimes contra o patrimônio do que aqueles contra a vida.

Um outro aspecto que também aparece em seu relato é o medo do retorno ao cárcere, o que revela a fragilidade de quem já passou pela malha do sistema penal, bem como um certo sentimento de “*pertença*” ao ambiente prisional, pois parte de sua identidade está ligada à prisão e parte está fora dela, como ele bem descreve a partir da Foto 1: metade do corpo está dentro das grades, metade está fora. Meio “*egresso*”, meio “*cidadão*”. Uma “*cadeia eterna*”.

O testemunho de Cristiano aqui descrito possui grande densidade e complexidade, e não pretendemos esgotar as análises deste material. Longe disso: a cada olhar e leitura será sempre possível aprender e depreender uma diversidade de conceitos e significados, a depender de quem, quando, onde, como e porquê se debruçar sobre o texto. Neste estudo, estamos mais interessados em dar a ver os caminhos percorridos pelas memórias de uma pessoa egressa do sistema prisional.

Com base nos referenciais teóricos previamente utilizados que constituíram o *corpus* para análise dos nossos encaminhamentos no acervo produzido a partir do encontro com esse egresso do sistema penitenciário, destacamos alguns termos e passagens elucidativos utilizados por Cristiano, que foram marcados em negrito no relato e que aqui apresentamos na forma de Quadro Analítico, seguidos de um excerto que os fundamenta, como se segue.

Termo	Excerto	Explicação	Aproximação conceitual	Autor
Etiquetamento	“Mesmo que eu esteja andando, né, em sociedade, eu sempre estou entre um sistema e outro, né, entre um sistema utópico de liberdade e um sistema severo de prisão que acompanha.”	O egresso explicita as condições de vida com marcas indelévels do cárcere, como uma espécie de vida entre a sociedade e a prisão. Sente que as marcas da prisão o acompanharão em sua trajetória após a liberdade objetiva, e que continua em um aprisionamento subjetivo.	Estigma	Goffman
Transitar	“Transitar sobre a cidadania e sobre por ser egresso, é isso, você saber compartilhar esses espaços e saber lidar com ele o tempo todo, porque vai ser meio de forma definitiva.”	O egresso retrata a ambiguidade entre duas possibilidades: a de ser um cidadão, condição que remete à temporalidade anterior à prisão e a de ser ex-presidiário, aspecto objetivo decorrente da prática de um crime com condenação. Nesse sentido, recorre a duas nuances identitárias como fórmulas de enfrentamento para determinadas situações de vida.	Identidade	Hall
Superlotação de corpos	“Dois corpos não podem ocupar o mesmo espaço, mas no ambiente de cadeia esses conceitos às vezes eram derrubados.”	Fica demonstrada na alusão ao espaço que transformações são operadas com o objetivo de produzir corpos retificados e dóceis que redundem em obediência e até mesmo subserviência.	Adestramento e controle	Foucault
Deslocalizado	“A prisão tirou aquela memória que eu tinha.”	Explicitação do estado de estranhamento decorrente de uma longa estadia em uma instituição total, com sequelas como confusão, dúvida e incerteza.	Mortificação do Eu	Goffman
Choque	“Eu vi que eu tava no lugar certo. Então, a prisão, independente dela afetar o corpo, ela afeta diretamente a memória.”	Alusão à vivência de descontinuidade entre a situação intramuros prisionais e a imagem que foi retida antes da prisão. Há um certa estagnação temporal em função da impossibilidade de acompanhar o cotidiano das transformações da cidade.	Ruptura	Freud
Pensamentos dos traumas	“Eu passo em alguns espaços e vejo alguns lugares, algumas	Pensamentos recorrentes que acometem o sujeito, dos quais não consegue se livrar, e que aparecem carregados de	Percepções recorrentes	Freud

	<p>cenas; isso me traz essa memória de pessoas que foram acometidas com doenças gravíssimas cutâneas, né, furúnculos, né, eu via muitos furúnculos, é... pessoas com tuberculose e tossindo e saindo sangue pela boca, pelo nariz; eu fui vendo aquela coisa, pessoas tentando se suicidar, cortando seus pulsos, se enforçar.”</p>	<p>intenso afeto, representados por cenas de dor, sofrimento e violência auto/heteroinfligida.</p>		
Pessoa matável	<p>“A sociedade quer ver: ‘Pô, pra que tá preso? Mata logo, cancela o CPF!’”</p>	<p>A necropolítica se caracteriza por uma política da morte estruturada pelo necropoder, e se baseia na neutralização, segregação, terror e morte direcionados a populações específicas: seres matáveis, vidas precárias, não passíveis de luto.</p>	<p>Necropolítica Vidas precárias</p>	<p>Mbembe Butler</p>
A própria sociedade que cria esse espaço não dá conta desse espaço.	<p>“Você entra nos ambientes, quando você vê a própria polícia você vê, você sente que ela tá bem próxima de você, sabe, porque você não tem como se desvincular dela; porque você já teve uma passagem, porque você já ingressou nesse sistema.”</p>	<p>A ideia de ressocialização é uma falácia do sistema prisional, que acaba reforçando estigmas e aumentando os processos de vulnerabilidade física, social e psicológica, criando meio fértil para a reincidência criminal.</p>	<p>Reincidência</p>	<p>Thompson</p>
Danos psicológicos	<p>“Acabam se tornando pessoas extremamente dependentes de medicamentos</p>	<p>O processo de prisão pelo qual passam as pessoas privadas de liberdade, somado às condições de violência e violação do ambiente</p>	<p>Estranhamento e despersonalização</p>	<p>Farias</p>

	psicotrópicos, fazendo uso abusivo desses medicamentos; tem uns que chegaram até a óbito por um uso abusivo desse medicamento.”	prisional, e atrelado ao afastamento do convívio extramuros, provoca sentimentos de estranhamento e despersonalização. O uso abusivo de psicotrópicos aparece como tentativa de tamponamento do sofrimento.		
Eu fiz isso e isso e consegui suportar por aqui	“Eu também posso destacar algumas coisas também, assim, assim... como é que o ser humano é capaz, nesses ambientes totalmente, é... caóticos, trágicos, conseguir conduzir o outro, dando a mão.”	Onde há poder há resistência. O processo de assujeitamento não é algo irreversível: há saídas possíveis que surgem como uma força criadora, uma contraforça que nasce na adversidade e nela cresce. No ambiente prisional, todos estão “no mesmo barco”. Em meio ao caos, brota solidariedade, criação, arte, construção de laços e afetos.	Resistência como dobra de memória	Foucault
Estigmatizado	“Um cara que não pode ser confiável é um cara que você não pode dar muitas, assim, condições, porque ele é um cara que pode cometer um crime a qualquer momento, e vive assim, caminhando na linha da suspeita.”	O estigma é uma marca. A pessoa egressa é carregada de estigma por ter sido presa, por ter cometido um crime. A sociedade a estigmatiza, e o próprio sujeito se estigmatiza. O egresso tem a sensação de estar sempre em suspeição; a sociedade não confia no egresso pelo fato de ele já ter sido preso e cometido um crime.	Sequelas subjetivas e vestígios da prisionização	Thompson Goffman
Eu preciso confiar em mim?	“Será assim, como egresso eu posso me colocar à disposição das pessoas confiarem em mim, ou me coloco na minha posição e deixo as pessoas entender o que eu sou.”	O egresso tem consciência de que a passagem pela prisão marcará sua vida e, de certo modo, dificultará seus projetos, pelo fato de ele não poder se livrar da condição de suspeito. Além dessa conscientização, reconhece os prejuízos devidos às sequelas relativas à mortificação do Eu.	Ambiguidade e conscientização de aspectos subjetivos	Goffman
Mas eu transito sobre isso	“Ou me coloco aqui como egresso; eu sou egresso, cara,	Ser egresso é estar à deriva, transitando entre ser cidadão e ser ex-preso. Essa oscilação faz parte de um trabalho de	Estar à deriva	Farias

	sabe... eu também não posso ficar querendo gritar, não posso querer também ficar exigindo muito.”	(re) construção de identidades pelo qual esses sujeitos passam quando do encontro com a liberdade. O estigma produz a ambiguidade entre o ser <i>cidadão</i> e o ser <i>egresso</i> do sistema prisional, A categoria “egresso” vem separada da categoria “cidadão”, sendo o egresso aquele que está localizado fora do âmbito da cidadania.		
A cadeia esparramou, e assim, até hoje eu tenho que ficar juntando pedaços.	“Então ela vai diluindo e eu vejo que eu não vou dar conta, então assim, ela... ela esparrama isso, sabe, ela... ela... sabe, fica volúvel, ela... assim, eu não posso, assim... antigamente eu trazia essa ideia: ‘Não, cara, eu vou porque eu sei que eu vou conseguir aí’, antes da cadeia; ‘ Eu vou fazer isso’, mas agora, com isso, com essa marca, eu vejo que, assim, ela se dilui.”	O aprisionamento produz “docilização de corpos” e homogeneização das diferenças, objetivando maior controle dos internos e trazendo consequências para a percepção de suas identidades, que são percebidas como despedaçadas.	Homogeneização e aplainamento das diferenças	Foucault
então tem eu que sou preto, tem um cara aí que é preto, então assim, o que venceu foi a cor, né, o que venceu foi o racismo estrutural	“[...] desfilaram comigo algemado mais de 250 metros de distância do carro, tava lá, e me fizeram andar até o carro, tipo assim, me mostrando como um escravo, como um fujão, tipo aquela conotação mesmo da escravidão.”	Divisão da sociedade e dos seus privilégios baseada em critérios de raça, produzindo efeitos segregadores e discriminatórios. O racismo é estruturante na sociedade brasileira e fica muito evidente no contexto da política criminal e penal, em que a maioria da população penalizada é negra.	Racismo estrutural	Mbembe Fanon Foucault
Perfil do agressivo	“Porque você passou na cadeia, e aí, agora,	Estigma carregado pelo egresso pelo fato de ter cometido um crime e ter sido	Prolongamento do estado de prisão	Thompson

	‘Você tá fazendo isso porque tu passou na cadeia;’ ‘Se você tá indo por esse caminho é porque tu passou na cadeia.’	preso. Qualquer atitude do sujeito será interpretada à luz deste estigma.		
Sobrevivente desse sistema	“Então, não é egresso, você é sobrevivente, você conseguiu sair com vida daquele local, porque aquilo ali é proposto pra morte, aquilo ali não é proposto pra você sair, ter uma ressocialização.”	O sobrevivente concentra várias condições: a) ter atravessado uma situação extrema de morte; b) ser testemunha do fim de outras pessoas; c) ter condições e suporte para resistir às intempéries de uma circunstância extrema e d) estar ciente de que alguns não tiveram o mesmo destino da sobrevivência, ou seja, pereceram.	Sobrevivente	Canetti
Ser reconhecido como pessoa	“Como é que você vai pensar; você quando sai da cadeia, você só quer ir voltar pra sua família, cara... viver sua vida pacata se for o caso, sabe? Cada um tem a sua história, tem sua trajetória, ah não, se não ser mais reconhecido como um cara da cadeia, sabe? Só que, só manter aquele segredo só pra quem sabe; até assim, aonde você tiver controle disso.”	A sujeição é também uma possibilidade de se tornar sujeito. O sujeito egresso precisa se (re)inventar quanto ao lugar onde se encontra: ser ex-presidiário é uma condição a um só tempo objetiva e subjetiva, mas existem outras identidades possíveis a ser retomadas e criadas.	Possibilidade de elaboração decorrente da sujeição	Butler

A inscrição do relato de Cristiano no campo do testemunho reforça a dimensão ético-política desta ação, como um “dever de memória radical”, e passa a ser visto para além da vocalização de memórias de uma pessoa que esteve presa, expandindo para uma contribuição histórica de uma memória que é individual, mas também coletiva, visto que os modos de punição no nosso país seguem sendo os mesmos, ainda que os métodos se modifiquem, ou seja: as experiências prisionais e os efeitos destas sobre as pessoas “livres” remontam a dor e

sofrimento físico e psíquico que extrapolam a privação do direito à liberdade. Apesar de inúmeras reportagens em diversas mídias sobre os horrores das prisões no Brasil, o Estado não consegue reverter as situações de superlotação, de tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes e barbaridades que imperam no sistema prisional. Há, por parte da população, uma condescendência com as dores e sofrimentos impostos a estas pessoas, pois, como “bandidos”, devem merecer tal sorte.

O encontro com Cristiano ultrapassou o relato sobre suas memórias, produzindo um verdadeiro testemunho das experiências que vivenciou estando preso e na qualidade de egresso. Seu testemunho não será igual ao de qualquer outra pessoa egressa, ainda que pudessem ser escutados todos os companheiros de cela com os quais conviveu e compartilhou momentos e cenas descritos neste texto. Cada um que conta sua história o faz a seu modo, tecendo uma história que já não é mais aquela vivida, mas outra, impregnada de memórias e afetos, que surgem a partir da singularidade e subjetividade de cada pessoa. O caráter de singularidade deste texto aponta para o fato de que não existe um egresso do sistema prisional, mas egressos – ou, segundo Cristiano, *sobreviventes* - que fazem, cada um à sua maneira, a partir das experiências prisionais, construções originais para lidar com a falta de oportunidades sociais, os traumas, o estigma. Este texto vem, portanto, reforçar o caráter singular da experiência prisional, ainda que, sendo vivenciada por muitos, produza efeitos semelhantes neste grupo. Cada sujeito modela a sua verdade enquanto busca refazer este passado, revelando suas memórias perante si ou outrem, numa espécie de elaboração acerca dos fatos vividos no cárcere.

6.1 Sobre viver: sobreviver, sobras, viver!

Pela primeira vez, então, nos demos conta de que a nossa língua não tem palavras para expressar esta ofensa, a aniquilação de um homem. Num instante, por uma intuição quase profética, a realidade nos foi revelada: chegamos ao fundo. Condição humana mais miserável não existe, não dá pra imaginar. Nada mais é nosso: tiraram-nos as roupas, os sapatos, até os cabelos; se falarmos, não nos escutarão - e, se nos escutarem, não nos compreenderão. Roubarão também o nosso nome, e, se quisermos mantê-lo, deveremos encontrar dentro de nós a força para tanto, para que, além do nome, sobre alguma coisa de nós, do que éramos. [...] Imagine-se, agora, um homem privado não apenas dos seres queridos, mas de sua casa, seus hábitos, sua roupa, tudo, enfim, rigorosamente tudo que possuía; ele será um ser vazio, reduzido a puro sofrimento e carência, esquecido de dignidade e discernimento - pois quem perde tudo, muitas vezes perde também a si mesmo; transformado em algo tão miserável, que facilmente se decidirá sobre sua vida e sua morte, sem qualquer sentimento de afinidade humana, na melhor das hipóteses considerando puros critérios de conveniência. Ficará

claro, então, o duplo significado da expressão "Campo de extermínio", bem como o que desejo expressar quando digo: chegar no fundo. (LEVI, P. 1988, p. 24-25)

O relato de Cristiano é marcado por diversos elementos que poderiam ser analisados pela Linguística, no campo da Análise do Discurso, pela Psicanálise, Sociologia, enfim, várias áreas do saber, das quais poderíamos nos valer para captar interessantes perspectivas sobre o fenômeno deste testemunho, por meio do rico conteúdo transcrito ao longo de mais de trinta páginas. Partindo do pressuposto de que o testemunho não é para ser analisado, e sim reconhecido, o conteúdo integral das falas foi respeitado e transferido para este espaço, para que esteja sempre vivo, em sua integralidade, e para que se reafirme o seu caráter de verdade, endereçado primeiramente a mim, pesquisadora, e, de maneira indireta, ao meu orientador de pesquisa, Francisco - e, por conseguinte, a todas as pessoas que a ele tiverem acesso. Neste movimento de atualização do discurso, o testemunho mantém sua marca atemporal, ainda que, de outras formas, Cristiano pudesse novamente se referir ao seu passado prisional e ao seu presente consequente deste período.

Tendo sido desenvolvidos, ao longo deste estudo, outros aspectos teóricos, iremos agora nos deter em um ponto particular, e que nos chamou muita atenção no relato: o surgimento de um novo sentido para a categoria “egresso”, definida por ele mesmo como “sobrevivente” do cárcere, lugar de onde se consegue “sair com vida”, sendo “proposto para a morte”. A seguir, um trecho de seu discurso (p. 82):

[...] quando a gente fala egresso, parece que a gente tá ass...pô, correndo assim, numa... numa conjuntura política certa, ‘Ah, tipo assim, o cara é egresso do sistema prisional!’. Quando fala de egresso eu lembro de ressocialização, eu lembro que o Estado tá me ajudando, eu lembro que o Estado tá fazendo algo por mim; cara, grande mentira! Quando se fala de egresso, tá falando de uma porção de políticas que teriam que vim junto com essa nomenclatura de egresso, de egresso do sistema prisional: eu tenho um acolhimento, um atendimento, um acompanhamento, eu tenho oportunidade de emprego, eu tenho isso, eu tenho aquilo... (*mas*) não tem nada disso! Então não é egresso, você é **sobrevivente**, você conseguiu sair com vida daquele local, porque aquilo ali é proposto pra morte, aquilo ali não é proposto pra você sair, ter uma ressocialização, como se é falado [...]

A sobrevivência no cárcere significa a superação de situações de morte eminentes. No Brasil, pessoas privadas de liberdade possuem maiores chances de adquirir doenças a

exemplo da tuberculose, sífilis e HIV⁴⁵, como também de ser alvo de massacres, como os recentes exemplos de Manaus, Rio Grande do Norte e Roraima⁴⁶.

Devido às situações degradantes vivenciadas no ambiente prisional, o egresso que dele sai com vida, não sucumbindo ao perecimento do corpo. Se a prisão mortifica o eu, o egresso que é capaz de se “refazer”, se retificar e reconstruir suas subjetividades também sobrevive ao perecimento da alma, sobrepujando as situações psicológicas de desumanização. Se a prisão é destinada a neutralizar grupos considerados perigosos, segregar seus membros mais disruptivos, isto significa que o egresso também sobrevive a um projeto de poder. Ou seja, aqui falamos de uma sobrevivência real e também simbólica. Num país em que as mortes violentas de homens negros (especialmente os jovens⁴⁷) é crescente, e num Estado onde os homicídios pela polícia vêm alcançando recordes, um homem, negro, periférico, vivo aos 46 anos na cidade do Rio de Janeiro, egresso do sistema prisional, certamente pode ser considerado um sobrevivente.

A fala de Cristiano se refere ao caráter ético do sentido da palavra “egresso”: aquele que deixa a instituição prisão, que esteve custodiado pelo estado e que, portanto, nos termos da Lei (LEP, 1984), possui o direito às garantias de assistência social, material, de trabalho, etc. Assim, o sujeito egresso, idealmente, seria aquele que, enquanto impedido do direito de ir

⁴⁵ INFOPEN (2014, p. 55) Segundo dados do Portal da Saúde, pessoas privadas de liberdade têm, em média, uma chance 28 vezes maior do que a população em geral de contrair tuberculose. De acordo com o Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde, estima-se aproximadamente 734 mil pessoas vivendo com HIV/aids em 2014, o que corresponde a uma taxa de prevalência de 0,4%. Ou seja, de cada 100 habitantes, 0,4 vivem com HIV/aids. De acordo com os dados informados sobre as pessoas privadas de liberdade com agravos transmissíveis em 31/12/2014, pode-se estimar as seguintes taxas de prevalência no sistema prisional: os dados nos permitem afirmar que, a cada 100 pessoas presas em dezembro de 2014, 1,3 viviam com HIV. Da mesma forma, 0,5% da população prisional vivia com sífilis, 0,6% com hepatite, 0,9% com tuberculose e 0,5% com outras doenças.

Disponível em: http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/infopen_dez14.pdf. Acessado em: 17 de fevereiro de 2020.

⁴⁶ <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2019/06/04/40percent-dos-mortos-em-massacres-em-manaus-eram-presos-provisorios-diz-governo-do-amazonas.ghtml>
<http://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2017/01/rebeliao-mais-violenta-da-historia-do-rn-tem-27-mortos-diz-governo.html>
<http://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2017/01/mais-de-30-presos-sao-mortos-na-penitenciaria-de-roraima-diz-sejuc.html>

Massacres nos presídios de Manaus, Rio Grande do Norte e Roraima. Fonte: G1. Acessado em: 17 de fevereiro de 2020.

⁴⁷ Em 2017, 75,5% das vítimas de homicídios foram indivíduos negros (definidos aqui como a soma de indivíduos pretos ou pardos, segundo a classificação do IBGE, utilizada também pelo SIM), sendo que a taxa de homicídios por 100 mil negros foi de 43,1, ao passo que a taxa de não negros (brancos, amarelos e indígenas) foi de 16,0. Ou seja, proporcionalmente às respectivas populações, para cada indivíduo não negro que sofreu homicídio em 2017, aproximadamente 2,7 negros foram mortos (Atlas da Violência, 2019, p. 49). Disponível em:

http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf. Acessado em: 18 de fevereiro de 2020.

e vir, manteve, na prisão os outros direitos garantidos e, ao retomar a liberdade, será apoiado no retorno à vida social fora dos muros. Contudo, estas garantias acabam não se concretizando na experiência real, o que leva Cristiano a destituir o sentido ético da palavra egresso, referindo-se a si mesmo como aquele que, apesar de ter seus direitos violados, contrariou o “projeto genocida” do Estado e as expectativas de reingresso ao sistema prisional, já que hoje trabalha e participa de um Coletivo de pessoas egressas do cárcere, podendo ser considerado, assim, um *sobrevivente*. O sobrevivente, em Canetti, mata seu inimigo e, por isso, escapa com vida. Na luta pela vida digna pós-cárcere, o egresso “mata” o projeto necropolítico de poder que reserva aos “indesejáveis” a morte, os restos, os dejetos. O Coletivo de egressos ao qual Cristiano pertence utiliza um termo para se referir a esta vitória sobre o “Sistema”: “Nós somos a **ferrugem**”- a ferrugem que atinge as engrenagens da política estatal, aquelas que se movimentam no sentido de produzir mais exclusão. Encarnando a “ferrugem” ou “o ponto fora da curva”, como também costumam se referir a si mesmos, estes sujeitos provocam algum “enguiço” nesta “máquina de moer gente”, contrariando as expectativas do cálculo matemático dos 70, 80% de reincidência e fazendo operar seu desejo de criação e reconstrução – um ponto de inflexão na curva descendente. Ao que o Sistema tentou “matar” existe a possibilidade de se responder com “vida”, e sobreviver ganha um novo sentido, não apenas o de superação da morte, mas o de construção da vida: nesse sentido, falamos sobre viver!

7 CONSIDERAÇÕES

Pensar a memória social do cárcere consiste, primeiramente, em romper com o silêncio e o esquecimento produzidos, do lado de fora e no interior, dos imensos e sólidos muros das prisões, dando visibilidade e voz aos sujeitos privados de liberdade. É necessário também ultrapassar os limites invisíveis do senso comum e preconceitos, produzidos e reproduzidos coletivamente no âmbito da sociedade, buscando estranhar, desnaturalizar e criar novos conceitos. Em um segundo momento, consiste em compreender a prisão como instituição social no âmbito da estrutura da sociedade capitalista, considerando a memória social como uma construção do homem realizada pelo homem, a partir de suas condições de vida em sociedade e no contexto das relações sociais. (FACEIRA, 2016, p. 342)

A perspectiva de criação de projetos de futuro pelos egressos do cárcere não passa pelos dispositivos ofertados pelo sistema, mas pela criação de novos dispositivos de rememoração e ressignificação do que foi vivido intramuros, como também pelas reflexões sobre o passado anterior ao cárcere e as projeções para a vida futura. Nisto a Memória Social pode oferecer grande contribuição, na medida em que acena com a possibilidade de novos enquadramentos.

Nesse sentido, o trabalho com memórias de egressos do sistema prisional é um ato ético-político, pois dá a conhecer o que fica “escondido” por trás dos muros, desenhando os contornos não preenchidos de uma sociedade excluída. No processo de rememoração as lembranças, ao contrário de propor o apagamento das experiências vividas no cárcere, retomam-nas no sentido de (re)criar outras tantas, abrindo caminho para novas subjetividades e identidades e iluminando as trilhas para o futuro.

Propor estratégias para ampliação das memórias de egressos do sistema prisional é apostar na possibilidade de (re)invenção e (re)criação destes sujeitos, como na ampliação de suas escolhas de vida, deslocando e reenquadrando a moldura do retrato do “bandido” - tirado assim que se dá entrada no sistema prisional - para alcançar outras molduras possíveis, que podem se traduzir em novas *gestalts* na reconstrução de paradigmas e direcionamentos de suas vidas presentes e futuras. Para tanto, algumas interrogações são necessárias: quem são estas pessoas, para além de serem sobreviventes do cárcere? Quem eram antes? O que são hoje? O que pretendem ser depois? A proposta deste trabalho com pessoas que já passaram pela experiência da prisão, longe de homogeneizá-las em um “pacote de egressos”, pretende contribuir para o reconhecimento das singularidades como novas possibilidades de vida, num processo microinventivo e restaurativo das subjetividades modificadas pelas forças, estas sim homogeneizadoras, do poder. Este compromisso com os egressos se configura como um

exercício de liberdade.

Desta maneira, o presente trabalho propõe uma reflexão sobre a importância da atenção direcionada aos egressos do sistema prisional, considerando a possibilidade de produção de subjetividades que possam propiciar o descolamento das identificações com o cárcere e o assujeitamento, num processo de micropolítica inventiva, capaz de oferecer meios de trabalhar a singularização. Se o egresso do sistema prisional, ao ganhar a liberdade, se sentirá livre de fato, sem as amarras que o definem como “estigmatizado”, isso depende, em grande medida, de cada sujeito e de suas condições biopsicossociais, mas também da sociedade da qual faz parte, bem como da existência de políticas públicas que ofereçam apoio material, social e atenção psicológica. Existem situações na vida em que o sujeito se encontra num determinado ritmo e algo o faz mudar de direção - como um tropeço, uma alegria, alguma coisa que represente um divisor de águas, provocando uma mudança de sentido e de rumo: o *ponto de inflexão* seria, assim, o momento de “virada” da vivência no âmbito social.

Tomemos o exemplo do trabalho desenvolvido pelas Clínicas do Testemunho - uma política pública de atenção psicológica às vítimas de violência do Estado no período ditatorial, que surge pela percepção da necessidade de uma reparação psíquica para estas pessoas, considerando que os efeitos das violências se perpetuam no tempo. O fato de ser uma política pública ainda exige, de certa maneira, um reconhecimento, por parte do Estado, dos atos abusivos cometidos por seus agentes. “A reparação apenas financeira e moral deixa uma fissura no campo psicológico que precisa ser abordada por meio de uma política pública de qualidade. A atenção psíquica às vítimas da violência do Estado brasileiro é, portanto, necessária na busca por uma reparação integral.” (Ministério da Justiça, 2016)⁴⁸

Trazendo a discussão para o campo prático, parecer ser muito importante que, em programas voltados ao atendimento da pessoa egressa do cárcere, seja considerada e abordada

⁴⁸ Foi para aprofundar a Política Nacional de Promoção da Justiça de Transição e da Anistia Política que surgiu o Projeto Clínicas do Testemunho da Comissão de Anistia, que seleciona, por meio de Chamada Pública, projetos da sociedade civil para promoção de uma reparação simbólica, por meio de atenção psíquica a pessoas afetadas direta e indiretamente pela violência de Estado, ajudando a enfrentar os legados da ditadura. O projeto tem por objetivo a implementação de dispositivos e núcleos de apoio e atenção psicológica aos indivíduos, famílias e grupos afetados pela violência praticada por agentes do Estado entre 1946 e 1988. No âmbito do projeto, os atendidos podem falar de suas vivências por intermédio de escutas realizadas por uma equipe capacitada, com uma metodologia apropriada para lidar com traumas advindos da violência de Estado. A atenção psicológica gera também benefícios indiretos. Ao facilitar que experiências de violações sejam relatadas em um contexto clínico, o projeto permite levar, talvez pela primeira vez, conteúdos traumáticos da ordem do excesso psíquico à esfera do testemunho. Consolida, desta forma, narrativas que articulam a memória e a possibilidade de fala e que criam possibilidades de recomposição psíquica às pessoas atingidas. Fonte: Ministério da Justiça (2016). Disponível em: <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/anistia/clinicas-do-testemunho-1>. Acessado em 15 de fev. 2020.

a dimensão subjetiva, e isso inclui a adoção de dispositivos que permitam a escuta das memórias decorrentes das situações traumáticas vivenciadas no cárcere. Após desveladas, tais memórias devem ser trabalhadas terapeuticamente, para que a partir daí seja possível a enunciação de novos significantes e a assunção de novos significados na vida dos sujeitos afetados pelos traumas consequentes do aprisionamento.

Contudo, o que se observa é que as ações, projetos e programas voltados para este público privilegiam dois focos: a assistência social e o cumprimento de pena (no caso de egressos que se encontram em livramento condicional ou qualquer outra medida imposta pela Justiça, como por exemplo a monitoração eletrônica). Deixemos de lado a discussão que trata da equação “maior acesso a direitos x menores índices de criminalidade”, pois não é este o viés da nossa intervenção. O centro de nossa atenção é o fato de que objetivo de tais programas acaba desconsiderando, ou considerando apenas em partes, a necessidade de um trabalho psicológico que proporcione retificações subjetivas. A chamada “reintegração social” não reside apenas na retomada dos direitos ao trabalho e renda, educação, saúde física e moradia, mas também na recuperação da saúde mental. A criação de dispositivos e condições para uma escuta sensível e qualificada dos sujeitos que viveram a experiência do cárcere, com suas memórias coletivas e individuais, deve ser contemplada, uma vez que as narrativas endereçadas a outro indivíduo pode produzir efeitos importantes na (re)organização psíquica e (re)construção de suas identidades, tão afetadas pela vida na prisão.

A oferta da escuta e a garantia de espaços de fala para a pessoa egressa representam também um compromisso ético, na contramão da política do esquecimento e soterramento de memórias. Revelar o que a política da exclusão se esforça por esconder é importante, tanto para o sujeito do testemunho quanto para a sociedade, que passa a tomar contato com outra realidade, podendo refletir sobre ela e até mesmo questioná-la.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, J.V.S. **Memórias do Porto Maravilha: O eclipsamento de violências traçado por elegâncias estéticas**. Dissertação de Mestrado. UNIRIO, 2018.

ABRAMOVAY, P. V. O grande encarceramento como produto da ideologia (neo)liberal. In: ABRAMOVAY, P. V; MALAGUTI, V. (org.). **Depois do grande encarceramento**. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

ALERJ. **Relatório Anual do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2017.

ALERJ. **Relatório Anual do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2018.

ARAÚJO, E. M. Entre dois cativeiros: escravidão urbana e sistema prisional no Rio de Janeiro 1790 1821. In: MAIA, C. N. et al (Orgs.). **História das prisões no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 2009, v. 1.

BARBARÁ, C. Trabalho crítico com conceitos. A verdade ou o testemunho. **Stylus**. Nº 29. Rio de Janeiro, 2014.

BARTHES, R. **A câmara clara: nota sobre a fotografia**. 9ª impressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BERGSON, H. A consciência e a vida. In: _____ **A energia espiritual**. Trad. Rosemary C. Abílio. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BODY-GENDROT, S. **Globalização, medo e insegurança**. São Paulo: EdUSP, 2018.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei de Execução Penal**. Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984.

BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional: **Relatório de Informações Penitenciárias - INFOPEN**. Brasília, 2014.

BUTLER, J. **A vida psíquica do poder: teorias da sujeição**. 1ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

_____. **Quadros de guerra**. Quando a vida é passível de luto? 1ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CANETTI, E. **Massa e poder**. Trad. Sérgio Tellaroli. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CHAZKEL, A. Uma perigosíssima lição: a casa de detenção do Rio de Janeiro na Primeira República. In: MAIA, C. N. et al (Orgs.). **História das prisões no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 2009, v. 2.

CLEMMER, D. **The prison community**. New York: Rinehardt e Company, 1940.

CONTE, B. Apresentação. **Clínicas do testemunho: reparação psíquica e reconstrução de memórias**. Porto Alegre: Criação Humana, 2014.

DEBARY, O. **Antropologia dos restos: das lixeiras aos museus**. Pelotas: Um2, 2017.

FACEIRA, L. Por mais longa que seja a noite, o sol volta sempre a brilhar! A memória rompendo o silêncio entre paredes do cárcere. **Morpheus. Revista em Estudos Interdisciplinares em Memória Social**. Rio de Janeiro: Híbrida, edição especial, v. 9, n. 15, 2016.

FARIAS, F. Homens à deriva: os egressos do sistema penitenciário. In: FACEIRA, L. S.; FARIAS, F. R. (Orgs.) **Punição e prisão: Ensaio crítico**. Rio de Janeiro: Lumens Juris, 2015.

_____.: PINTO, D. S. Memória social em situação traumática. **Morpheus. Revista em Estudos Interdisciplinares em Memória Social**. Rio de Janeiro: Híbrida, edição especial, v. 9, n. 15, 2016.

FONSECA, M. A. **Michel Foucault e a constituição do sujeito**. São Paulo. EDUC-Editora da PUC-SP, 2014.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: RABINOW, P; DREYFUS. **Michel Foucault. Uma trajetória filosófica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1997.

FREUD, S. (1930 [1929]) **O mal-estar na civilização**. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v. XXI.

_____. (1919) **O estranho**. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1969, v. XVII.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

GONDAR, J. O. Cinco proposições sobre memória social. **Morpheus. Revista em Estudos Interdisciplinares em Memória Social**. Rio de Janeiro: Híbrida, edição especial, v. 9, n. 15, 2016.

_____. Memória, poder e resistência. In: GONDAR, J; BARRENECHEA, M.A.. (Org.). **Memória e espaço: trilhas do contemporâneo**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003.

GUATTARI, F. & ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 2013.

HALBWALCHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

DEPEN. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. Infopen. Brasília, DF, junho, 2014.

_____. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. Infopen. Brasília, DF, junho, 2016.

_____. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. Infopen. Brasília, dezembro, 2016.

ISER. Imparcialidade ou cegueira: um estudo sobre prisões provisórias e alternativas penais. **Revista Comunicações do ISER**. nº 70, ano 35. Rio de Janeiro: 2016.

INDURSKY, A.; SZUCHMAN, K. Grupos do testemunho: função e ética do processo testemunhal. **Clínicas do testemunho: reparação psíquica e construção de memórias**. Porto Alegre: Criação Humana, 2014.

Justiça global: mecanismo estadual de combate à tortura do Rio de Janeiro. **Quando a liberdade é exceção: a situação das pessoas presas sem condenação**. Rio de Janeiro, 2016.

LACAN, J. O estádio do espelho como formador da função do eu. In: _____ **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

_____. **O Seminário, Livro 17: O avesso da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.

LAPLANCHE, J. **Teoria da sedução generalizada e outros ensaios**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.

LATOURET, B. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

_____. **Reagregando o social: uma teoria do ator-rede**. Salvador: EdUFBA 2012.

LEVI, P. **É isto um homem?** Trad. Luigi Del Re. Rio de Janeiro: Rocco, 1988

LOSICER, E. Projeto Clínicas do Testemunho/RJ e a interação com a comissão estadual da verdade. **Clínicas do Testemunho: reparação psíquica e construção de memórias**. Porto Alegre: Criação Humana, 2014.

MBEMBE, A. Necropolítica. **Arte & Ensaios**; Revista do PPGAV/EBA/UFRJ, n. 32, dezembro de 2016.

MOREIRA, P.R.S.; AL-ALAM, C.C. Infernais sepulcros provisórios: projetos carcerários e sistemas normativos no século XIX no Rio Grande do Sul. In: MAIA, C. N. et al (Orgs.). **História das prisões no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 2009, v. 2.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Orgs.) **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção**. Porto Alegre: Sulina, 2015.

PERRONE, C. ; MORAES, E. Do trauma ao testemunho: caminho possível de subjetivação. **Clínicas do Testemunho: reparação psíquica e reconstrução de memórias**. Porto Alegre: Criação Humana, 2014.

POLLAK, M. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n.10, p.200-212, 1992.

RICOEUR, P. A memória, a história, o esquecimento. Tradução de Alain François et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

SALUM, M. J. G. Crime, Violência e Responsabilidade na Clínica Psicanalítica Contemporânea. **aSEPHallus**. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia. Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica. V. IV, n. 8. Rio de Janeiro, 2009.

SILVA, S. L .P. Desafios Metodológicos em Memória e Fotografia. **Morpheus. Revista em Estudos Interdisciplinares em Memória Social**. Rio de Janeiro, vol. 9, nº 15, 2016.

SILVEIRA, A.; SOUSA, R. Mito da ressocialização: programas destinados a egressos do sistema prisional. **SER Social**. Brasília, v. 17, n. 36, p. 163-188, jan.-jun./2015.

SOUZA, I. M. A.; SALES JUNIOR, D. R. Apresentação. In: LATOUR, B. **Reagregando o social: uma teoria do ator-rede**. Salvador: EdUFBA 2012.

TODOROV, T. **Memória do mal, tentação do bem**. São Paulo: Arx: 2002).

THOMPSON, A. **A questão penitenciária**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

VELHO, G. **Projeto metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

WACQUANT, L. **As prisões da miséria**. Trad. André Telles. Digitalização: Coletivo Sabotagem: 2004.